

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 02/09/2020	Página: 06

Tribuna

Nota da Bahia volta a crescer no ranking da Transparência Internacional

A Bahia segue obtendo notas cada vez mais altas em transparência nos dados sobre a pandemia do coronavírus. O Estado, que em julho já havia alcançado o conceito Ótimo da Transparência Internacional (TI), com 82,28 pontos, com a nova avaliação divulgada nesta terça (1º) não só permaneceu no topo como chegou aos 87 pontos no ranking que avalia a qualidade das informações públicas sobre as contratações emergenciais destinadas a combater os efeitos da crise sanitária.

O governo baiano vem conferindo prioridade ao tema, tendo implementado, em maio, o Comitê de Transparência do Enfrentamento ao Coronavírus, e lançado em junho a nova versão do Portal Transparência Bahia, sob responsabilidade da Secretaria da Fazenda do

Estado (Sefaz-Ba), por intermédio da AGE - Auditoria Geral do Estado. No novo portal, que é a principal fonte de pesquisa da Transparência Internacional, as informações sobre as contratações emergenciais realizadas pelos órgãos do Executivo estão disponíveis em formato de dados abertos que podem ser baixados e facilmente pesquisados pelos cidadãos.

“O Estado da Bahia vem ampliando o seu nível de transparência, a partir de uma ação conjunta e articulada entre o Comitê de Transparência das Ações de Enfrentamento ao Coronavírus, a Secretaria da Fazenda, por meio da Auditoria Geral do Estado, a Ouvidoria Geral do Estado e todas as demais instâncias estaduais envolvidas”, ressalta o secretário da Fa-

zenda do Estado, Manoel Vitório. Instituído com o objetivo de acompanhar todo o processo decisório, inclusive relacionado a compras, executado pela administração estadual no combate à pandemia, o Comitê de Transparência, lembra Vitório, tem a participação de representantes do Governo do Estado, do Ministério Público Estadual (MP-Ba) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE-Ba), e “envolve os órgãos de controle para fortalecer o acompanhamento da sociedade neste processo”.

O chefe de Gabinete da Sefaz-Ba e representante do governo no Comitê de Transparência, Adriano Chagas, explica que as medidas de ampliação da transparência foram adotadas com base na Lei Federal 13.979 e na Lei Estadual 14.257.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

01/09/2020 10:10

Nota da Bahia volta a crescer em ranking da Transparência Internacional

A Bahia segue obtendo notas cada vez mais altas em transparência nos dados sobre a pandemia do coronavírus. O Estado, que em julho já havia alcançado o conceito Ótimo da Transparência Internacional (TI), com 82,28 pontos, com a nova avaliação divulgada nesta terça (1º) não só permanece no topo como chegou aos 87 pontos no ranking que avalia a qualidade das informações públicas sobre as contratações emergenciais destinadas a combater os efeitos da crise sanitária.

O governo baiano vem conferindo prioridade ao tema, tendo implementado, em maio, o Comitê de Transparência do Enfrentamento ao Coronavírus, e lançado em junho a nova versão do [Portal Transparência Bahia](#), sob responsabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), por intermédio da AGE - Auditoria Geral do Estado. No novo portal, que é a principal fonte de pesquisa da Transparência Internacional, as informações sobre as contratações emergenciais realizadas pelos órgãos do Executivo estão disponíveis em formato de dados abertos que podem ser baixados e facilmente pesquisados pelos cidadãos.

"O Estado da Bahia vem ampliando o seu nível de transparência, a partir de uma ação conjunta e articulada entre o Comitê de Transparência das Ações de Enfrentamento ao Coronavírus, a Secretaria da Fazenda, por meio da Auditoria Geral do Estado, a Ouvidoria Geral do Estado e todas as demais instâncias estaduais envolvidas", ressalta o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio. Instituído com o objetivo de acompanhar todo o processo decisório, inclusive relacionado a compras, executado pela administração estadual no combate à pandemia, o Comitê de Transparência, lembra Vitorio, tem a participação de representantes do Governo do Estado, do Ministério Público Estadual (MP-Ba) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE-Ba), e "envolve os órgãos de controle para fortalecer o acompanhamento da sociedade neste processo".

O chefe de Gabinete da Sefaz-Ba e representante do governo no Comitê de Transparência, Adriano Chagas, explica que as medidas de ampliação da transparência foram adotadas com base na Lei Federal 13.979 e na Lei Estadual 14.257. "As leis federal e estadual estabeleceram requisitos amplos de transparência para possibilitar que os cidadãos acompanhem as despesas realizadas pelo poder público", explica.

Dados abertos

De acordo com o auditor geral do Estado, Luís Augusto Rocha, um dos principais fatores para a melhoria contínua da avaliação da Bahia é a ferramenta de BI disponibilizada no Portal Transparência Bahia, que concentra as informações das contratações emergenciais realizadas por todos os órgãos, assegurando total transparência às ações governamentais. "A ferramenta permite inclusive a exportação dos dados, pelos usuários, para planilha ou formato de dados abertos".

O novo portal permite ao cidadão customizar as pesquisas sob três diferentes perspectivas: uma visão consolidada sobre a quantidade e o montante do conjunto das contratações realizadas, uma visão analítica listando todas as contratações, incluindo contratante, contratado e valor em cada caso, e uma visão detalhada, na qual o usuário pode acessar todas as informações de determinada contratação ou aquisição, inclusive pagamentos, podendo também ter acesso à íntegra do instrumento contratual.

Lançada em maio e com periodicidade mensal, tendo como objeto as contratações públicas para o combate à Covid-19, a metodologia da Transparência Internacional estabelece como principal fonte de informação a ser avaliada os portais oficiais de transparência dos governos. Seus objetivos são avaliar e promover a transparência das contratações emergenciais realizadas em resposta à pandemia, identificar as melhores práticas e iniciativas de transparência e abertura de dados relacionados às contratações emergenciais entre os entes públicos municipais e estaduais e difundir os tópicos presentes nas Recomendações para a Transparência de Contratações Emergenciais, documento lançado em maio e produzido em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU).

Até julho, a Transparência Internacional utilizava uma metodologia que avaliava um conjunto de 34 indicadores, mas a partir de agosto passou a considerar 46. Foi incluída principalmente a apuração de dados relativos às ações de estímulo econômico e proteção social adotadas pelos Estados para o enfrentamento da pandemia, além de relatórios estatísticos do sistema de Ouvidorias.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Veículo: Folha do Estado	
Data: 01/09/2020	Caderno: Notícias



Municípios

[todas as notícias](#)>

Bahia volta crescer em ranking de transparência

Dados são relativos ao combate ao novo coronavírus

01/09/2020 às 04:07h

A Bahia segue obtendo notas cada vez mais altas em transparência nos dados sobre a pandemia do coronavírus. O Estado, que em julho já havia alcançado o conceito Ótimo da Transparência Internacional (TI), com 82,28 pontos, com a nova avaliação divulgada nesta terça (1º) não só permanece no topo como chegou aos 87 pontos no ranking que avalia a qualidade das informações públicas sobre as contratações emergenciais destinadas a combater os efeitos da crise sanitária.

O governo baiano vem conferindo prioridade ao tema, tendo implementado, em maio, o Comitê de Transparência do Enfrentamento ao Coronavírus, e lançado em junho a nova versão do Portal Transparência Bahia, sob responsabilidade da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), por intermédio da AGE - Auditoria Geral do Estado**. No novo portal, que é a principal fonte de pesquisa da Transparência Internacional, as informações sobre as contratações emergenciais realizadas pelos órgãos do Executivo estão disponíveis em formato de dados abertos que podem ser baixados e facilmente pesquisados pelos cidadãos.

“O Estado da Bahia vem ampliando o seu nível de transparência, a partir de uma ação conjunta e articulada entre o Comitê de Transparência das Ações de Enfrentamento ao Coronavírus, a Secretaria da Fazenda, por meio da Auditoria Geral do Estado, a Ouvidoria Geral do Estado e todas as demais instâncias estaduais envolvidas”, ressalta o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**. Instituído com o objetivo de acompanhar todo o processo decisório, inclusive relacionado a compras, executado pela administração estadual no combate à pandemia, o Comitê de Transparência, lembra Vitório, tem a participação de representantes do Governo do Estado, do Ministério Público Estadual (MP-Ba) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE-Ba), e “envolve os órgãos de controle para fortalecer o acompanhamento da sociedade neste processo”.

O chefe de Gabinete da Sefaz-Ba e representante do governo no Comitê de Transparência, Adriano Chagas, explica que as medidas de ampliação da transparência foram adotadas com base na Lei Federal 13.979 e na Lei Estadual 14.257. “As leis federal e estadual

estabeleceram requisitos amplos de transparência para possibilitar que os cidadãos acompanhem as despesas realizadas pelo poder público”, explica.

Dados abertos

De acordo com o auditor geral do Estado, Luís Augusto Rocha, um dos principais fatores para a melhoria contínua da avaliação da Bahia é a ferramenta de BI disponibilizada no Portal Transparência Bahia, que concentra as informações das contratações emergenciais realizadas por todos os órgãos, assegurando total transparência às ações governamentais. “A ferramenta permite inclusive a exportação dos dados, pelos usuários, para planilha ou formato de dados abertos”.

O novo portal permite ao cidadão customizar as pesquisas sob três diferentes perspectivas: uma visão consolidada sobre a quantidade e o montante do conjunto das contratações realizadas, uma visão analítica listando todas as contratações, incluindo contratante, contratado e valor em cada caso, e uma visão detalhada, na qual o usuário pode acessar todas as informações de determinada contratação ou aquisição, inclusive pagamentos, podendo também ter acesso à íntegra do instrumento contratual.

Lançada em maio e com periodicidade mensal, tendo como objeto as contratações públicas para o combate à Covid-19, a metodologia da Transparência Internacional estabelece como principal fonte de informação a ser avaliada os portais oficiais de transparência dos governos. Seus objetivos são avaliar e promover a transparência das contratações emergenciais realizadas em resposta à pandemia, identificar as melhores práticas e iniciativas de transparência e abertura de dados relacionados às contratações emergenciais entre os entes públicos municipais e estaduais e difundir os tópicos presentes nas Recomendações para a Transparência de Contratações Emergenciais, documento lançado em maio e produzido em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU).

Até julho, a Transparência Internacional utilizava uma metodologia que avaliava um conjunto de 34 indicadores, mas a partir de agosto passou a considerar 46. Foi incluída principalmente a apuração de dados relativos às ações de estímulo econômico e proteção social adotadas pelos Estados para o enfrentamento da pandemia, além de relatórios estatísticos do sistema de Ouvidorias.

Veículo: Farol News	
Data: 01/09/2020	Caderno: Notícias



NOTA DA BAHIA VOLTA A CRESCER EM RANKING DA TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL

set 1, 2020 | [Coronavírus](#), [Economia](#), [Internacional](#)



A Bahia segue obtendo notas cada vez mais altas em transparência nos dados sobre a pandemia do coronavírus. O Estado, que em julho já havia alcançado o conceito Ótimo da Transparência Internacional (TI), com 82,28 pontos, com a nova avaliação divulgada nesta terça (1º) não só permanece no topo como chegou aos 87 pontos no ranking que avalia a qualidade das informações públicas sobre as contratações emergenciais destinadas a combater os efeitos da crise sanitária.

O governo baiano vem conferindo prioridade ao tema, tendo implementado, em maio, o Comitê de Transparência do Enfrentamento ao Coronavírus, e lançado em junho a nova versão do Portal Transparência Bahia (www.transparencia.ba.gov.br), sob responsabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), por intermédio da AGE – Auditoria Geral do Estado. No novo portal, que é a principal fonte de pesquisa da Transparência Internacional, as informações sobre as contratações emergenciais realizadas pelos órgãos do Executivo estão disponíveis em formato de dados abertos que podem ser baixados e facilmente pesquisados pelos cidadãos.

“O Estado da Bahia vem ampliando o seu nível de transparência, a partir de uma ação conjunta e articulada entre o Comitê de Transparência das Ações de Enfrentamento ao Coronavírus, a Secretaria da Fazenda, por meio da Auditoria Geral do Estado, a Ouvidoria Geral do Estado e todas as demais instâncias estaduais envolvidas”, ressalta o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. Instituído com o objetivo de acompanhar todo o processo decisório, inclusive relacionado a compras, executado pela administração estadual no combate à pandemia, o Comitê de Transparência, lembra Vitório, tem a participação de representantes do Governo do Estado, do Ministério Público Estadual (MP-Ba) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE-Ba),

e “envolve os órgãos de controle para fortalecer o acompanhamento da sociedade neste processo”.

O chefe de Gabinete da Sefaz-Ba e representante do governo no Comitê de Transparência, Adriano Chagas, explica que as medidas de ampliação da transparência foram adotadas com base na Lei Federal 13.979 e na Lei Estadual 14.257. “As leis federal e estadual estabeleceram requisitos amplos de transparência para possibilitar que os cidadãos acompanhem as despesas realizadas pelo poder público”, explica.

Dados abertos

De acordo com o auditor geral do Estado, Luís Augusto Rocha, um dos principais fatores para a melhoria contínua da avaliação da Bahia é a ferramenta de BI disponibilizada no Portal Transparência Bahia, que concentra as informações das contratações emergenciais realizadas por todos os órgãos, assegurando total transparência às ações governamentais. “A ferramenta permite inclusive a exportação dos dados, pelos usuários, para planilha ou formato de dados abertos”.

O novo portal permite ao cidadão customizar as pesquisas sob três diferentes perspectivas: uma visão consolidada sobre a quantidade e o montante do conjunto das contratações realizadas, uma visão analítica listando todas as contratações, incluindo contratante, contratado e valor em cada caso, e uma visão detalhada, na qual o usuário pode acessar todas as informações de determinada contratação ou aquisição, inclusive pagamentos, podendo também ter acesso à íntegra do instrumento contratual.

Lançada em maio e com periodicidade mensal, tendo como objeto as contratações públicas para o combate à Covid-19, a metodologia da Transparência Internacional estabelece como principal fonte de informação a ser avaliada os portais oficiais de transparência dos governos. Seus objetivos são avaliar e promover a transparência das contratações emergenciais realizadas em resposta à pandemia, identificar as melhores práticas e iniciativas de transparência e abertura de dados relacionados às contratações emergenciais entre os entes públicos municipais e estaduais e difundir os tópicos presentes nas Recomendações para a Transparência de Contratações Emergenciais, documento lançado em maio e produzido em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU).

Até julho, a Transparência Internacional utilizava uma metodologia que avaliava um conjunto de 34 indicadores, mas a partir de agosto passou a considerar 46. Foi incluída principalmente a apuração de dados relativos às ações de estímulo econômico e proteção social adotadas pelos Estados para o enfrentamento da pandemia, além de relatórios estatísticos do sistema de Ouvidorias.

Veículo: Blog do Thame	
Data: 01/09/2020	Caderno: Notícias



Nota da Bahia volta a crescer em ranking da Transparência Internacional

1/set/2020 . 11:40 | Autor: [Editor](#)

A Bahia segue obtendo notas cada vez mais altas em transparência nos dados sobre a pandemia do coronavírus. O Estado, que em julho já havia alcançado o conceito Ótimo da Transparência Internacional (TI), com 82,28 pontos, com a nova avaliação divulgada nesta terça (1º) não só permanece no topo como chegou aos 87 pontos no ranking que avalia a qualidade das informações públicas sobre as contratações emergenciais destinadas a combater os efeitos da crise sanitária.

O governo baiano vem conferindo prioridade ao tema, tendo implementado, em maio, o Comitê de Transparência do Enfrentamento ao Coronavírus, e lançado em junho a nova versão do Portal Transparência Bahia, sob responsabilidade da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), por intermédio da AGE – Auditoria Geral do Estado**. No novo portal, que é a principal fonte de pesquisa da Transparência Internacional, as informações sobre as contratações emergenciais realizadas pelos órgãos do Executivo estão disponíveis em formato de dados abertos que podem ser baixados e facilmente pesquisados pelos cidadãos.

“O Estado da Bahia vem ampliando o seu nível de transparência, a partir de uma ação conjunta e articulada entre o Comitê de Transparência das Ações de Enfrentamento ao Coronavírus, a Secretaria da Fazenda, por meio da Auditoria Geral do Estado, a Ouvidoria Geral do Estado e todas as demais instâncias estaduais envolvidas”, ressalta o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**. Instituído com o objetivo de acompanhar todo o processo decisório, inclusive relacionado a compras, executado pela administração estadual no combate à pandemia, o Comitê de Transparência, lembra Vitório, tem a participação de representantes do Governo do Estado, do Ministério Público Estadual (MP-Ba) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE-Ba), e “envolve os órgãos de controle para fortalecer o acompanhamento da sociedade neste processo”.

O chefe de Gabinete da Sefaz-Ba e representante do governo no Comitê de Transparência, Adriano Chagas, explica que as medidas de ampliação da transparência foram adotadas com base na Lei Federal 13.979 e na Lei Estadual 14.257. “As leis federal e estadual estabeleceram requisitos amplos de transparência para possibilitar que os cidadãos acompanhem as despesas realizadas pelo poder público”, explica.

Dados abertos

De acordo com o auditor geral do Estado, Luís Augusto Rocha, um dos principais fatores para a melhoria contínua da avaliação da Bahia é a ferramenta de BI disponibilizada no Portal Transparência Bahia, que concentra as informações das contratações emergenciais realizadas por todos os órgãos, assegurando total transparência às ações governamentais. “A ferramenta permite inclusive a exportação dos dados, pelos usuários, para planilha ou formato de dados abertos”.

O novo portal permite ao cidadão customizar as pesquisas sob três diferentes perspectivas: uma visão consolidada sobre a quantidade e o montante do conjunto das contratações realizadas, uma visão analítica listando todas as contratações, incluindo contratante, contratado e valor em cada caso, e uma visão detalhada, na qual o usuário pode acessar todas as informações de determinada contratação ou aquisição, inclusive pagamentos, podendo também ter acesso à íntegra do instrumento contratual.

Lançada em maio e com periodicidade mensal, tendo como objeto as contratações públicas para o combate à Covid-19, a metodologia da Transparência Internacional estabelece como principal fonte de informação a ser avaliada os portais oficiais de transparência dos governos. Seus objetivos são avaliar e promover a transparência das contratações emergenciais realizadas em resposta à pandemia, identificar as melhores práticas e iniciativas de transparência e abertura de dados relacionados às contratações emergenciais entre os entes públicos municipais e estaduais e difundir os tópicos presentes nas Recomendações para a Transparência de Contratações Emergenciais, documento lançado em maio e produzido em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU).

Até julho, a Transparência Internacional utilizava uma metodologia que avaliava um conjunto de 34 indicadores, mas a partir de agosto passou a considerar 46. Foi incluída principalmente a apuração de dados relativos às ações de estímulo econômico e proteção social adotadas pelos Estados para o enfrentamento da pandemia, além de relatórios estatísticos do sistema de Ouvidorias.

Veículo: Rádio A Tarde FM	
Data: 01/09/2020	Programa: Notícias
Assunto: Prazo de pagamento do IPVA. Cita a <u>Sefaz-Ba.</u>	

Data: 01/09/2020

Hora: 08:47:15

Duração: 00:32

Emissora: RÁDIO A TARDE (103,9 FM)

Programa: MINUTO A TARDE

Apresentador (a): Jeferson Beltrão

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Prazo de pagamento do IPVA. Cita a **Sefaz-Ba.**

Veículo: Rádio Bahia FM 88,7	
Data: 01/09/2020	Programa: Notícias
Assunto: Prazo de pagamento do IPVA.	

Data: 01/09/2020

Hora: 11:53:59

Duração: 01:08

Emissora: RÁDIO BAHIA FM (88,7 FM)

Programa: NOTÍCIAS

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Prazo de pagamento do IPVA.

Veículo: Rádio Educadora FM	
Data: 01/09/2020	Programa: Educadora Notícias
Assunto: IPVA de proprietários de veículos com placa final 8 têm até hoje para ser pago.	

Data: 01/09/2020

Hora: 17:00:02

Duração: 00:00:45

Emissora: RÁDIO EDUCADORA FM

Programa: EDUCADORA NOTÍCIAS

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: IPVA de proprietários de veículos com placa final 8 têm até hoje para ser pago.

Veículo: Rádio Sociedade da Bahia (AM 740 Salvador)	
Data: 01/09/2020	Programa: Sports Mais
Assunto: Prazo para pagamento do IPVA com placa final 8 termina hoje.	

Data: 01/09/2020

Hora: 12:58:29

Duração: 00:00:33

Emissora: RÁDIO SOCIEDADE DA BAHIA

Programa: SPORTS MAIS

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Prazo para pagamento do IPVA com placa final 8 termina hoje.

Veículo: Site Recôncavo no Ar	
Data: 01/09/2020	Caderno: Notícias



Placa final 8 tem prazo para pagamento do IPVA termina nesta terça (1)

Por
Vitor Barreto

1 de setembro de 2020

O vencimento é para quem deseja pagar a cota única ou a terceira cota mensal de quem optou pelo parcelamento desde junho.

Os proprietários de veículos com placa de número final 8 têm até esta terça-feira, 1º, para fazer o pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Nesta segunda-feira, 31, terminou o prazo para pagar o tributo para os donos dos veículos com placa final 7, como determinado pela Secretaria da Fazenda no estado da Bahia (Sefaz). O pagamento do IPVA pode ser realizado em uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob.

Para isso, é preciso estar com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e do Bradesco, também com o número do Renavam. Outras informações estão disponíveis no site da Sefaz e no 0800 071 0071.

Veículo: Site Bahia Comenta	
Data: 01/09/2020	Caderno: Notícias



Placa final 8: prazo para pagamento do IPVA termina nesta terça

Os proprietários de veículos com placa de número final 8 têm até esta terça-feira, 1º, para fazer o pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). O vencimento é para quem deseja pagar a cota única ou a terceira cota mensal de quem optou pelo parcelamento desde junho.

Nesta segunda-feira, 31, terminou o prazo para pagar o tributo para os donos dos veículos com placa final 7, como determinado pela **Secretaria da Fazenda no estado da Bahia (Sefaz)**. O pagamento do IPVA pode ser realizado em uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob.

Para isso, é preciso estar com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e do Bradesco, também com o número do Renavam. Outras informações estão disponíveis no site da Sefaz e no 0800 071 0071.

*A Tarde

Veículo: Estadão	
Data: .02.09.2020	Caderno: Economia



Filantrópicas lançam manifesto contra aumento de impostos na reforma tributária

Assinado por 11 entidades, documento demonstra preocupação com as três propostas principais de reforma que tramitam no Congresso; ministro da Economia voltou a defender a taxaço das filantrópicas em audiência pública nesta terça

Eduardo Rodrigues e Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo

01 de setembro de 2020 | 16h52

BRASÍLIA - As entidades sem fins lucrativos

denominadas **Organizações da Sociedade Civil**

(OSCs) divulgaram nesta terça-feira, 1º, um manifesto contra as propostas de **reforma tributária** que elevam os impostos cobrados sobre atividades filantrópicas nas áreas de educação, saúde e assistência social. O aumento da carga tributária nesses serviços é chamado por elas de “taxação da solidariedade”.

O documento, assinado por 11 entidades ligadas a essas atividades, demonstra preocupação com as três propostas principais de reforma que tramitam no Congresso: a **PEC 45 que está na Câmara dos Deputados**, a PEC 110 que está no Senado, e ainda a **proposta enviada pelo governo para a unificação do PIS/Cofins com a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS)**.

O Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas

(Fonif) argumenta que as mais de 11 mil entidades que atuam hoje no Brasil geram cerca de 2,3 milhões de empregos. De acordo com a entidade, para cada R\$ 1 de isenção tributária ao setor (ou seja, a arrecadação que o governo abre mão), a contrapartida real em serviços prestados chega a R\$ 7,39.

“Na área da saúde, por exemplo, as atividades correspondem a 59% de todas as internações de alta complexidade do **Sistema Único de Saúde (SUS)** e somam 260 milhões de procedimentos ambulatoriais e hospitalares por ano. Na educação são 2,4 milhões de alunos, sendo 725 mil bolsistas. Na assistência social, o setor oferta 3,6 milhões de vagas de serviços essenciais de proteção à população mais carente, representando 47% das vagas oferecidas pela rede socioassistencial privada”, argumentam as entidades.

O documento é assinado pela Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (Abiee), Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec), Associação Paulista de Fundações (APF), Confederação Brasileira de Fundações (Cebraf), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB), Confederação Israelita do Brasil (Conib), Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB Nacional),

Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes (Febraeda), Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo (Fehosp), além do próprio Fonip.

As Organizações da Sociedade Civil criticam especialmente a proposta da equipe econômica em cobrar uma alíquota de 12% de CBS sobre todos os serviços, inclusive nas três áreas de atuação das filantrópicas.

“Choca a todos constatar que a infinita sede da máquina oficial de arrecadação finda por tornar mais custosos até mesmo os inúmeros convênios e termos pactuados com as organizações da sociedade civil”, critica o manifesto. “Em concreto, nada mais lógico seria justamente o oposto: a desoneração das atividades socioassistenciais promovidas por entidades que não perseguem a finalidade lucrativa”, completa o documento.

Já o ministro da **Economia, Paulo Guedes**, voltou a defender a taxação das filantrópicas em audiência pública nesta terça-feira na comissão mista do Congresso Nacional que acompanha a execução das medidas de enfrentamento à pandemia de **covid-19**.

“Tem que ter a coragem de cobrar a educação de quem tem dinheiro. No Brasil, o hospital para rico e a escola de rico é sem fins lucrativos, não pagam impostos. E o pobrezinho quando vai tirar um raio-X e a fila do SUS está grande, recorre ao setor privado e paga imposto. A filha da empregada doméstica às vezes estuda numa rede privada de ensino superior, e o filho do sujeito muito rico estuda nas escolas conhecidas de excelência que são sem fins lucrativos e não pagam impostos. Essa ideia de ferramentas e subterfúgios que os ricos têm para se esconderem atrás dos pobres são fascinantes no Brasil. Chegam

à crueldade. E temos que ter a coragem de enfrentar isso”, afirmou Guedes.

Para o diretor jurídico da CNBB, CRB e Anec, Hugo Cysneiros, o ministro finge não saber que as entidades beneficentes na verdade cumprem inúmeros requisitos para fazer valer suas prerrogativas e imunidades tributárias. “Aliás, se há uma chance de um pobre no Brasil ter acesso ao ensino ou à saúde de qualidade, é por meio das bolsas de que tais instituições concedem ou graças ao atendimento gratuito nas Santas Casas, por exemplo. É lamentável ver que o afã arrecadatário do governo não poupa nem os que só têm nas entidades beneficentes a única chance de ter um atendimento digno”, rebate.

A TARDE

Queda do PIB foi menor do que em outros países, diz governo

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia afirmou que a queda histórica do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil no 2º trimestre está entre as menores em relação às principais economias do mundo.

O PIB, que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, teve um tombo de 9,7% no segundo trimestre deste ano, na comparação com o trimestre anterior. O PIB caiu 11,4% na comparação com o segundo trimestre de 2019. Ambas as taxas foram as mais intensas da série, iniciada em 1996. No acumulado dos quatro trimestres terminados em junho, houve queda de 2,2% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. Os dados foram di-

vulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em nota, a secretaria cita a queda no segundo trimestre nos países do G7 (grupo dos países mais industrializados do mundo, composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), que chegou a 11,9%, quando comparado ao mesmo trimestre de 2019.

"Algo semelhante ocorre para os países emergentes como Chile, México e Índia [cujas quedas] foram de -13,7%, -19% e -23,9%, respectivamente", diz. A secretaria cita que as projeções dos analistas de mercado "melhoraram continuamente desde junho, devido aos resultados mais positivos dos indicadores de atividade, notadamente, varejo e indústria".

"A melhora das projeções

da variação do PIB no 2º trimestre ao longo dos últimos dois meses está relacionada com o sucesso das políticas econômicas que limitaram a deterioração do mercado de trabalho, mantiveram a estrutura produtiva e garantiram renda para as famílias mais pobres e para os trabalhadores informais", diz.

Na avaliação da secretaria, para que a retomada seja consistente, é importante a continuidade da agenda de reformas estruturais e da consolidação fiscal. "O diagnóstico do baixo crescimento da economia brasileira é a baixa produtividade, resultado da má alocação de recursos. Não há outro caminho que resulte em elevação do bem-estar dos brasileiros a não ser medidas que busquem a correção da má alocação e incentive a expansão do setor privado", diz.

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 02/09/2020	Página: A6

A TARDE

Microempreendedor estará dispensado de obter alvará

AGÊNCIA BRASIL
Brasília

Desde ontem começou a valer a resolução que permite que microempreendedores individuais (MEI) sejam dispensados de alvará, ato público de liberação de atividades econômicas relativas à categoria. A regra foi aprovada em agosto pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM).

Segundo o Ministério da Economia, a norma é reflexo da Lei de Liberdade Econômica, em vigor desde setembro do ano passado, que visa tornar o ambiente de negó-

cios no país mais simples e menos burocrático.

Após inscrição no Portal do Empreendedor [<http://www.portaldoeempreendedor.gov.br/>], o candidato a MEI manifestará sua concordância com o conteúdo do Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará de Licença de Funcionamento. O documento será emitido eletronicamente e permite o exercício imediato das atividades.

Sem visita de agente

As fiscalizações para verificação dos requisitos de dispensa continuarão a ser realizadas, mas o empreendedor não necessitará aguar-

dar a visita dos agentes públicos para abrir a empresa. Também entrou em vigor a medida relativa à dispensa de pesquisa prévia de viabilidade locacional, quando a atividade realizada pelo empreendedor for exclusivamente digital. A dispensa também valerá para os casos em que o município não responder à consulta de viabilidade de forma automática e quando não for realizada no sistema das Juntas Comerciais.

O colegiado decidiu também pela dispensa da pesquisa de nome para empresários que optem pela utilização apenas do CNPJ como nome empresarial.

A TARDE

ENDIVIDAMENTO Em termos absolutos, mais 6,8 mil famílias entraram no rol de endividadas, para um total atual de 615 mil famílias com alguma dívida

TAXA DE FAMÍLIAS COM DÍVIDAS ATINGIU 66,3%

MARJORIE MOURA

A Fecomércio-BA divulgou ontem os dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), mostrando que a taxa de famílias endividadas atingiu 66,3% em agosto, maior percentual desde março de 2015. No mês anterior, a taxa registrada foi de 65,6%. Em termos absolutos, mais 6,8 mil famílias entraram no rol de endividadas, para um total atual de 615 mil famílias com algum tipo de dívida.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no estado da Bahia, em julho deste ano, 35,5% das pessoas que trabalhavam tiveram redução salarial e 269 mil pessoas perderam o trabalho entre junho e julho, o que ajuda a explicar um pouco o endividamento.

O consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze, ressalta que o aumento do endividamento por si só não é negativo. "A situação fica crítica quando as famílias não conseguem quitar compromissos. É exatamente o atual cenário, com aumento da inadimplência pelo 9º mês consecutivo, atingindo 30,8% em agosto, maior percentual desde março de 2013", diz.

A taxa dos que dizem que não pagarão a dívida em atraso ficou praticamente estável, de 13,6% em julho para os 13,3% em agosto. Contudo, o percentual é pou-



Cecília Santos / USP Imagem

IBGE diz que 269 mil pessoas perderam trabalho entre junho e julho e têm dívidas

A taxa dos que dizem que não pagarão as dívidas ficou em 13,3% em agosto

co mais do que o triplo visto no mesmo mês do ano passado. "Isso indica um quadro de dificuldade do equilíbrio do orçamento doméstico diante da alta do desemprego e, por consequência, a perda da renda", afirma o economista.

Um destaque é a discrepância entre as faixas de

renda. A inadimplência das famílias com renda de até 10 salários mínimos atingiu os 34,7%, enquanto a taxa para os que ganham acima de 10 SM foi de 3,5%.

Há um ano, a taxa era igual para os que recebem mais, porém para as famílias com renda mais baixa o percentual era de 15%.

Correio*

Obras da Fiol receberão mais R\$ 150 milhões neste ano

FERROVIA A Valec, estatal responsável pela construção e administração de ferrovias federais, deve receber, em setembro, R\$ 150 milhões a mais para as obras da Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), que serão usados no trecho 2. Foi o que afirmou o presidente da estatal, André Kuhn. A informação foi dada durante o iNFRA Debate Live, da Agência iNFRA.

Segundo ele, os investimentos públicos no trecho entre Barreiras, no oeste da Bahia, a Caetité, no sudoeste, vão ajudar a viabilizar a concessão futura dessa ferrovia. “Isso vai permitir o aumento do ritmo de execução. Mês passado executamos cerca de R\$ 38 milhões e teríamos condição, hoje, de viabilizar os lotes 5 e 7, com R\$ 25 milhões/mês cada. O ritmo está adequado ao cronograma físico-financeiro, prevendo chegar até o fim de 2022, uma execução de 85% da obra. Isso irá viabilizar a concessão”, explicou.

Ainda de acordo com Kuhn, a estatal está apoiando a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) nas respostas a todos os questionamentos feitos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) acerca da viabilidade da concessão do trecho 1, entre Caetité e



Presidente da Valec estima que 85% da obra da Ferrovia de Integração Oeste-Leste estará pronta até 2022

Ilhéus, no litoral sul baiano.

Com isso, a expectativa é que a liberação para o leilão aconteça dentro do cronograma esperado.

Durante o encontro, Kuhn falou ainda sobre a conclusão das obras da Transnordestina. Segundo ele, em dois meses a Valec deve contratar uma consultoria para criar uma alternativa à proposta de caducidade da ferrovia, que já foi enviada pela ANTT ao ministro da In-

fraestrutura. O plano deve ser entregue a Tarcísio de Freitas até o início de 2021.

“Essa com certeza será a missão mais difícil. A caducidade está na mão do ministro e ele não vai assiná-la antes de analisar todas as possibilidades viáveis para achar uma solução ao problema. Estamos há dois meses preparando um modelo de referência para contratar uma consultoria especializada”, afirmou.

Câmara aprova lei que abre o mercado de gás

PROJETO Após vencer a resistência da oposição, a Câmara aprovou ontem o texto-base de abertura do mercado de gás. Foram 351 votos a favor e 101 contra. O projeto tem como objetivo abrir a concorrência no setor e baratear o preço do gás e é a aposta do governo para destravar investimentos de até R\$ 43 bilhões e reindustrializar o país.

Alinhado ao novo mercado de gás, programa do governo mais conhecido como "choque da energia barata", a proposta abre um setor que há até pouco tempo era dominado pela Petrobrás. Os investimentos previstos irão assegurar projetos de expansão de infraestrutura de transporte, escoamento e armazenamento do gás.

A derrubada do monopólio permite a grandes consumidores comprar gás dos fornecedores que oferecerem melhores preços. O preço do gás natural do Brasil é alto na comparação com outros países, de US\$ 12 a US\$ 14 por milhões de BTUs (unidade térmica britânica, na sigla em inglês), de acordo com dados apresentados pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, à Câmara dos Deputados.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o preço é de aproximadamente US\$ 3 e em países da

Europa, US\$ 7. O combustível é matéria-prima de segmentos como siderurgia, vidros e fertilizantes e ainda move usinas geradoras de energia elétrica.

Os deputados precisam agora votar os destaques, pedidos de alteração ao texto aprovado e a conclusão dessa fase deve ocorrer só em uma próxima sessão. Depois disso, o texto seguirá para o Senado.

Com a decisão da estatal de deixar o negócio de distribuição - onde é sócia de 19 de um total de 26 distribuidoras - e vender sua malha de gasodutos e estruturas essenciais, o ministro da Economia, Paulo Guedes, avalia que a chegada de novos concorrentes no setor pode fazer com que o preço do gás caia até 40%.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados traz adaptações para essa nova fase. Ele muda o regime de exploração de gasodutos para o de autorizações, mais simples que as atuais concessões (que prevê leilões), que impede que uma empresa atue em várias etapas da produção e barra também a verticalização - ou seja, relação societária entre transportadores, produtores e comercializadores.

Governo acredita que aprovação do texto deve atrair R\$ 43 bilhões em investimentos

Balança comercial tem superávit de US\$ 6,6 bi em agosto

RECORDE Com uma queda nas importações devido à pandemia da covid-19, a balança comercial brasileira registrou um superávit recorde em agosto. As exportações superaram as importações em US\$ 6,609 bilhões, o maior resultado para o mês na série iniciada em 1989. No ano, o superávit já soma US\$ 36,594 bilhões.

Apesar do recorde, tanto as exportações quanto as importações registraram quedas na média diária em comparação a agosto de 2019. As compras vindas do exterior, porém, desabaram em maior magnitude, o que fez a balança pender para o lado positivo. Em valores absolutos, as exportações somaram US\$ 17,741 bilhões em agosto, enquanto as importações ficaram em US\$ 11,133 bilhões.

A média diária das importações caiu 25,1% em relação a agosto do ano passado. Já no caso das exportações, a queda foi de 5,5%.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,3847	R\$ 5,3852
Dólar Turismo	R\$ 5,3230	R\$ 5,5300
Euro turismo	R\$ 6,3670	R\$ 6,5930

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	102.967,65	+2,82%

POUPANÇA

02/09/2020	0,1903%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.045,00

INFLAÇÃO

	Julho	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,36%	0,46%	2,31%
INPC/IBGE	0,44%	0,80%	2,69%
IGP-M/FGV	2,23%	6,72%	9,27%

RECUPERAÇÃO

Mercado A promessa do governo de avançar com reformas estruturais e cumprir o teto de gastos ajudou o real a ter o melhor desempenho ontem ante o dólar no mercado internacional, finalizando o dia em baixa de 1,74%. A bolsa também se recuperou do dia anterior, fechando em alta de 2,89%, a maior desde 8 de junho.

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O raio de abril e outras histórias

Antes de o raio cair em abril, o país já estava despencando. É o que ficou claro nos dados de ontem. No primeiro trimestre, o PIB encolheu 2,5% segundo dado revisto pelo IBGE. Isso é impressionante porque só na segunda quinzena de março o país começou a fechar as portas por causa da pandemia, e mesmo assim houve essa queda forte. Não podem ser só os 15 dias, a economia já vinha mal. Então o que o ministro Paulo Guedes disse ontem — “é o impacto de um raio que calu em abril” — é verdade, mas há mais informações nos dados. O PIB caiu 9,7% no segundo trimestre, mas sem o auxílio emergencial o PIB poderia ter caído cinco pontos a mais, segundo cálculo da MB Associados. Há unanimidade de que o terceiro trimestre será de recuperação e haverá outra alta, mais leve, no quarto trimestre. Mesmo assim, a crise está longe do fim.

O dado divulgado ontem pelo IBGE é um desses acontecimentos que já nascem históricos. Sempre que olharmos para a série estatística haverá esse colapso do segundo trimestre de 2020 como uma cicatriz. Foi mais penoso pela maneira como o governo lidou com tudo, com o

presidente criando conflitos, disparando ameaças às instituições, ofensas à imprensa e ataques aos governadores. Isso não está nos números, mas aumentou a infelicidade do Brasil.

Olhando para os índices é possível ver que há gradações no tombo. Dentro da indústria, o setor de construção caiu 5%, a indústria de transformação, 17%. Os serviços foram puxados para baixo pela queda do consumo das famílias. O agronegócio e o setor exportador tiveram números positivos. Um está ligado ao outro, e ambos ao dólar, que subiu muito, elevando a remuneração das vendas ao exterior. Nosso maior comprador foi a China, que apesar disso ouviu críticas disparadas pela política externa.

A MB Associados alertou para dois fatos importantes. Há mais

desigualdade regional e mais pobres no Brasil. A consultoria fez uma conta entre 2015 e 2021, o que já ocorreu e a projeção futura. Ao fim desse período o Nordeste terá queda de 7,5%, e o Centro-Oeste, alta de 3,2%. “O Nordeste, de novo, será o centro da disputa política regional em 2022.” Brigam pelo coração do Nordeste, mas o país empobreceu e ficou mais desigual. A distribuição de renda está piorando, diz a MB. As classes D e E, as de renda mais baixa, estão aumentando em 11,9 milhões de pessoas. A classe média está encolhendo.

Os economistas ouvidos pela coluna concordam em vários pontos. O número veio um pouco pior no segundo trimestre, mas houve aqui e ali um resultado melhor do que o esperado. Mesmo assim, há muita gente

melhorando as projeções do ano. Fernando Honorato, do Bradesco, acha que não muda a visão de recuperação que vinha desde maio. Ele acredita que as projeções continuarão entre -5,5% e -4,5%. A MB fez a previsão, de uma queda de 5,3% para -4,8%. Mas houve também quem piorasse as estimativas.

O presidente Bolsonaro anunciou quase que na mesma hora da má notícia do PIB a extensão do auxílio emergencial até o fim do ano. É um truque antigo para criar uma agenda positiva num dia ruim. Tudo foi feito de tal forma a ser mais um momento do culto à personalidade. Cercado dos seus líderes, o senador Fernando Bezerra (MDB-PE), o deputado Ricardo Barros (PP-PR) e o senador Eduardo Gomes (MDB-TO), Bolsonaro deu a notícia da extensão

do auxílio. Depois, com o olhar parado no horizonte, ouviu os elogios. Paulo Guedes repetiu que “o presidente não deixou ninguém para trás”. Dos parlamentares, alguns velhos conhecidos, o mais eloquente foi Bezerra.

— Todos vão se surpreender com os dados da economia no final do ano, porque o Brasil acertou, o presidente Bolsonaro acertou. Alguns falavam em retração de 10% e será menor que 4,5% — disse Bezerra, acrescentando que depois do auxílio vem o Renda Brasil. “É o presidente Bolsonaro protegendo os mais pobres.”

Para o mercado financeiro também foi enviado um auxílio emergencial: o anúncio de que a reforma administrativa sairá da gaveta do presidente para o Congresso. O ministro Paulo Guedes disse que “as reformas” voltarão à pauta. A bolsa subiu, e o dólar caiu. A proposta só muda a situação para os futuros servidores, avisou Bolsonaro. Isso, segundo a economista Ana Carla Abrão terá impacto imediato zero nas contas públicas. Ela disse que esse é o problema: “não há ganho fiscal nem para o curto, nem para o médio prazos”.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 02/09/2020	Página:

Correio*

ECONOMIA

GOVERNO: MAIS R\$ 10 BI PARA CRÉDITO VIA 'MAQUININHAS'

CARTÃO O ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou ontem que o governo já separou os R\$ 10 bilhões para o programa de crédito por meio das “maquininhas” de cartão, com operações de pequenos valores.

O Congresso aprovou no fim de julho uma linha de crédito de R\$ 10 bilhões para ser concedida via maquininhas de cartão usadas no comércio.

Chamada de PEAC-Maquininha, a linha terá 100% de garantia do Tesouro Nacional e é mais uma tentativa de destravar o crédito para os pequenos empreendedores na pandemia da covid-19.

“Havia muitas reclamações sobre o problema do crédito para pequenas e médias empresas. Já tem menos gente reclamando e vamos chegar lá. Estamos chegando nas maquininhas, separando mais R\$ 10 bilhões para crédito de maquininha, de R\$ 2 mil, R\$ 3 mil, R\$ 5 mil. Estamos chegando bem na base de pirâmide mesmo”, afirmou Guedes, em audiência pública na comissão mista do Congresso Nacional que acompanha a execução das medidas de enfrentamento à pandemia de covid-19.

MEIS NÃO PRECISAM MAIS DE ALVARÁ E LICENÇA

MUDANÇA Uma nova medida que simplifica os procedimentos para abrir um negócio como microempreendedor individual (MEI) passou a valer desde. Agora, os empresários não precisam de alvará ou licença de funcionamento, seguindo resoluções aprovadas pelo governo, com apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Segundo o G1, o objetivo da medida é simplificar e diminuir a burocracia no ambiente de negócios para as micro e pequenas empresas, principalmente em meio à crise gerada pela pandemia do coronavírus. Ao solicitar a abertura do negócio na categoria MEI será preciso acessar o Portal do Empreendedor do governo federal e concordar com o termo de ciência e responsabilidade disponível no momento da inscrição.

Com o documento emitido pelo site, o empreendedor é autorizado a iniciar as atividades imediatamente, mas fica ciente de que deve atuar de acordo com os requisitos legais que envolvem aspectos sanitários, ambientais, tributários e de segurança pública. O negócio poderá ser fiscalizado, até mesmo se for instalado dentro da residência do empreendedor.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 02/09/2020	Página:

Correio*

Orçamento 2021: proposta prevê concursos só para repor vagas e militares

GOVERNO O secretário de Orçamento Federal, George Soares, afirmou na segunda-feira que a proposta de orçamento de 2021 enviada no mesmo dia ao Congresso Nacional prevê poucos concursos públicos — somente para reposição de professores em licença — e novos cargos para as Forças Armadas, de acordo com o GI.

No caso dos professores, haverá reposição de vagas para aqueles que entram em licença e são substituídos, além do preenchimento de cargos vagos na administra-

ção federal.

Segundo Soares, também há sempre uma autorização anual de efetivo para o Exército, Marinha e Aeronáutica. “Isso é normal. As Forças Armadas têm ingresso de pessoas todos os anos, têm as escolas de formação”, disse o secretário. A contratação de terceirizados, também prevista, segue o mesmo padrão.

Soares acrescentou que não há previsão de reajuste para os servidores públicos — com exceção daqueles já aprovados, como PMs e

Soares acrescentou que não há previsão de reajuste para os servidores públicos — com exceção daqueles já aprovados

bombeiros de Amapá, Roraima e Rondônia e também de Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, cujo custo será de R\$ 505 milhões, recursos provenientes do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

Soares afirmou, ainda, que estão previstas aposentadorias de servidores no próximo ano, sem informar quantas pessoas, e disse que o governo está trabalhando para melhorar os aspectos tecnológicos a fim de manter o atendimento à população.

Mais dívidas, mais problemas

Vinicius Nascimento

REPORTAGEM

vinicius.nascimento@redebahia.com.br

Dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Fecomércio-BA mostram que a taxa de famílias endividadas na Bahia atingiu 66,3% em agosto, maior percentual desde março de 2015. No mês anterior, a taxa registrada foi de 65,6%. Em termos absolutos, mais 6,8 mil famílias entraram no rol de endividadas, para um total atual de 615 mil famílias com algum tipo de dívida.

Hoje desempregada, Evelin Oliveira está nesse rol de pessoas. Só que além de endividada, a jovem de 21 anos também está inadimplente - aquelas pessoas que têm a dívida e não conseguem honrar o compromisso. De acordo com a Fecomércio-BA, a taxa dos que dizem que não pagaram a dívida em atraso ficou praticamente estável, de 13,6% em julho para os 13,3% em agosto. Contudo, o per-

centual é cerca do triplo visto no mesmo mês em 2019.

Consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze diz que esses números indicam um quadro de dificuldade em equilibrar o orçamento doméstico diante da alta do desemprego e perda de renda.

Evelin passou por essa situação. Sua dívida nasceu quando terminou o Ensino Médio em Alagoinhas e retornou para Salvador. De volta à capital, começou a trabalhar com telemarketing e, além de ajudar nas contas de casa, começou a comprar o material para realizar um sonho: reformar o seu quarto.

Sem condições de fazer todo o investimento à vista, recorreu ao cartão de crédito e foi assim que nasceu a sua inadimplência - que hoje gira em torno de R\$ 3 mil e foi crescendo principalmente após ela perder o seu emprego.

Segundo Dietze, o cartão de crédito é o tipo de dívida mais recorrente em Salvador: 9 de cada 10 soteropolitanos precisam pagar fatura do car-

Bahia Taxa de famílias endividadas atingiu 66,3% em agosto, maior percentual desde 2015

Evelin Oliveira acabou se endividando por conta da perda do emprego e dos gastos com cartão

“O crédito pessoal vem na segunda posição, mas com um percentual bem mais adequado, 7,3%. São dois tipos de crédito diferentes. O cartão como forma de consumo do dia a dia e o crédito pessoal, no qual o consumidor precisa solicitar ao seu banco e, normalmente, são usados para pagamento de dívidas em atraso”, diz.

Para Dietze fazer a separação entre endividamento e inadimplência é importante para entender que o aumento do endividamento por si só não é algo negativo. “A situação fica crítica quando as famílias não conseguem quitar esses compromissos. É exatamente o atual cenário, com aumento da inadimplência pelo 9º mês consecutivo, atingindo 30,8% em agosto, maior percentual desde março de 2013”, diz o economista.

Educador financeiro há 26 anos, Mário Santana afirma que esse endividamento não é algo pontual por já ter um crescimento contínuo há 9 meses seguidos. O especialista aponta que esse acontecimento tende a ter mais ligação com a necessidade de comprar produtos e serviços essenciais.

“O cartão de crédito dá um acesso fácil ao crédito e, em uma situação de restrição, as pessoas tendem a apelar para essa alternativa para manter as coisas minimamente em ordem. Só que é algo muito

imediatista e que pode ter impactos futuros, como a inadimplência”, explica.

DESEMPREGO

A inadimplência das famílias com renda de até 10 salários mínimos atingiu os 34,7%, enquanto a taxa para os que ganham acima de 10 salários mínimos foi de 3,5%. Em 2019, a taxa era igual para os que recebem mais, porém para as famílias com renda mais baixa o percentual era de 15%.

O desemprego foi o motivo para Maria Clara Fernandes, 36, utilizar mais o cartão de crédito. Ela perdeu a sua vaga como representante comercial em junho e demorou para receber o valor da rescisão do antigo empregador.

Por esse motivo, passou a usar aquele que sempre enxergou como vilão. “Eu vejo gente aqui em casa numa loucura usando e eu sempre evitei porque sou gastadeira e já tive problemas com o cartão de crédito quando era mais nova. Por isso, controlo os gastos com mão de ferro para não sujar a única coisa que tenho de valor que é o meu nome”, analisa.

Embora o dado de julho tenha mostrado um saldo positivo entre admitidos e demitidos, na Bahia, de +3,2 mil empregos formais, o acumulado desde março é de -70 mil, segundo aponta o Caged, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia.

DICAS

Santana aponta que o cartão de crédito não precisa ser visto como vilão, mas precisa ser utilizado de maneira planejada e consciente para evitar dor de cabeça. É sempre bom lembrar que a inadimplência traz consigo situações desagradáveis como dificuldade para conseguir financiamentos, além da cobrança quase diária pro telefone.

No entanto, Santana explica que o uso do crédito é “positivo e muitas vezes necessário” em algumas situações. Para evitar a inadimplência, o educador financeiro aconselha que as pessoas analisem e tomem costume de registrar num caderninho ou numa planilha todos os gastos.

Utilizar apenas um cartão é outra dica que o especialista oferece. Dessa forma, fica mais fácil de não se empolgar e, mais do que isso, não se perder com os gastos. Por fim, ele sugere colocar como limite do cartão o valor máximo 50% de toda a sua renda líquida.

O aumento expressivo da inadimplência deve gerar uma limitação para o ritmo de retomada da economia
Guilherme Dietze

Economista e consultor econômico da Fecomércio-BA



ACEVO PESSOAL

Auxílio emergencial não garante retomada, diz consultor

Segundo o Ministério da Economia, foram 5,7 milhões de beneficiários do auxílio emergencial na Bahia, o que equivale a 41% da população, e com um total destinado até julho de R\$ 10,7 bilhões.

“O aumento expressivo da inadimplência deve gerar uma limitação para o ritmo de retomada da economia. Sem capacidade de consu-

mo, através do emprego, e com dívidas atrasadas, precisará de um tempo a mais para equalizar essas contas, depois criar espaço para consumo de bens não essenciais e, sobretudo, com potencial utilização de crédito”, revela Guilherme Dietze.

Ainda segundo o consultor da Fecomércio-BA, não há previsão de melhora de

cenário econômico se não houver investimentos para geração de emprego e renda. As ajudas financeiras concedidas pelos governos têm ajudado para que o quadro não seja pior. Mas o economista alerta que estas medidas têm fôlego curto diante dos problemas fiscais dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal).

Com rasteira da covid, PIB tem queda histórica

Brasil entra em recessão; resultado não foi pior graças ao agro e ao auxílio

Das agências

REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

A pandemia do novo coronavírus provocou um tombo histórico na economia brasileira no 2º trimestre deste ano (1º de abril a 30 de junho). Segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas produzidas no país) caiu 9,7% em relação aos três primeiros meses do ano, e 11,4% na comparação com o 2º trimestre de 2019. Ambas as taxas são as quedas mais intensas da série histórica, iniciada em 1996. No acumulado dos quatro trimestres terminados em junho, houve queda de 2,2% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Foi também o segundo trimestre de retração - a queda do primeiro trimestre em relação ao quarto trimestre de 2019 foi revisada para 2,5%, ante o 1,5% inicialmente informado -, primeira vez que isso ocorre desde 2016. Duas retrações seguidas caracterizam uma "recessão técnica".

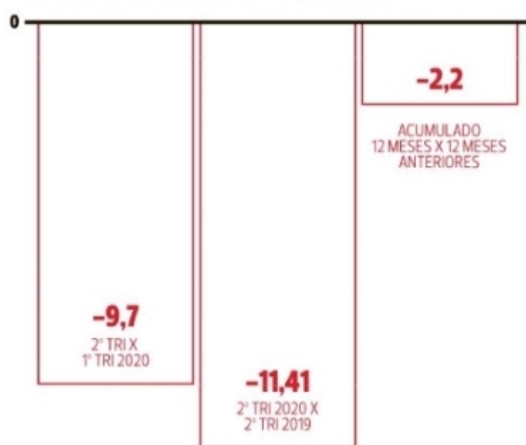
O IBGE afirmou que adotou tratamentos específicos no Sistema das Contas Nacionais para retratar os impactos da covid, em conformidade com o que foi realizado em outros

países, mas que não houve mudança metodológica. O pressuposto básico foi equiparar uma hora de teletrabalho a uma hora de trabalho presencial.

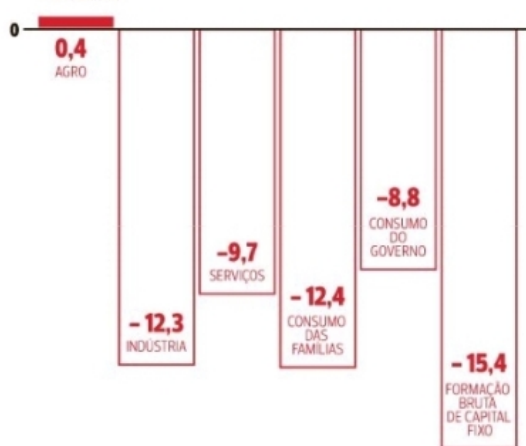
As maioria dos países também sofreram retração no período. Mas no caso brasileiro, a queda foi tão pior do que em outras crises enfrentadas pelo país porque "nunca antes se propôs uma política que fosse desligar a economia", analisou Eduardo Zilbermann, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, numa referência às regras de restrição adotadas para conter a doença. Em outras crises - causadas por inflação, desequilíbrios nas contas externas ou bolhas financeiras, etc. -, as empresas entram em dificuldade, suspendem investimentos e demitem funcionários, ou a renda das famílias é corroída. Mas as lojas seguiam vendendo, girando a roda da economia. Só que o "desligamento" fechou lojas, levando vendas e produção para quase zero.

Como explica Zilbermann, o PIB é uma medida de fluxo, de quanto se produz ao longo do tempo. Assim, mesmo que a parada para valer tenha sido em abril, a reabertura gradual a partir de maio foi insuficiente para salvar o PIB do segundo trimestre.

* DESEMPENHO DA ECONOMIA



POR SETOR



CONSUMO

O quadro só não foi pior por causa das medidas adotadas pelo governo para mitigar a crise, com destaque para o auxílio emergencial de R\$ 600 ao mês pago aos mais pobres e aos trabalhadores informais. Ainda assim, esse impulso não impediu o tombo de 12,5% no consumo das famílias ante o primeiro trimestre do ano.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, disse que além do impulso do auxílio emergencial no consumo, contribuiu para a melhora do quadro o crescimento do

agronegócio. O PIB da agropecuária teve o melhor desempenho entre os componentes da oferta, com alta de 0,4% face o 1º trimestre.

"Há commodities que não são agrícolas, mas também se beneficiaram do aumento da demanda chinesa e do câmbio, como minério de ferro e petróleo. Se você junta esses segmentos todos, estamos falando de 35% a 40% do PIB com retorno positivo", disse.

Ainda pelo lado da oferta, os serviços - que respondem por cerca de 70% do PIB - encolheram 9,7% em relação ao primeiro trimestre, e a in-

dústria, 12,3%. Com as empresas adiando compra de maquinário e obras suspensas, a formação bruta de capital fixo (FBCF, medida dos investimentos no PIB) despencou 15,4% em relação aos três primeiros meses do ano.

RECUPERAÇÃO

No cenário traçado por Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores, a dinâmica global da recessão poderá ditar os rumos da crise. O fato de todas as economias do mundo terem sido atingidas mais ou menos ao mesmo tempo - apenas a China, onde a covid-19 surgiu, foi atingida um pouco antes -, é uma das características inéditas da crise. Para ele, a recuperação brasileira pode ser ditada pela dinâmica internacional, que, por sua vez, é marcada pelas medidas de mitigação adotadas pelos principais países. Para ele, a economia do Brasil pode ser melhor do que o dos vizinhos da América Latina.

Para Zilbermann, da PUC-Rio, a economia brasileira está numa "encruzilhada". Por um lado, no momento mais imediato, as medidas emergenciais impulsionam a economia e podem ajudar na recuperação nos próximos meses. Por outro, os gastos públicos associados às medidas ameaçam o equilíbrio fiscal nos próximos anos.

Desequilíbrios poderão elevar o risco país e a cotação do dólar e afastar investidores, o que tiraria impulso da recuperação da economia. Por isso, defende que o governo sinalize que a elevação de gastos é temporária e que o equilíbrio das contas voltará no médio prazo.

Para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), o 2º trimestre foi mesmo o pior momento da crise, mas ainda existem dúvidas sobre o perfil da recuperação. O instituto disse, em nota, que até que uma vacina seja aprovada e aplicada, o momento vai exigir a continuidade de programas de apoio a empresas e famílias, que "devem passar por ajustes progressivos adequando-os às mudanças de quadro".

Tombo brasileiro é igual ao registrado pela Alemanha

O resultado do PIB brasileiro no 2º trimestre está no 22º lugar de um ranking com 48 países analisados pela Austing Rating. O Brasil (-9,7%) ficou empatado com a Alemanha e Tailândia na 22ª posição e acima de países como Itália, Reino Unido, França, Espanha e Portugal. Segundo a listagem, a média geral dos países estudados, a queda foi de 9,9%. Já no grupo dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), houve alta de 0,8%. A Zona do Euro teve queda de 12,1%.

Em audiência no Senado

ontem no Senado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, minimizou o resultado do 2º trimestre e garantiu, mais uma vez, que no final do ano o percentual de queda da atividade no Brasil será menor que calculada pelos mercados financeiro. "Nós humanos somos átomos que raciocinam. Economia não é uma ciência exata. Como a velocidade da luz é diferente da velocidade do som, você vê um raio muito cedo e o som chega depois. É a mesma coisa com a economia", comparou.

9,70%

é o quanto as economias alemã e do Brasil encolheram no segundo trimestre do ano. As duas nações ocupam a posição 22 em ranking com o PIB de 48 países

9,9%

é a média geral de recuo do desempenho econômico de todos os países que integram a lista

Ele completou dizendo que quem previu uma queda de 10% no PIB deste ano "viajou na velocidade da luz" e errou. "Chegou agora o som de uma queda inicial do PIB de 10%. Só que a realidade é outra. É um som de um passado distante. Como a luz das estrelas que nós vemos foram emitidas há bilhões de anos. O que você vê é um registro do passado. Foi esse som que chegou agora".

Guedes disse ainda que as atuais estimativas para o PIB de 2020 estão em queda entre 4% e 5%. A projeção ofi-

cial é de retração de 4,7%. "O crédito, consumo de energia elétrica, notas fiscais estão todas voltando com dois dígitos. No fim do ano, a queda da economia brasileira pode ser 4% até um pouco menos", afirmou.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) falou que o recuo do PIB era esperado por causa da pandemia. E ressaltou a importância das reformas econômicas (tributária e administrativa) para acelerar a recuperação do país.

Auxílio emergencial segue até dezembro

Presidente Bolsonaro anuncia redução do valor para R\$ 300; Guedes diz ser última camada de proteção

Doris Miranda, com agências

REPORTAGEM
doris.miranda@reddebahia.com.br

O presidente Jair Bolsonaro anunciou nesta terça-feira que o auxílio emergencial será reduzido para R\$ 300 e que o novo valor será concedido por mais quatro meses. A quantia representa metade da concedida nos primeiros cinco meses do programa. O valor e o período de extensão do benefício foram definidos na segunda-feira, em reunião entre Bolsonaro com o ministro da Economia, Paulo Guedes. No encontro, o ministro, que defendia novas parcelas de R\$ 200, cedeu ao apelo do presidente.

Ontem, o presidente se reuniu, no Palácio da Alvorada, com líderes partidários para defender que o valor não seja alterado pela Câmara. Para estabelecer o novo valor, Bolsonaro enviará uma medida provisória ao Congresso. Isso porque a lei que rege o auxílio emergencial permite a prorrogação por ato do Executivo sem a necessidade de validação do Legislativo, mas desde que fosse mantido o valor original de R\$ 600.

"Nós resolvemos prorrogá-lo por medida provisória até o final do ano. E o valor, como vínhamos dizendo, é muito para quem paga. Nós decidimos aqui, atendendo a economia, em cima da responsabilidade fiscal, fixá-lo em R\$ 300", disse Bolsonaro.

O anúncio foi feito simultaneamente à divulgação da retração inédita de 9,7% no PIB (Produto Interno Bruto) do segundo trimestre. Estavam ao lado do presidente, além de integrantes da equipe de governo, dirigente do centrão, como o deputado federal Arthur Lira (PP-AL) e o presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI).

"Existe hoje uma sintonia muito grande entre Executivo e Legislativo para que a gente possa retomar a agenda de reformas. A discussão do Renda Brasil vem após o auxílio emergencial para que a gente possa apresentar o

maior programa de solidariedade social da história do Brasil", disse o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE).

A medida provisória do auxílio emergencial tem força de lei imediata, embora o Congresso possa mudar o valor durante a tramitação. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), porém, já sinalizou a Bolsonaro que o Congresso aceitaria o novo valor a ser proposto pelo governo. "Nós temos responsabilidade", afirmou Maia. Segundo ele, a análise deve considerar o impacto da medida nas contas públicas.

A prorrogação do auxílio emergencial ocorre em meio às dificuldades da equipe econômica de criar um novo programa social que represente uma expansão em relação ao Bolsa Família.

O auxílio emergencial foi criado originalmente para durar três meses (tendo como base os meses de abril, maio e junho). Depois, o governo prorrogou por duas parcelas (julho e agosto). O valor de R\$ 600 foi mantido em todo esse período. Inicialmente, Guedes propôs parcelas de R\$ 200 por beneficiário, mas o Congresso pressionou por um aumento para R\$ 500. O valor acabou fechado em R\$ 600 após aval do presidente Jair Bolsonaro.

O auxílio emergencial é a medida mais cara do pacote anticrise, e já demanda R\$ 254,4 bilhões em recursos considerando as cinco primeiras parcelas.

ÚLTIMA CAMADA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a prorrogação do auxílio emergencial até dezembro é a última camada de proteção social que o governo lança. Entretanto, ele não deu detalhes sobre o Renda Brasil, programa que substituirá o Bolsa Família e o auxílio emergencial,



“Esses quase 40 milhões de brasileiros abandonados poderiam ser vítimas do desespero e partirem para violência urbana”
Paulo Guedes



“Nós resolvemos prorrogá-lo por medida provisória até o final do ano. E o valor, como vínhamos dizendo, é muito para quem paga”
Jair Bolsonaro

e deve ser a marca social do governo Jair Bolsonaro.

O governo prorrogou o auxílio após pagar cinco parcelas de R\$ 600. Nas contas de Guedes, as próximas quatro parcelas custarão até R\$ 90 bilhões aos cofres públicos. O ministro também declarou que após esse período, a ideia é encerrar medidas emergenciais e se concentrar na aprovação de reformas.

"Está havendo uma tentativa de uma aterrissagem suave, descendo para R\$ 300, quatro prestações até o fim do ano. Essas são as últimas camadas de proteção que estamos lançando", declarou. Segundo Guedes, o pagamento do auxílio emergencial foi importante para que o país evitasse um caos generalizado, já que diversas famílias estavam na informalidade.

"Esses 38 milhões de brasileiros, de repente trancados em casa, porque ninguém mais estava comprando churrasco, ninguém mais aceitando faxina. Esses quase 40 milhões de brasileiros abandonados poderiam ser vítimas do desespero e partirem para violência urbana e partirem para a busca de sustentação de alimentos, o que seria um desastre, uma tragédia de proporções inimagináveis", disse.

O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, já afirmou que o tamanho do auxílio emergencial é menor hoje em dia, cinco meses depois de declarar início da pandemia do novo coronavírus. "Certamente a necessidade dessa dimensão é muito menor do que em março, no início da pandemia, quando o Brasil praticamente parou de funcionar", disse Funchal, recentemente.

Embora o Legislativo tenha liberado o governo para ampliar gastos relacionados à pandemia do novo coronavírus neste ano, a equipe econômica de Paulo Guedes busca evitar uma explosão de gastos do governo federal e, por consequência, de endividamento público.

Com o cenário atual, técnicos já esperam que a dívida bruta do governo vai ficar perto de 100% do PIB (Produto Interno Bruto) ao fim do ano. No encerramento do ano passado, o patamar estava em 75,8% do PIB.

Reforma administrativa será enviada ao Congresso

O presidente Jair Bolsonaro anunciou que encaminhará nesta quinta-feira ao Congresso Nacional a proposta do governo para a reforma administrativa. Bolsonaro fez o anúncio após reunião na manhã desta terça, no Palácio do Planalto, com ministros e líderes do Congresso. Tanto o presidente quanto os parlamentares presentes destacaram que as decisões do governo e do Congresso vão respeitar a res-

ponsabilidade fiscal. O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), falou em compromisso para manter o teto de gastos.

Bolsonaro frisou que a proposta do governo não afetará os atuais servidores públicos, apenas aqueles que entrarem no governo após a aprovação. Mas não deu detalhes sobre as mudanças previstas no projeto. "Tomamos duas decisões. A pri-

meira é encaminhar na quinta-feira a reforma administrativa. Que fique bem claro: não atingirá nenhum dos atuais servidores. Ela se aplicará apenas aos futuros servidores concursados", disse Bolsonaro.

De acordo com o Blog do Valdo Cruz, do GI, o envio da reforma administrativa ao Congresso é vitória do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Discutida desde a campanha eleitoral, a reforma administrativa é elaborada desde o ano passado pelo governo. Em fevereiro deste ano, Bolsonaro chegou a encaminhar o projeto ao Congresso, porém desistiu e deixou a proposta para 2021. Agora, o presidente mudou de ideia mais uma vez.

Em agosto, o vice-presidente Hamilton Mourão disse que a proposta de reforma administrativa do governo já

estava pronta, mas que o envio dela ao Congresso dependia de uma "decisão política" de Bolsonaro.

A demora no envio do projeto motivou o pedido de demissão de Paulo Uebel, que era secretário de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Uebel trabalhou no projeto da reforma administrativa, mas deixou o governo no mês passado diante do impasse sobre o futuro da proposta.

Tribuna

PONTO DE VISTA

Raymundo Pinto

Reforma tributária ao alcance do leigo

E enquanto a pandemia não cessa, prosseguem as discussões em torno dos planos de soluções para enfrentar a grave crise econômica provocada pela doença. O Governo Federal, forçado pelas circunstâncias, reconhece que o déficit orçamentário alcança cifras astronômicas. No Congresso Nacional, já se articula colocar a reforma tributária como uma das prioridades. Há projetos de lei em tramitação tanto no Senado (PL 110/19) como na Câmara (PL 45/19) e a presidência da República enviou uma proposta modesta. O chamado "povão", leigo em assuntos jurídicos, tenta entender os debates sobre o assunto, mas fica em dificuldade em face da quantidade dos termos técnicos usados. Fui magistrado trabalhista por trinta anos e só me interessei por outros ramos do Direito quanto a matéria tinha alguma conexão com o exercício de minha profissão. Confesso, pois, que não sou um "expert" em tributação, porém, em homenagem aos meus leitores, resolvi me dedicar ao tema. Fruto de leituras e consultas a entendidos, este modesto artigo é uma tentativa de esclarecer, em resumo, a respeito de algumas informações relativas à pretendida reforma.

Há consenso que nossos impostos e taxas são numerosos, têm percentuais elevados, existe muita burocracia na cobrança, pesam mais sobre os pobres e são aliviados para os ricos (pes-

soas físicas e empresas). O ministro da Economia insiste muito num tributo que teria por base as transações financeiras eletrônicas. Por lembrar a antiga e muito criticada CPMF, encontra forte oposição, destacando-se a firme posição contrária do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Não me parece ter futuro. Ninguém esquece sua incidência em cascata sobre cada movimentação financeira.

Cogita-se, como medida para desburocratizar a cobrança, a fusão de diversos impostos num só. A única proposta de iniciativa do Executivo, encaminhada no dia 21/8, propõe apenas juntar o Pis/Pasep com a Cofins. Considerada insuficiente, foi prometida a remessa de outras, incluindo o Imposto de Renda. Os dois projetos que tramitam no Congresso reúnem, além dos apontados tributos, mais IPI, ICMS e ISS, criando a CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços. Um denominado Imposto Seletivo, incidiria sobre bebidas e cigarros. Ambas as propostas contêm semelhanças e divergências, mas o objetivo é sempre a simplificação. Será previsto um longo prazo para as adaptações.

Interessante é que se dá pouca ênfase, nos debates sobre o assunto, à necessidade de reduzir as despesas. Para tanto, urge, entre outras providências, realizar-se uma profunda reforma administrativa, uma vez que são gritantes os problemas envolvendo os servidores públicos. Gozam de regalias exageradas, como altos vencimentos (compa-

rados com os da iniciativa privada), estabilidade, distorções na progressão da carreira, baixo controle da produtividade, dificuldade de despedi-los quando cometem falta grave, entre outras. Uma regulamentação mais justa traria economia ao Tesouro. No lado da receita, destaque-se que a Constituição Federal vigente desde 1988 previu, no artigo 153, inciso VII, entre os impostos de competência da União, o que seria cobrado sobre "as grandes fortunas". Para proteger os milionários, até hoje – decorridos 32 anos! – jamais se cogitou de aprovar a lei complementar que o instituiria.

Outro fato mais recente refere-se aos planos do Governo de estender o auxílio emergencial até dezembro, criar o Renda Brasil para substituir o bolsa família (em 2021) e ainda reduzir os encargos dos empregadores a fim de ampliar os postos de trabalho. Tudo isso exige aumento da receita em tempos de pandemia quando, por causa dela, os gastos públicos estão sofrendo grande incremento e gerando elevados déficits.

Aqui está uma breve informação ligada à reforma tributária que envolve uma complexidade técnica impossível de esgotar num simples artigo. Façamos votos que o Poder Executivo e os congressistas encontrem um caminho equilibrado para buscar os recursos necessários, tirando mais dos ricos e sem sacrificar os contribuintes pobres, bem como conter as despesas dentro dos limites possíveis de acordo com a arrecadação.

Raymundo Pinto, desembargador aposentado do TRT, é escritor, membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e da Academia Feirense de Letras. rappinto@uol.com.br.

Quase 7 mil empresas na Bahia foram abertas

YURI ABREU
REPORTER

Mesmo com a pandemia de covid-19 assolando os diversos setores da economia, 6.783 empresas abriram as portas entre os meses de abril a julho deste ano, de acordo dados da Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb). Ainda de acordo com o órgão, em comparação ao mesmo período de 2019, houve uma queda de 31% no número de fechamentos de organizações: 5.169 este ano contra 7.496 no ano passado.

Com relação à abertura de empresas, a maior parte delas, nesses quatro meses, foi relacionada ao setor de comércio: 2.818, seguida das dos segmentos de saúde humana e serviços sociais, com 654 organizações registradas na Junta, e atividades profissionais científicas e técnicas, com

503. Por outro lado, quanto aos fechamentos, o comércio também liderou as estatísticas entre abril e julho, com a extinção de 2.712 negócios. Em segundo e terceiro lugares, respectivamente, apareceram os setores de alojamento e alimentação, com 344 fechamentos e as atividades administrativas e serviços complementares, com 319 extinções.

Por tipo jurídico, a maior parte das empresas formadas, entre abril e julho, foi do gênero Sociedade LTDA: 3.327. Em segundo lugar, aparece a do tipo empresário individual, com 1.817. Na terceira posição, vem às empresas do tipo Eireli, com 1.468 constituições. Já com relação aos fechamentos, as organizações do modelo empresário individual foram as que mais tiveram extinções, com 2.456, seguida das do tipo Socieda-

de LTDA, com 2.136 dissoluções.

Por município, os dados da Juceb indicam apenas a quantidade de constituições. Neste sentido, o primeiro lugar é ocupado pela Região Metropolitana de Salvador (RMS), com 2.254 empresas formadas, nesse intervalo de quatro meses. Em seguida, vem a região do Paraguaçu, com 726 criações. Depois, na sequência, aparece a região Oeste do estado, com 506, entre abril e julho.

COMODIDADE

Para facilitar o procedimento, em junho, a Junta Comercial baiana adotou, como obrigatório em Salvador e Região Metropolitana (RMS), a utilização do processo 100% digital para o registro e arquivamento de atos empresariais de todas as naturezas jurídicas. Para a presidente do órgão,

Andrea Mendonça, com a medida, o protocolo de processos físicos não é mais feita nos postos de atendimento da de Salvador, Lauro de Freitas e demais municípios da região.

Todos os serviços relativos ao registro e arquivamento de empresas na Bahia são feitos exclusivamente através do site: www.juceb.ba.gov.br. "Essa iniciativa garantiu mais comodidade e dinamismo, uma vez que os clientes não precisam mais se dirigir aos postos de atendimento para tais serviços. Através da plataforma digital da Juceb é possível fazer arquivamentos de atos, constituição de empresas com registro automático, entrega de livros contábeis no formato digital, emitir certidões web, fazer consultas e enviar dúvidas através da ferramenta Atende Juceb", explicou a presidente da Junta Comercial baiana.

Veículo: Política Livre	
Data: 02.09.2020	Caderno: Economia



01 de setembro de 2020 | 11:19

Secretário diz que coronavírus cresce menos que 1% por dia na Bahia: ‘Faremos com que a Covid-19 mate menos’

O secretário de Saúde (Sesab), Fábio Vilas-Boas, afirmou, em entrevista à rádio Metrópole na manhã desta terça-feira (1º), que, excluindo o leste da Bahia, o novo coronavírus está crescendo menos que 1% por dia no estado.

Segundo ele, a taxa de mortalidade tem caído consideravelmente. “Temos leitos de UTI funcionando e outros sendo abertos. Em Juazeiro, 20 leitos foram abertos na semana passada. A próxima será em Bom Jesus da Lapa. Faremos com que a Covid-19 mate menos pessoas”, disse.

“Fomos pioneiros no emprego de máscaras, com um projeto bem-sucedido ao longo de quatro semanas, em conjunto com as cooperativas de costureiras e presidiários. Todos produzindo máscaras para, só depois, quando tivéssemos um estoque, começarmos a lançar os decretos de obrigação de uso”, ressaltou.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 02/09/20	



OBRAS DA FIOI NA BAHIA RECEBERÃO MAIS R\$ 150 MILHÕES



admin 2 Setembro, 2020

A Valec deve receber, este mês, R\$ 150 milhões a mais para as obras da Fioi (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), que serão usadas no trecho 2, informou o presidente da estatal, André Kuhn. Segundo ele, os investimentos públicos no trecho entre Barreiras, no oeste da Bahia, a Caetité, no sudoeste, vão ajudar a viabilizar a concessão futura dessa ferrovia.

“Estamos com a sinalização de receber em torno de R\$ 150 milhões ainda em setembro. Isso vai permitir o aumento do ritmo de execução. Mês passado executamos cerca de R\$ 38 milhões e teríamos condição, hoje, de viabilizar os lotes 5 e 7, com R\$ 25 milhões/mês cada. O ritmo está adequado ao cronograma físico-financeiro, prevendo chegar até o fim de 2022, uma execução de 85% da obra. Isso irá viabilizar a concessão”, explicou.

Ainda de acordo com Kuhn, a estatal está apoiando a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) nas respostas a todos os questionamentos feitos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) acerca da viabilidade da concessão do trecho 1, entre Caetité e Ilhéus, no litoral sul baiano. Com isso, a expectativa é que a liberação para o leilão aconteça dentro do cronograma esperado.

Segundo informações do Correio, o diretor-executivo do Movimento Pró-Logística, Edeon Vaz, disse que o governo precisa rever o projeto da Fioi 3, que ligará Barreiras (BA) à Ferrovia Norte-Sul. Ele defende a modificação do traçado já estudado pelo governo, passando a chegada

da ferrovia ao município de Mara Rosa (GO), o que faria uma conexão direta com a Fico (Ferrovia de Integração do Centro-Oeste).

Para o presidente da estatal o Evtea (Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental) da ferrovia cria certos entraves em suas modificações. Contudo, a mudança do traçado da Fiol 3 é vista com bons olhos pelo governo. “O estudo de viabilidade da Fiol foi feito há mais de 10 anos. Nele, havia uma série de condicionantes que amarraram o traçado. A Fiol 3 termina em Figueirópolis e acho essa preocupação colocada pelo Edeon muito adequada”, afirmou.

Veículo: Metro1	Economia
Data: 01/09/20	



Economia

Balança comercial registra superávit recorde de US\$ 6,6 bi em agosto

Esse é o melhor resultado para agosto desde o início da série histórica, em 1989



Foto : Tânia Regô / Agência Brasil

Por **Luciana Freire** no dia 01 de Setembro de 2020 · 22:00

O Ministério da Economia informou hoje (1º) que a balança comercial registrou superávit de US\$ 6,609 bilhões em agosto. A informação foi divulgada pela Agência Brasil.

Esse é o melhor resultado para agosto desde o início da série histórica, em 1989. Em 32 anos, é o maior superávit para agosto. No mesmo período do ano passado, o saldo foi positivo em R\$ 4,099 bilhões.

Tanto as exportações como as importações caíram no mês passado. Em agosto, o país vendeu US\$ 17,741 bilhões para o exterior, com recuo de 5,5% pelo critério da média diária em relação ao mesmo mês do ano passado. As importações, no entanto, caíram mais, somando US\$ 11,133 bilhões, redução de 25,1% também pela média diária.

Veículo: Bocão News	Economia E Mercado
Data: 01/09/20	



Economia E Mercado

Câmara aprova texto-base do marco do gás que pode gerar investimentos de R\$ 60 bilhões



*01 de Setembro de 2020 às 22:28 Por: Reprodução/ Governo de Minas Gerais Por: Folhapress
0comentários*

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (1º) o texto-base do novo marco legal do gás, que busca destravar investimentos de cerca de R\$ 60 bilhões ao longo de cinco anos e que pode reduzir o preço do gás no país, segundo o setor.

O texto-base foi aprovado por 351 votos a favor e 101 contrários. Os deputados, agora, vão analisar propostas de mudanças ao texto. A seguir, o projeto vai ao Senado.

O projeto faz parte de um pacote de medidas defendidas pelo governo Jair Bolsonaro (sem partido) para atrair investimentos no pós-pandemia da Covid-19, gerar empregos e modernizar os serviços públicos.

Além dos R\$ 60 bilhões em investimentos para o setor ao longo de cinco anos, há ainda uma expectativa de geração de quatro milhões de empregos.

Um dos principais avanços do projeto é a possibilidade de outras empresas poderem acessar a infraestrutura de distribuição de gás, como gasodutos, sob critérios que serão regulamentados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

A intenção é reduzir a participação da Petrobras no mercado de gás por meio da venda de empresas ligadas a transporte, inclusive o gasoduto Brasil-Bolívia, e da alienação de participações em distribuidoras estaduais.

A petroleira já vinha reduzindo a participação no mercado desde que, em julho do ano passado, assinou com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) um termo segundo o qual a estatal se comprometia a vender, até 31 de dezembro de 2021, ativos relacionados ao mercado de gás natural.

Segundo o TCC, a estatal prometeu se desfazer de 10% remanescentes na NTS (Nova Transportadora do Sudeste), dos 10% na TAG (Transportadora Associada de Gás) e dos 51% na TBG (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil).

Antes do acordo, as indústrias praticamente adquiriam gás somente da Petrobras. A maior parte das empresas ainda tem contratos válidos com a Petrobras até 2021. A lei porá fim à exclusividade.

Houve negociações para tentar reduzir a resistência das distribuidoras estaduais, únicas fornecedoras, que poderão perder mercado com o ingresso de competidores. Se o texto for sancionado sem mudanças, concessionárias de distribuição em dutos poderão terceirizar serviços para empresas que queiram instalar a infraestrutura.

A ANP fará consulta pública para estipular a receita máxima permitida de transporte e os critérios de reajuste. As tarifas de transporte de gás natural serão propostas pelo transportador e aprovadas pela agência reguladora, também após consulta pública.

O projeto proíbe que transportadoras e empresas que atuem na exploração, produção e venda, entre outras etapas, tenham qualquer relação societária direta ou indireta.

O texto também muda o regime de exploração dos gasodutos de concessão para autorização. Ou seja, em vez de leilões entre empresas que queiram investir, agora basta a autorização da ANP.

O setor estima que a mudança poderia provocar uma queda de 30%, em média, no preço do gás. A queda deve ocorrer com o aumento da competição, uma vez o novo marco porá fim ao regime de concessão - que previa leilões - no segmento e passará a exigir das empresas interessadas na construção de gasodutos apenas autorização da ANP.

Na avaliação de João Almeida, sócio de fusões e aquisições e óleo e gás do escritório Demarest, a lei cria um arcabouço para o setor, mas não necessariamente cria um mercado.

"Tem que dar condições para o mercado que vai ser criado ou está em implementação. Tem a lei do gás, com boas estruturas dentro dela e que não desenvolveu o mercado", afirmou.

Para ele, a iniciativa da Petrobras de fazer desinvestimentos é mais importante que o marco do gás. No entanto, ele ressalta que a lei e a política para o mercado de gás vão dar segurança jurídica para empresas privadas que estão começando a fazer os projetos.

A própria mudança para regime de autorização é vista com ressalva por Almeida. "Não é porque escreveu na lei que o pessoal vai construir gasodutos. Vai ter que haver condições, tem players interessados", afirma.

O projeto prevê hipóteses em que a autorização para transporte de gás seria revogada, como no caso de liquidação ou falência, a pedido da empresa autorizada ou descumprimento da lei, por exemplo.

Veículo: Estadão	
Data: .02.09.2020	Caderno: Economia



Reforma administrativa de Bolsonaro poupa os servidores já em atividade

Presidente determina que as novas regras não atinjam os 9,77 milhões de funcionários públicos que estão na ativa na União, Estados e municípios; projeto é forma de conter o bombardeio contra o teto de gastos

Jussara Soares, Julia Lindner e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

02 de setembro de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - O presidente **Jair Bolsonaro** se comprometeu a [enviar a reforma administrativa ao Congresso amanhã](#), quase um ano depois de ter engavetado a proposta de reestruturação das carreiras do funcionalismo, com novas regras para contratação, promoção e desligamento dos servidores. Bolsonaro, no entanto, exigiu que os 9,77 milhões de funcionários que estão na ativa na **União** e nos Estados e municípios (21% dos trabalhadores formais do **País**) sejam poupados das mudanças.

O envio da **reforma administrativa** é considerado pela área econômica uma maneira de conter o bombardeio contra o teto de gastos, que limita o avanço das despesas à inflação, e sinalizar compromisso com a agenda fiscal num momento em que o mercado coloca em xeque a capacidade de **Guedes** em segurar a pressão para abrir o cofre.

A proposta de reforma do RH do Estado entregue pelo ministro da **Economia, Paulo Guedes**, já era dirigida principalmente aos novos servidores, mas incluía alguns pontos que mexia com os que estão trabalhando, como a revisão do sistema de licenças e gratificações, que estimula, na visão do ministério, uma percepção negativa da sociedade em relação aos servidores por terem privilégios em relação aos trabalhadores da iniciativa privada.

Anuênios (adicionais nas remunerações por cada ano de trabalho) e licenças-prêmio (licença remunerada concedida a cada cinco anos de serviço) seriam benefícios que passariam por uma revisão. O último foi extinto para novos servidores federais a partir de 1997, mas ainda é comum em Estados e municípios.

Pente fino

Desde o anúncio da retomada da reforma, um pente-fino começou a ser conduzido pelos técnicos do governo para garantir que a determinação do presidente de excluir os atuais servidores seja cumprida.

"Importante, sinalizando para o futuro, a retomada das reformas. A reforma administrativa é importante. Como o presidente deixou claro, desde o início, não atinge os direitos dos servidores públicos atuais, mas redefine toda a trajetória do serviço público para o futuro, serviço

de qualidade, com meritocracia", disse ontem Guedes, ao lado do presidente. Apesar disso, os gastos com servidores atuais ainda podem virar alvo das propostas de "gatilho" de ajuste para evitar o descumprimento do teto de gastos, que limita o avanço das despesas à inflação.

Devem permanecer no texto mudanças na estabilidade, que passa a ser exclusiva para carreiras de Estado. Na **Proposta de Emenda à Constituição (PEC)**, não serão elencadas que carreiras são essas – a determinação deve ficar para um segundo momento, mas deve contemplar auditores da **Receita** e diplomatas, por exemplo. Os demais servidores devem ser contratados pela **Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)**, com possibilidade de demissão.

Outra proposta da reforma é limitar o salário de entrada dos servidores públicos, mas a definição do valor também não deve estar na PEC. Na elaboração do texto, o valor máximo em discussão era de R\$ 5 mil. Um raio-x do serviço público feito pelo **Banco Mundial** apontou que 44% dos servidores começam ganhando acima de R\$ 10 mil, 22% entram com remuneração superior a R\$ 15 mil e 11% ingressam com contracheque já superior a R\$ 20 mil.

Um técnico-administrativo de universidade entra ganhando R\$ 4,8 mil por mês, enquanto um professor de ensino superior ganha inicialmente R\$ 10,3 mil mensais. Carreiras policiais têm salário inicial de R\$ 11,1 mil e diplomáticas, R\$ 13,4 mil. Áreas de fiscalização e controle, como as da Receita Federal, R\$ 17,6 mil. Carreiras jurídicas estão no topo, com salário inicial de R\$ 24,1 mil.

Cálculos do Banco Mundial apontam que a redução do salário inicial a R\$ 5 mil e mudanças na progressão de carreira (para tornar mais longo

o caminho até o topo) poderia render economia de R\$ 104 bilhões aos cofres públicos até 2030.

Como mostrou o **Estadão**, [servidores públicos federais já fazem lobby contra mudanças nas carreiras](#). Nas últimas semanas, representantes de sindicatos e associações intensificaram os contatos com deputados e senadores, que têm sido bombardeados com telefonemas e mensagens.

Rapidez

No Congresso, lideranças afirmam que o texto pode ser aprovado mais rapidamente do que a reforma tributária, que prevê simplificação de impostos. A aprovação de uma emenda à Constituição - como requer mudanças nas regras do funcionalismo - exige apoio de três quintos da **Câmara** (no mínimo 308 votos de 513 deputados) e no **Senado** (49 de 81 senadores).

A decisão de retomar a reforma administrativa foi tomada após um “realinhamento político” da agenda pós-pandemia, após o adiamento do envio da proposta e o [**próprio pedido de demissão do secretário de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel**](#), terem repercutido mal entre investidores. Em junho, o presidente Jair Bolsonaro chegou a dizer que a reforma ficaria para o ano que vem.

Lideranças que participaram do café da manhã com Bolsonaro e Guedes no **Palácio da Alvorada** também veem na estratégia uma forma de atender à pressão do mercado por um ataque mais incisivo à trajetória explosiva de gastos. A despesa com pessoal é a segunda maior do **Orçamento**, atrás apenas da **Previdência**, que já foi alvo de uma reforma aprovada no ano passado. Em 2021, o governo federal

deve gastar R\$ 337,345 bilhões com salários e outros benefícios aos servidores.

“Esses debates estruturais podem dar melhor condições para que os programas que o governo quer implementar possam ter um espaço maior no teto de gastos para os próximos dois três anos”, afirmou o presidente da Câmara, **Rodrigo Maia (DEM-RJ)**.

Segundo líderes do governo, a reforma administrativa deve tramitar ao mesmo tempo que a tributária, mas as duas estão em estágios diferentes. Enquanto a administrativa começará pela Câmara dos Deputados, a tributária está numa comissão mista formada por deputados e senadores, onde ainda se espera chegar a um texto de consenso.

Por isso, líderes que participaram do encontro no Alvorada afirmam que a sinalização é de que a administrativa passará à frente da **tributária** e terá andamento mais célere, “por ser menos traumática”, enquanto a equipe econômica ganha tempo para um acordo na tributária. De um lado, o Congresso quer uma reforma ampla, que inclua Estados e municípios. De outro, a equipe de Guedes enviou um projeto de lei que unifica PIS e Cofins, mas também pretende desonerar a folha de salários e compensar a arrecadação com a criação de um tributo sobre transações, nos moldes da antiga CPMF. “Todas as reformas são fundamentais. O que a articulação política do **Executivo** e o Congresso podem contribuir é com o tempo e a ordem inteligente de aprovação”, diz o líder do governo no **Congresso**, senador **Eduardo Gomes (MDB-TO)**.

Veja os principais pontos da reforma administrativa:

- **Estabilidade:** Fim da estabilidade para novos servidores, exceto em certos casos, para carreiras consideradas de Estado

- **Carreiras:** Redução significativa do número de carreiras, que hoje ultrapassam 300
- **Progressão:** Fim da progressão automática por tempo de serviço
- **Contratação:** Criação de contrato de trabalho temporário e estímulo à contratação pela CLT por concurso
- **Salários:** Aproximação entre os salários do funcionalismo e os do setor privado; redução dos salários de entrada a ampliação do prazo para chegar ao topo da carreira
- **Lei de greve:** Regulamentação da lei de greve no setor público, prevista na Constituição
- **Regras:** Criação de novo Código de Conduta para o funcionalismo
- **Desempenho:** Regulamentação da avaliação de desempenho, também prevista na Constituição; implantação de sistema adicional de avaliação, além do concurso, para certas carreiras
- **Executivos:** Adoção de novo sistema de avaliação e seleção de altos executivos para o setor público

opinão

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinícius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

O pior passou

Após queda inédita do PIB, retomada é desigual e impõe desafios ao país para elevar a produtividade

A inédita contração da economia brasileira no segundo trimestre, de 9,7% frente aos três meses anteriores (e de 11,4% na comparação com o mesmo período de 2019), marcou o momento de impacto mais agudo da pandemia do coronavírus, ocorrido em março e abril.

É certo que o pior passou e a lenta volta da atividade sinaliza desempenho positivo na segunda metade do ano e em 2021, mas os riscos estruturais permanecem.

O comportamento da economia brasileira não diferiu muito do observado na maioria dos países. A retração inicial foi generalizada.

Pelo lado da produção, a queda abarcou indústria (-12,3%) e serviços (-9,7%), afetados pelo isolamento social. Do ponto de vista da demanda, igualmente, consumo (-12,5%) e investimentos (-15,4%) sofreram de forma muito intensa.

A diferenciação se dá na retomada. Setores menos vulneráveis ao distanciamento social, como indústria e consumo de bens essenciais, se recuperaram com mais rapidez. As vendas no varejo restrito (que exclui automóveis e construção) já superam o nível pré- crise.

Já setores ligados a entretenimento e turismo ainda amargam forte recessão, não raro com contrações superiores a 50%. O problema é que são justamente algumas dessas áreas as que proporcionam muitos empregos, o que deve manter a desocupação elevada.

No agregado, a queda do PIB neste ano poderá ficar próxima a 5%, melhor que o estimado anteriormente. Mas o cenário para 2021 permanece preocupante.

A necessidade de reduzir o déficit público implicará restrição orçamentária. A inevitável retrada de grande parte dos auxílios emergenciais, mesmo que venham a ser substituídos por outro programa, significará menos suporte.

Por ora há ceticismo e poucos esperam que a economia cresça mais que 3,5% no ano que vem, ritmo que seria insuficiente para retomar o nível anterior à pandemia.

O tema mais crítico diz respeito ao legado da crise no emprego e na renda, sobretudo nas camadas mais pobres. A pandemia esgarçou o tecido social, ampliou a distância entre grandes e pequenas empresas e trouxe ainda mais desigualdade nos rendimentos do trabalho, que poderá revelar-se duradoura e de difícil combate.

Diferenças no acesso à educação e no emprego são exemplos dramáticos das disparidades. Segundo o IBGE, dos 8,4 milhões de pessoas em atividades remotas em julho, 73% concluíram o ensino superior.

O desafio adiante será não apenas retomar a atividade, mas conceber políticas e promover reformas que acelerem a produtividade da economia, cuja quase estagnação há décadas está na raiz do mediocre crescimento brasileiro.

Retorno com segurança

Plano paulista de volta às aulas pode representar teste importante para uma retomada definitiva

Quase seis meses após a Organização Mundial da Saúde ter declarado o início da pandemia de Covid-19, ainda não há resposta peremptória a uma das questões mais prementes e relevantes relacionadas à calamidade sanitária: o retorno das atividades escolares.

Mundo afora, tentativas bem-sucedidas, caso de Dinamarca, Alemanha e outras nações europeias, são contrabalançadas por malogros como os de Israel e de algumas regiões da França e dos EUA. Tampouco existe certeza sobre o papel dos mais jovens nas cadeias de transmissão do novo coronavírus.

A despeito da falta de evidências que permitam sustentar uma posição cabal sobre o tema, vêm se formando alguns consensos que deveriam ser considerados por qualquer gestor envolvido com a questão.

O plano do estado de São Paulo, cujos detalhes foram publicados nesta terça (1º), felizmente parece cumprir a maior parte deles.

A partir do dia 8 de setembro, estabelecimentos públicos e privados poderão retomar, de forma experimental, atividades não curriculares, como reforço e recuperação, acolhimento emocional, plantão de dúvidas e orientação de estudos.

Essa possibilidade dependerá, em primeiro lugar, de condições epide-

miológicas favoráveis. Assim, apenas municípios que estejam há pelo menos 28 dias na classificação amarela, a terceira numa escala de cinco no índice de evolução da Covid-19, estarão aptos ao retorno.

Ademais, as turmas serão bastante reduzidas, e os estabelecimentos de ensino deverão seguir os protocolos de saúde, como distanciamento de 1,5 metro, uso de máscara e distribuição de álcool em gel.

Corretamente, educadores e outros profissionais pertencentes aos grupos de risco serão poupados, a não ser que não queiram, de frequentar as atividades presenciais. Também será facultado aos pais a decisão de enviar ou não os filhos, medida justa para proteger lares em que vivem pessoas com comorbidades como diabetes e hipertensão.

O longo período fora das escolas acarreta muitos prejuízos, sobretudo aos mais caros. Cálculo de grupo ligado à Rede de Pesquisa Solidária estima que alunos entre os 20% mais pobres sofreram perdas de até 87% do aprendizado de um ano normal.

A volta às aulas, assim, se afigura fundamental, mas é preciso fazê-la com segurança. Se bem conduzido, o plano paulista poderá representar um período importante de testes para o retorno definitivo, planejado para o próximo mês.



O que Deus pensa do aborto?

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Não acredito em Deus, mas, se ele existisse, não faria mais do que objeções leves ao aborto. Quais as minhas evidências para afirmar isso? Vamos a elas.

Começamos pelas Escrituras. O que diz a Bíblia sobre o aborto? Em Êxodo 21:22, salvo melhor juízo, Deus estabelece que o aborto é mera contravenção, não crime equiparado a assassinato: "Se alguns homens brigarem, e um ferir uma mulher grávida, e for causa de que aborte, não resultando, porém, outro dano, este será multado, conforme o que lhe impuser o marido da mulher, e pagará segundo o arbitrio dos juizes; mas se resultar dano, então darás [como pena] vida por vida, olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé, queimadura por queimadura, ferida por ferida, golpe por golpe".

Antes que me contestem a tradução do verbo hebraico "yalad" (literalmente "pôr para fora") por "abortar", esclareço desde já que essa foi a opção ("facere abortivum") dos tradutores da Vulgata, a versão latina do Antigo Testamento, oficial para

os católicos.

Para quem não liga tanto para textos velhos e prefere buscar a moral no plano divino, a situação não é mais confortável. De 65% a 75% dos óvulos humanos que são fecundados não se fixam no útero, resultando em abortos precoces que a mulher nem percebe. Se Deus desenhou o sistema reprodutivo humano com tal característica, parece lícito concluir que ele não considera os embriões um recurso muito valioso, ou não desperdiçaria tantos. Não estamos falando de um ou outro zigoto perdido, mas de um contingente que tornaria a população humana entre duas e três vezes maior em todas as épocas.

Não penso que hospitais devam virar delegacias, como parece querer o governo Bolsonaro. O prejuízo para a saúde pública seria enorme, pois não apenas pessoas deixariam de procurar os serviços de saúde quando necessário como ainda mentiriam para os médicos, dificultando os diagnósticos.

helio@uel.com.br

Essa tal liberdade

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Depois de sabotar quase todos as ferramentas conhecidas para conter a propagação do coronavírus, Jair Bolsonaro resolveu se antecipar. Enquanto cientistas trabalham nos laboratórios, o presidente disse a apoiadores que "ninguém pode obrigá-ninguém a tomar vacina".

Não há discussão em curso sobre os métodos dessa imunização, mas Bolsonaro já fez questão de jogar holofotes sobre grupos marginais que fazem propaganda contra a vacinação. O Plano tal ainda deu uma força à campanha e transformou a frase do presidente em póster nas redes, dizendo que o governo "preza pelas liberdades dos brasileiros".

Bolsonaro, como se sabe, é um político que vê a ditadura como modelo. Considera heróis os homens que torturavam militantes para forçá-los a delatar seus companheiros, mas gosta de falar de uma tal liberdade para pintar com cores altravés algumas de suas delinências.

Em sua cruzada contra governadores e prefeitos, ele dizia que as medidas de distanciamento para enfren-

tar a pandemia eram autoritárias. "Não quero mais ditadura no Brasil. Quero liberdade. Cadê o meu direito de ir e vir?", perguntou, em maio.

O presidente ainda tentou vetar o uso compulsório de máscaras no comércio, em escolas e nas igrejas. O governo alegou que a obrigatoriedade provocaria uma "possível violação de domicílio", embora a lei aprovada não falasse sobre residências.

Um conceito distorcido de liberdade é explorado por Bolsonaro para satisfazer seus interesses políticos. Pela manhã, ele usa esse argumento ao defender extremistas que clamam por um golpe. À tarde, esquece o assunto e gira sua máquina para processar e intimidar jornalistas.

Bolsonaro não aceita forçar o cidadão a proteger a sociedade do coronavírus, mas quer obrigar a mulher vítima de estupro a passar por um processo humilhante se quiser exercer seu direito de abortar. A portaria do Ministério da Saúde que cria obstáculo a essas coisas só serve para dificultar o cumprimento da lei. A liberdade ficou pelo caminho.

Mãos na cumbuca

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Amigos de São Paulo, Minas Gerais e Brasília têm me cumulado de mensagens sobre mais um governador do Rio apanhado com a mão na cumbuca — e que mão e que cumbuca. Mas que novidade há no fato de que, com poucas exceções, o Rio vem sendo governado por canchais?

É não é de hoje. Há um firme controle por eles da totalidade do Executivo e do Legislativo e de parte do Judiciário locais — controle esse que começou desde que a fusão decretada pelo ditador Ernesto Geisel, em 1975, por motivos políticos e sem consulta às populações, entregou a rica Guanabara ao sistema dominado pelo pior do atrasado Estado do Rio. Foi esse sistema que gerou Moreira Franco, Anthony Garotinho, Rosinha Garotinho e Luiz Fernando Pezão, todos fluminenses, o carioca Sérgio Cabral e o paulista (de Jundiaí) Wilson Witzel. O eleitorado do interior do Estado domina o da cidade do Rio à base de 60% para 40%.

Só que todos os luminares cita-

dos foram ou estão sendo investigados, incriminados ou denunciados por corrupção passiva e ativa, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. E cinco deles, até agora, já conheceram a grade. Garotinho e Rosinha gozaram de uma porta giratória, mas Cabral está condenado a 29,4 anos. Significa que, mal ou bem, algo ainda funciona: a lei.

Poderia ser uma inspiração para a Justiça de outros Estados, cujas populações, nas últimas décadas, também têm feito escolhas discutíveis para governador. Os brasilienses, por exemplo, elegeram Agnelo Queiroz, Paulo Octávio, José Roberto Arruda, Rogério Rosso e Joaquim Roriz. Os mineiros, Fernando Pimentel, Antonio Anastasia, Aécio Neves, Eduardo Azeredo e Newton Cardoso. Os paulistas, João Dória, Geraldo Alckmin, José Serra, José Maria Marin, Orestes Quérici, Paulo Salim Maluf e o pai de todos, Ademar de Barros.

Todos eles, cheios de processos nas costas. Apenas não foram condenados. E alguns nunca serão.

Antirracismo é luta de todos

Irapuá Santana

Doutor em direito processual pela UERJ, é promotor do município de Mauá (SP) e advogado voluntário da Educatro

A pauta do racismo surge com cada vez mais força. Neste ano, o assassinato de George Floyd pode ser o início de uma grande revolução social.

Em 25 de agosto, o Tribunal Superior Eleitoral trouxe luz a uma outra faceta do racismo espalhado na nossa sociedade: aquele presente em cada partide político, de todos os espectros — direita, centro e esquerda.

Esse viés reconhecido é de suma importância para entendermos como funciona o nosso país. De um lado, há um discurso de que todos são iguais, mas na prática há um privilégio a certos indivíduos. De outro, reconhece-se o problema, mas não se toma a sua parcela de responsabilidade nele, o que inviabiliza sua resolução.

Vários estudos analisados nesse julgamento histórico mostraram que as candidaturas negras vêm sofrendo com o subinvestimento executado por seus respectivos partidos.

Isso quer dizer que o racismo é suprapartidário! Se assim o é, devemos entender que a luta também deve ser. Não podemos nos fechar em nichos de correntes ideológicas quando, na verdade, a discriminação racial toca a todos, das mais variadas formas.

Um aspecto importante a ser lembrado é que formamos 56% de uma população que gira em torno de 210 milhões de brasileiros. Ematematicamente impossível querer unidade de posicionamento político entre os mais de 118 milhões de negros existentes em todo o território nacional. Por isso é preciso fomentar sua participação em todos os espaços. Dividir a luta antirracista é enfraquecer uma causa comum, que nos une e que precisa ser combatida com todas as forças disponíveis.

Antes de sermos de centro, de esquerda ou de direita, nascemos negros, com uma série de condições que nos dilaceram e nos atrasam.

Aquilo que enfrentamos muito mais nos une do que nos separa. Todos queremos uma vida, uma sociedade, um Brasil e um mundo melhor. Os caminhos a serem percorridos, dentro da democracia, são todos válidos.

Daí o motivo pelo qual escrevo hoje: para fazer um chamado de união, lembrando também que não é uma guerra de negros contra brancos, mas sim uma batalha contra o atraso, contra o racismo.

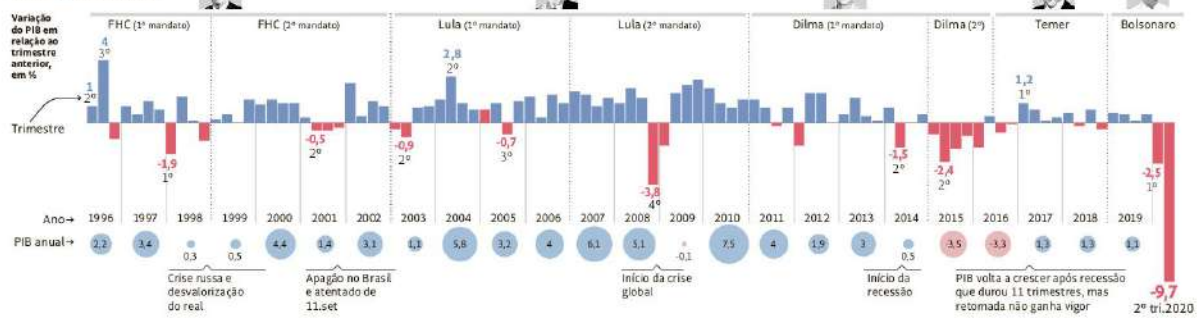
Não peço empatia, pode ser por egoísmo mesmo: nem que seja para ter melhores condições de vida para si e para sua própria família. Afinal, que nação se torna desenvolvida deixando moita da meta de de sua população para trás?

Há um longo caminho a ser percorrido, que será mais extenso com a maior ajuda possível. Afinal, essa é uma luta de todos.

Antonio Delfim Netto
O colunista está em férias.

mercado **coronavírus**

PIB do Brasil cai 9,7% no 2º trimestre de 2020



PIB sofre queda histórica de 9,7%, e ritmo de recuperação é incerto

Evolução da pandemia, limite de gastos do governo e desemprego trazem incertezas para o 3º tri

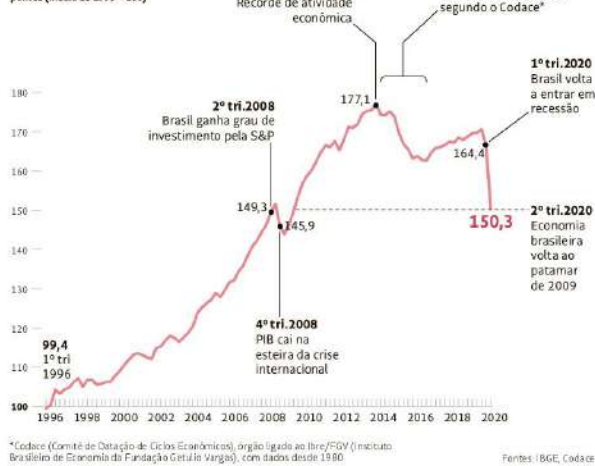
Eduardo Cucolo e Nicola Pamplona

SÃO PAULO e RIO DE JANEIRO — Depois de dois trimestres seguidos de queda, a economia brasileira deve voltar a crescer no terceiro trimestre de 2020, mas o ritmo de recuperação é incerto, devido a questões como a evolução da pandemia, os limites de gastos do governo e um esperado aumento do desemprego nos próximos meses. A economia brasileira registrou retração inédita de 9,7% no segundo trimestre de 2020, mas os dados divulgados nesta terça-feira (1º) pelo IBGE. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam retração de 9,2%. Esse foi o período mais intenso dos efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus, como mostraram também dados de outros países. Em relação ao mesmo período de 2019, o PIB caiu 11,4%. O IBGE também revisou o resultado do primeiro trimestre, de -1,5% para -2,5%. O PIB está agora no mesmo patamar do fim de 2009. No acumulado em 12 meses, houve retração de 2,2%. As projeções de mercado para o resultado do ano são de queda de 5,28% em 2020, seguida por crescimento de 3,5% em 2021. Com o fechamento de lojas, bares e restaurantes, o setor de serviços recuou 9,7% no trimestre. A indústria encolheu 12,3%. A agropecuária cresceu 0,4%. Pelo lado da demanda, a economia também perdeu seu principal eixo de sustentação, o consumo das famílias (-12,5%), que teve sua queda amenizada pela concessão de benefícios do governo como o auxílio emergencial a trabalhadores informais. O consumo do governo caiu

8,8%. O investimento, 15,4%. Em junho, o Codace (Comitê de Datagem de Ciclos Econômicos), órgão ligado ao Ibré/FGV, definiu que o Brasil entrou em recessão no primeiro trimestre de 2020, encerrando um ciclo de fraco crescimento de três anos. Para alguns analistas, o resultado pior que o esperado pode ser compensado no segundo semestre. Solange Srour, economista-chefe da ARX Investimentos e colunista da Folha, afirma que o dado do trimestre decepcionou, mas que indicadores mais recentes mostram um ritmo de recuperação muito positivo. Ela não alterou sua projeção para o ano, de queda de 5% para o PIB, com alta de 7,5% no terceiro e 1,5% no quarto trimestre. "Houve uma decepção grande, muito concentrada em serviços e na agropecuária. Mas não muda muito a expectativa dos agentes de que o terceiro trimestre vai ser melhor, que a economia está retomando," Ela afirma que, se o Brasil mantiver o número de mortes estabilizado, mesmo que em um patamar alto e que demore a cair, será possível manter a reabertura das atividades. A recuperação da economia, no entanto, tende a ser lenta, já que o desemprego tende a aumentar no próximo trimestre e há dúvidas sobre a continuidade dos auxílios do governo. "O auxílio emergencial foi fundamental para a retomada que a gente está vendo no terceiro trimestre e vai ser fundamental até o fim do ano. A grande incógnita é quanto vai ser o Renda Brasil para sustentar o crescimento do ano que vem e ao mesmo tempo não furar o teto de gastos e criar uma grave crise de desconfiância na economia", diz Srour. O economista do Itaú Uni-

Economia volta ao nível de 2009

Evolução do PIB brasileiro, em pontos (média de 1995 = 100)



banco Luiza Barbosa também não alterou a projeção da instituição para o ano, uma queda de 4,5%, com crescimento superior a 7% neste trimestre. Para ele, o auxílio emergencial é um fator menos relevante para a recuperação. Segundo Barbosa, o principal fator é o juro baixo, que tem permitido o aumento das concessões de crédito. Outro ponto é a redução do distanciamento social, que ajudará na recuperação dos serviços. O terceiro fator é a recuperação global que deve continuar ajudando a economia brasileira. "O quarto fator, e menos importante que esses três, é o auxílio. Se o tirarem, e precisam tirar em algum momento, e os três outros fatores conti-

nuam a ajudar, a economia vai continuar se expandindo. O risco é não tirar o auxílio e abandonar o teto de gastos, o que piora a situação fiscal do governo, a dinâmica da dívida sai de controle, as condições financeiras se deterioram, os juros sobem, e aí você mata o principal fator, que é o juro baixo", afirma Barbosa. O economista Vitor Vidal, da XP Investimentos, diz que as projeções para o PIB de queda de 4,8% neste ano e crescimento de 3% no próximo estão manidas, pois o resultado abaixo do projetado no segundo trimestre se deveu, principalmente, a um desempenho pior que o esperado na administração pública. Ele projeta alta de 6,8% no terceiro tri-

mestre. Para ele, o desempenho da economia está muito dependente da evolução da questão sanitária e também do mercado de trabalho, que deve demorar a se recuperar. "Você ainda não está vendo todo o mundo com confiança, indo para a rua, consumindo, planejando viagem. A recuperação ao longo de 2020 vai ser gradual. Imaginar que vai ter um crescimento em 2021 muito forte ainda é difícil, muito por causa do mercado de trabalho. A gente só volta ao nível pré-pandemia no segundo trimestre de 2022", afirma. "A gente vai ver a taxa de desemprego explodir ainda. Ela não está tão elevada porque o número de pessoas procurando emprego está baixo. A par-

tir do momento em que tiver uma retinada dos estímulos, vai começar a ter essa pressão por procura de emprego", diz o economista da XP. Thiago Moraes Moreira, economista e professor da pós-graduação do Ibmec RJ, afirma que um ajuste nas projeções de mercado da pesquisa Focus do Banco Central, considerando os dados divulgados do primeiro semestre, apontam para uma retração no ano mais próxima de 6%. Para chegar a um número entre 4% e 5%, como projetam governo e vários analistas, seria necessário um desempenho médio nesse mesmo nível até o fim deste ano, mas, em sua avaliação, o crescimento será menor. Para ele, o futuro do auxílio emergencial, o comportamento do mercado de trabalho e as incertezas sobre a evolução da pandemia trazem dúvidas sobre a recuperação da economia. "Quando se olha à frente, o viés para as expectativas é negativo. O tombo do PIB foi maior que o esperado, a extensão do auxílio foi pela metade do valor e, no mercado de trabalho, o desemprego pode ir a 23% se todas as pessoas desocupadas passarem a procurar emprego e não encontrarem." De acordo com Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, a expectativa para o 3º trimestre é de uma recuperação próxima de 6%. "Apesar da forte queda média do PIB no trimestre, é importante destacar que o comportamento da atividade não foi constante ao longo dos três meses. Abril teve retração mais significativa e, a partir de maio, já observamos melhora", afirma. "Os indicadores prévios de julho e agosto apontam recuperação no 3º trimestre liderada pela indústria, pela construção, e também uma retomada no varejo que se iniciou de maneira mais tímida a partir de junho, mas mesmo ganhando força com a reabertura da economia somada ao impulso positivo do auxílio emergencial", diz Vitória. "Os serviços às famílias devem continuar mais impactados pelas medidas de distanciamento social e com recuperação mais lenta."

Desastre da economia mostra erros de Guedes

ANÁLISE

Vinicius Torres Freire

SÃO PAULO — A economia brasileira foi o desastre mais ou menos esperado no segundo trimestre. O que se descobriu agora é que, mesmo ante a calamidade do vírus, o PIB já dava com a cara no chão e quebrava uns dentes, em vez de decolar, como dizia Paulo Guedes, o ministro da Economia. Segundo a revisão do IBGE, o PIB caiu 2,5% no primeiro trimestre (ante o final de 2019), não apenas 1,5%. Ou seja, estamos em um buraco um pouco mais profundo do que o previsto. Em março, quando o coronavírus já caçava vítimas pelo Brasil e o mundo inteiro fechava as portas, Guedes dizia que o Brasil crescerá

1% em 2020. A previsão mais recente do povo do mercado era queda de 5,3%, antes de saber dos dados ainda piores do primeiro trimestre. Guedes agora diz que a economia vai se recuperar em "V" (ouseja, cai e levanta tão rapidamente quanto). Tomara. Até agora, não parece. O desempenho brasileiro foi horrivelmente similar à média das maiores economias do mundo e melhor que o da maioria da Europa ocidental. No segundo trimestre, o PIB dos países da OCDE baixou 9,8% (o do Brasil, 9,7%). A OCDE é um clube de três dúzias dos países com os maiores PIBs do mundo (mas China e Brasil não estão lá). O resultado brasileiro não foi ainda pior porque: 1) o gasto do governo foi re-

levante, grande na comparação internacional; 2) o setor externo ajudou (com uma contribuição de 2,3 ponto percentual para o PIB); as exportações resistiram, as importações caíram. Por falar em auxílio do governo, note-se que por volta de março Guedes também dizia que com "uns R\$ 5 bilhões" se resolveria o problema da pandemia (o governo acabará gastando mais de meio trilhão de reais extras) e propunha auxílio emergencial de R\$ 200 (é no mínimo de R\$ 600). Guedes acha que o resultado do segundo trimestre é um ruído de um acontecimento que está agora a uma distância astronômica, tão astronômica quanto se usassem de previsão é desvarios quantitativos, entre outros (o Brasil decolava

no início do ano, cresceria 1% neste ano, privatizaria empresas no valor de R\$ 1 trilhão, teria déficit zero em 2019 etc.). O terceiro trimestre decerto está sendo melhor. Sim, saímos do fundo do poço mais recente, mas ainda estamos dentro do buraco e há problemas sérios na recuperação adiante: 1) o auxílio emergencial vai ser cortado pela metade, de R\$ 600 para R\$ 300. A economia vai ter de despojar muito rápido para criar renda bastante para compensar essa diferença; 2) o setor de serviços está muito estropiado e ainda ficará assim por meses, dada a longa duração da epidemia no Brasil; 3) o investimento em novas instalações produtivas, casas, máquinas e equipamentos se

arrastava antes do vírus; difícil ver como vai sair do chão (na verdade, do buraco) em uma economia ainda mais deprimida e com investimento público ainda mais reduzido. Nas categorias em que o IBGE divide o PIB, o setor mais desastroso foi "outros serviços", caiu quase 19,8% em relação ao primeiro trimestre (inclui atividades como alimentação fora de casa, hotéis e similares, serviços pessoais, profissionais liberais, saúde e educação privadas, entretenimento, cultura, esportes. A seguir, veio o setor de transportes, armazenamento e correios, com queda de 19,3%). Juntos, "outros serviços" e "transportes" fazem quase 29% da economia brasileira. Com o comércio, são 42,4% do PIB. Os dados mais recentes do

setor de serviços indicam uma despirota lenta. Em agosto, as vendas no setor de serviços em geral ainda estavam 46% abaixo do registrado em fevereiro, antes da pandemia (ante alta de 3,2% nas vendas de bens não duráveis e queda menor, de 4,8%, nas vendas de bens duráveis). Os dados são do Cielo, de despesas com cartão no varejo. "Nós, humanos, somos átomos que rodinam. Economia não é uma ciência exata. Como a velocidade da luz é diferente da velocidade do som, você vê um raio muito cedo e o som chega muito depois. É a mesma coisa com a economia", discursou Guedes sobre o PIB nesta terça-feira (1º). Guedes enxerga a luz dos astros ante de nós. Dados os seus erros de análise de distância e conversas desmaiadas assim, parece que o ministro ainda vendo coisas. Estrelas, pelo menos.

Leia mais da pág. A16 à pág. A22

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelisa@grupofolha.com.br

Trovoadas

O rombo de 9,7% no PIB do segundo trimestre divulgado nesta terça (1º) foi recebido com resignação entre empresários, e a ressalva de que teria sido pior, não fosse o auxílio emergencial de R\$ 600, mas com preocupação para o futuro. Era esperado, disse Rubens Ometto (Cosan), endossando a declaração do ministro Paulo Guedes de que o resultado é o barulho de um raio que caiu no passado. "A velocidade da luz é muito maior do que a velocidade do som", disse Ometto.

AÇÃO Para Horacio Lafer Piva (Klabin), não teve surpresa e poderia ser pior. "PIB é fluxo. Tivemos algum consumo pela quarentena mal respeitada, demanda chinesa, mas gradualismo da reabertura ainda sem impacto neste indicador. Indústria e serviços foram sofríveis", disse.

SCHWARZENEGGER A questão agora, segundo Lafer Piva, é como manter a economia e também enfrentar o desequilíbrio fiscal, com reflexos sobre a percepção de riscos futuros e decisões de investimentos. "Volatilidade assim do PIB e 13 anos sucessivos de déficit fiscal são medidas inacreditáveis, coisa de exterminadores do futuro profissionais", diz.

BALANÇO Para Alexandre Ostrowiecki (Multilaser), o governo acertou com o auxílio emergencial e as políticas de proteção ao emprego, que amorteceram o impacto econômico, mas o estouro das contas públicas preocupa.

HORIZONTE Pessimista, o investidor Lawrence Pih concordou que a transferência de recursos amenizou o rombo, mas acredita que a recuperação vai ser muito lenta e projeta uma queda em torno de 5% no PIB de 2020.

FUTURO Para Lorival Luz, presidente da BRF, o Brasil agora precisa fortalecer as relações diplomáticas e comerciais globalmente, além de fazer reformas.

PESADELO José Ricardo Roriz Coelho, presidente da Abiplast (associação da indústria do plástico), diz que o pior está por vir. "Agora vem a parte mais importante porque o governo está muito endividado. A dívida no ano que vem vai chegar a quase 100% do PIB, as famílias também estão endividadas pelo grande número de desempregados", afirma.

LADO Laércio Cosentino (Totvs) vê um descolamento entre varejo, já mais aquecido, e a indústria, com dificuldade de retomar patamares de antes da crise.

GÁS Para Frank Geyer (Unipar), o país precisa destravar projetos como os do Marco do Saneamento e da Lei do Gás.

ALÔ A fábrica da Philco na Zona Franca de Manaus, que hoje produz microondas, ar-condicionado e televisores, vai começar a fazer cinco novos modelos de smartphones. A companhia entrou no segmento em maio com três tipos de telefone, mas atualmente importa o produto da China.

AGENDA Gustavo Junqueira, secretário de Agricultura de SP, levou Wesley Batista Filho, presidente da Seara, a uma reunião com João Dória nesta terça (1º) para mostrar ao governador o plano de investimento da empresa no estado nos próximos dois anos. Segundo quem acompanhou o encontro, será feito um grande anúncio em breve.

MOTOR O STF (Supremo Tribunal Federal) manteve a decisão da arbitragem que condenou o fundo americano MatinPatterson a ressarcir a Gol pela diferença de preço que ele cobrou da empresa aérea na venda da Varig em 2007.

CABINE A disputa na Justiça dura quase dez anos e já teve a sentença de arbitragem mantida pelo STJ (Supremo Tribunal Federal) e pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Mas o estranhamento entre o fundo e a companhia aérea é mais antigo e se arrasta desde que a Gol comprou a Varig.

ASA Segundo Hávio Pereira Lima, sócio do Mattos Filho e advogado da Gol no caso, havia dados incorretos nos balanços da Varig fornecidos pelo MatinPatterson, elevando o preço de venda da empresa. Ele diz que, hoje, o montante ultrapassa os R\$ 200 milhões.

DESEMBARQUE Procurado pela coluna, o advogado do fundo não comentou. A Gol esperou o pagamento e levou o caso à Justiça americana, que negou o pedido, e às Ilhas Cayman, segundo Lima, onde a empresa aguarda um recurso.

MATURIDADE Uma análise da Serasa sobre os dados do cadastro positivo mostra que os consumidores com mais de 60 anos são os que mais possuem empréstimos pessoais (22%) e os que mais pagam essas dívidas no prazo (9%). Segundo a Serasa, o grupo menos pontual é o de 18 a 25 anos (76%).

Em dia de recessão, ato no Planalto tem forró e presidente emocionado

Com ministros e primeira-dama, Bolsonaro participa de homenagem póstuma a músico que criou jingle de campanha dele em 2018

Daniel Carvalho e Gustavo Uribe

BRASÍLIA Nesta terça (1º), dia em que a economia brasileira registrou retração inédita de 9,7% no segundo trimestre do ano, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) não comentou a queda histórica do PIB, e realizou uma cerimônia no Palácio do Planalto com forró, exibição de vídeo de sua campanha de 2018 e emoção.

Durante cerca de uma hora, o presidente participou de uma agenda em homenagem ao músico parabaiano Pinto do Acordeão, morto em julho. O artista compôs o jingle da campanha presidencial de Bolsonaro, em 2018.

A cerimônia — que não pôde ser acompanhada pela imprensa, mas foi transmitida pela TV estatal — contou com a execução de músicas num acordeão, como o Hino Nacional e Asa Branca.

O presidente da Embratur (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo), Gilson Machado, tocou o instrumento, assim como teve repetidas vezes nas lives semanais de Bolsonaro, o que lhe deu destaque.

De máscara, a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, discursou abraçada à viúva do artista, Maria Madalena — que não usava o equipamento de proteção — e lembrou da execução do jingle.

"O senhor Pinto marcou as nossas vidas com as suas canções e deixou sua marca na história da política brasileira e com seu jingle, que estará marcado em nossos corações eternamente", disse Michelle.

"Como o presidente não vai falar, a gente vai ouvir agora o jingle: é de norte a sul, é de leste a oeste, e o Brasil todo votando 17. Na época era 17, né, Cícero?", afirmou a primeira-dama, fazendo referência ao número do PSL, partido pelo qual Bolsonaro se elegeu.

Durante a exibição da peça eleitoral, Bolsonaro chorou. As imagens da propaganda eram intercaladas na transmissão da TV pública com closes do presidente emocionado. Ele, então, resolveu discursar.

"Eu nunca sonhei com este momento", iniciou Bolsonaro.



Jair Bolsonaro, a primeira-dama e ministros ouvem o presidente da Embratur, Gilson Machado, tocar em homenagem a Pinto do Acordeão. Divulgação: Presidência

“ Se tivesse uma filmadora ou um microfone ali dentro [no gabinete], daria várias horas de um capítulo que acho que mudaria o destino da nação. Mas a gente vai fazendo a nossa parte [...] Parece e tenho o sentimento que estamos fazendo a coisa certa

Jair Bolsonaro presidente, em ato no Planalto nesta terça

Em sua fala, ele não fez qualquer menção ao dado divulgado horas antes, a retração inédita de 9,7% no segundo trimestre de 2020 na comparação com os três meses anteriores, segundo o IBGE.

Esse foi o período mais intenso dos efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus, mas mostraram também dados de outros países. A expectativa é que a economia tenha voltado a crescer no terceiro trimestre, mas há dúvidas sobre o ritmo de recuperação, principalmente por causa das sequelas no mercado de trabalho e da situação fiscal do país.

Em relação ao mesmo período do ano passado, o PIB caiu 11,4%. Ambas as taxas foram as quedas mais intensas da série, iniciada em 1996.

Bolsonaro já havia ignorado os números do desempenho da economia brasileira na divulgação dos dados do PIB de 2019, em março passado. Na ocasião, ao ser questionado sobre o crescimento econômico do primeiro ano de seu mandato, o presidente pediu a um humorista que o acompanhava que respondesse aos veículos de imprensa.

"PIB? PIB? Que que é PIB? Pergunta o que que é PIB", disse Bolsonaro ao comediante Márvio Lúcio, da TV Record, conhecido por interpretar o personagem Carioca.

Os jornalistas insistiram, mas o presidente se negou a

responder e deixou o local.

No discurso desta terça-feira, Bolsonaro disse que "oporunitistas" se aproximaram dele durante a campanha e, ao falar da facada que levou em setembro de 2018, fez críticas ao ex-ministro da Justiça Sérgio Moro, mas sem citá-lo.

"Antecipe uma passagem esquisita e eu acho que esta investigação poderia ter chegado ao fim se tivesse escolhido o melhor um ministro meu, que lamentavelmente não se comportou como toda a população sabia ou esperava dele se comportar", disse.

Bolsonaro também afirmou que "só Deus sabe" o que ele passa como presidente e que muitas vezes sofre sozinho. "Não quero a minha cadeira. Com todo respeito, não sou super-homem, mas não é para qualquer um. Tem que estar muito bem preparado psicologicamente, ter coroa duro e ver como alguns zombam da nossa nação", afirmou.

"Se tivesse uma filmadora ou um microfone ali dentro [no gabinete], daria várias horas de um capítulo que acho que mudaria o destino da nação. Mas a gente vai fazendo a nossa parte. Parece e tenho o sentimento que estamos realmente fazendo a coisa certa."

Ele disse ainda que era o único candidato diferente há dois anos. Ao fim do discurso, voltou a se emocionar. Bolsonaro deixou o local, antes do fim da cerimônia.

Bancos divergem em previsões para economia em 2020 após dados do segundo trimestre

Isabela Bolzani e Júlia Moura

SÃO PAULO A queda de 9,7% registrada na atividade econômica no segundo trimestre dividiu opiniões entre os bancos do país em relação às projeções para o PIB deste ano.

O recuo foi pior do que o esperado pelo mercado, que projetava uma queda de 9,2%.

Das instituições financeiras consultadas pela Folha, 5 disseram que, por ora, não mudaram suas estimativas para a atividade econômica de 2020.

Além disso, um banco revisou suas expectativas para baixo — projetando quedas maiores para o PIB deste ano —, enquanto outra instituição melhorou sua percepção e passou a prever recuos menores. As demais, ainda não divulgaram projeções. Na média, a queda esperada pelos bancos fica entre 4,5% e 6,5% para 2020.

-5,8% é mediana das projeções de 34 instituições consultadas pela Bloomberg para o PIB de 2020

O Itaú Unibanco é o mais otimista em suas projeções: manteve a previsão de queda do PIB em 4,5% para este ano. A instituição também continua a esperar um crescimento de 3,5% na atividade econômica de 2021.

O Santander também manteve sua expectativa de recuo de 6,4% para 2020, mas apontou um menor otimismo em relação à atividade do terceiro e do quarto trimestres deste ano, melhorando as estimativas de 6% para 5,5% de julho a setembro e de 1% para 0,8% para os últimos três meses do ano.

O Banco do Brasil não revisou sua estimativa de queda de 5,6% em 2020, mas vê crescimento de 3,7% em 2021, acima dos 2,8% projetados anteriormente.

"O pior já passou. A dúvida é quanto à velocidade, que o copo está se enchendo, que ele está se enchendo é consenso. A

incerteza é como vai ser a resposta da economia sem o auxílio emergencial, que é algo que não estava na perspectiva dos economistas entre março e abril, quando começaram as projeções que de quedas de 9% no PIB neste ano. O auxílio compensou ou mais que compensou a perda de renda com os empregos perdidos", diz Ronaldo Távora, economista-chefe do Banco do Brasil.

AXP segue com a projeção de queda de 4,8% em 2020, com melhora de 6,8% do segundo para o terceiro trimestre e crescimento de 3% em 2021.

Outros dois bancos que também mantiveram suas projeções foram o BoFA (Bank of America) — que sustentou uma queda de 5,7% — e o BTG Pactual, que esperam um recuo de 5% neste ano.

Segundo analistas do BTG, os indicadores apontam para uma recuperação no final do segundo trimestre.

INDICADORES

JUROS

Agente, em % ao mês

Mínimo Máximo

7,73 8,00

3,89 7,89

Cheque especial

Empréstimo pessoal

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência Competência agosto

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.045,20 10% R\$ 209

Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MCI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ R\$ 1.045,5% R\$ 52,25

Asalariado

Aer R\$ 1.045 7,5%

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%

De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%

De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

*Prazo da competência de agosto vence em 23 set para empresas; para pessoas físicas, vence em 14 set. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$

Alíquota, em %

Debitar, em R\$

Até

De

De

De

De

Acima de

Empregado De 7,5% 97,04 713,00 a 14%

Empregador 26% 250,50 1.220,21

*O prazo para o empregador de tributar contribuições vence em 4 set. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico (0,75%), a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser deduzida de sua salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Alíquota Mínimo Máximo em R\$ em R\$

Empregado De 7,5% 97,04 713,00 a 14%

Empregador 26% 250,50 1.220,21

*O prazo para o empregador de tributar contribuições vence em 4 set. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico (0,75%), a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser deduzida de sua salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

Esse é o barulho do raio que caiu em abril, diz Guedes sobre queda do PIB

Ministro da Economia minimiza resultado do 2º trimestre e afirma que país 'está decolando em V'

BRASÍLIA O ministro da Economia, Paulo Guedes, comparou nesta terça-feira (1º) a queda do PIB (Produto Interno Bruto) ao "barulho de um raio" que caiu no passado. No segundo trimestre, a economia brasileira registrou uma retração inédita de 9,7% na comparação com os três meses anteriores, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). "Isso é lá atrás. Isso é um impacto de lá atrás. Nós estamos decolando em V", disse o ministro, ao ser questionado pela Folha. "Esse é o barulho do raio que caiu em abril".

O ministro falou rapidamente com a imprensa após anúncio pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), da prorrogação do auxílio emergencial por mais quatro meses. Perguntado, o presidente se recusou a comentar a queda da atividade econômica.

O segundo trimestre foi o período mais intenso dos efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus, como mostram também dados de outros países. A expectativa é que a economia tenha voltado a crescer no terceiro trimestre, mas há dúvidas sobre o ritmo de recuperação, principalmente por causa das sequelas no mercado de trabalho e da situação fiscal do país.

Em relação ao mesmo período de 2019, o PIB caiu 11,4%. Ambas as taxas foram as quedas mais intensas da série, iniciada em 1996. O IBGE também revisou o resultado do primeiro trimestre, de queda de 1,5% para retração de 2,5%. O vice-presidente Hamilton Mourão também disse que a queda da atividade econômica "estava na conta". Segundo ele, o resultado do terceiro trimestre deve ser de um crescimento de cerca de 5%. "Essa queda já estava prevista

e estava na conta. A gente já sabia que isso ia acontecer. Por conta da pandemia, estava precificado", afirmou. "Agora, a partir do segundo semestre, nós sabemos que vamos começar um movimento mais vigoroso de retomada."

Nota técnica divulgada pelo Ministério da Economia nesta terça afirma que a atividade do Brasil retraiu menos do que em outros países e já está em processo de recuperação.

Documento da Secretaria de Política Econômica argumenta que a retração é uma das menores entre "as principais economias". Segundo o texto, a queda média no grupo das sete maiores economias do mundo foi de 11,9% no período, enquanto os dados foram de -13,7% no Chile, -19% no México e -23,9% na Índia.

"O resultado do PIB do segundo trimestre mostra forte retração da atividade econômica, resultado da pandemia que assola a grande maioria dos países. No entanto, as medidas de preservação de emprego e manutenção da renda limitaram a deterioração mais aguda da economia", afirma o documento.

Segundo a nota, o ponto mais baixo do resultado foi observado em abril, e os indicadores recentes apontam que a atividade está em processo de retomada. "As projeções dos analistas de mercado [para a economia brasileira] melhoraram continuamente desde junho, devido aos resultados mais positivos dos indicadores de atividade, notadamente, varejo e indústria."

Para a recuperação da economia, a pasta defende a aprovação de reformas estruturais pelo Congresso. Entre as prioridades, estão a nova lei de falências, a abertura do mercado de gás e o novo marco legal da cabotagem. Gustavo Uribe e Bernardo Caram



PARA GUEDES, AUMENTAR SALÁRIO MÍNIMO SERIA 'CONDENAR AO DESEMPREGO' 'Você está no meio de uma crise de emprego terrível. Se dá um aumento de salário, vai condenar as pessoas ao desemprego. Então, nós temos que ter cuidado', disse o ministro da Economia, em audiência no Senado, na qual afirmou ainda que o aumento do salário mínimo virou um problema, por ter se tornado base para reajustes; o governo propôs na segunda-feira (31) um mínimo de R\$ 1.067 em 2021, ajustado a apenas pela inflação Foto: Ladeira/Folha press

China mantém compras, e agropecuária é o único setor a crescer no 2º tri

ANÁLISE

Mauro Zafalon

SÃO PAULO No início do ano havia uma dúvida na agropecuária. Qual seria a atitude da China na compra de produtos alimentícios? Afinal, para evitar uma difusão do coronavírus, o país impuser restrições na circulação de pessoas e de mercadorias, o que afetou a economia. O impacto da Covid-19 no país asiático foi menor do que o previsto, mas afetou de maneira intensa o restante do mundo. Os chineses acabaram mantendo aquecido o mercado brasileiro de commodities.

Com isso, a agropecuária repete, neste segundo trimestre, a tendência do primeiro. É o único setor a registrar taxa positiva na evolução do PIB.

Mesmo com a pandemia, a agropecuária teve uma evolução de 0,4% de abril a junho, em relação aos meses de janeiro a março. No primeiro semestre, a alta do setor é de 1,6%, enquanto o PIB médio do país caiu 9,9%. Essa tendência deverá continuar, e a agropecuária poderá ser o único setor a ter evolução positiva no ano: de 1,5% a 2%. O PIB da agropecuária se manteve positivo por que é no segundo trimestre que ocorrem algumas das principais colheitas do país. Além disso, parte do setor de carnes, aquecido pela China, também manteve bom desempenho.

A soja, caro chefe das lavouras, obteve recorde de produção, somando 12,7 milhões de toneladas nesta safra, conforme dados revisados pela Conab. O IBGE traz números menores. Só no segundo trimestre, o país mandou 42 milhões de toneladas da oleaginosas para o exterior. A China ficou com 30 milhões.

Outra importante cultura, o café, terá uma produção 18% superior à de 2019, segundo o IBGE. Temia-se um efeito negativo da Covid-19 sobre a colheita, devido ao emprego intenso de mão de obra, mas não ocorreu. O arroz também teve participação favorável no PIB. Há três anos em queda, o setor se recuperou em 2020, e a produção subiu para 11 milhões de toneladas, 7,3% maior do que a de 2019. O setor de cana-de-açúcar é outro ponto positivo. No segundo trimestre, a moagem foi 5% superior à de igual período de 2019. O milho, o segundo maior volume de grãos no país, não teve grandes efeitos sobre o PIB. A produção deste ano deverá repetir os 100 milhões de toneladas do ano passado.

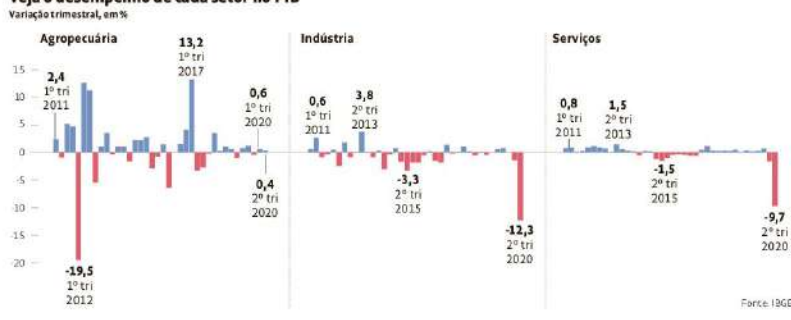
Na pecuária, o destaque fica para a suinocultura, que teve alta de 6% nos abates de abril e junho em relação a igual período do ano passado. Os setores de bovinos e de frango apresentaram quedas de 9,7% e 1,6%, respectivamente. Com a alta no segundo trimestre, a agropecuária adicionou R\$ 125 bilhões ao PIB. É o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo, segundo o IBGE.

A agropecuária voltará a ser favorável na composição do PIB do terceiro trimestre, quando ocorrer colheitas importantes, como as de laranja, algodão, milho safrinha e contíndades das de café e de cana-de-açúcar.

Base de retomada, consumo das famílias cai 12,5%

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO Base da recuperação após a recessão iniciada em 2014, o consumo das famílias brasileiras caiu 12,5% no segundo trimestre de 2020 em relação aos três meses anteriores. O dado foi divulgado nesta terça (1º) pelo IBGE e explica parte da queda de 9,7% do PIB (Produto Interno Bruto) no período. O consumo das famílias é o principal componente do PIB sob a ótica da demanda (quase 70% do cálculo do indicador) e vinha sustentando a lenta retomada nos últimos anos, enquanto investimentos e mercado externo oscilavam. Segundo o IBGE, o consumo teve contração de 13,5% em relação ao mesmo período de 2019, índice que representa a maior queda registrada na série histórica, de 1996. Foi o segundo resultado negativo da comparação após 11 trimestres de avanço. "O índice pode ser explicado pelo isolamento social, proibição de funcionamento de algumas atividades, especialmente de serviços prestados às famílias, além da queda da massa de salarial", diz o IBGE. Segundo o órgão, o índice não caiu mais por causa dos programas de apoio do governo e de um crescimento do crédito voltado a pessoas físicas. Os números do PIB mostram que os investimentos públicos e privados na economia recuaram 15,4%. A chamada Formação Bruta de Capital Fixo recuou 15,2% em relação ao mesmo período de 2019. "A queda é justificada pelos

Veja o desempenho de cada setor no PIB



resultados negativos registrados tanto na produção interna de bens de capital quanto na construção", diz o IBGE. O consumo do governo caiu 8,8% em relação ao primeiro trimestre — resultado influenciado por fatores como número de matrículas nas escolas públicas, internações no Sistema Único de Saúde e salários do funcionalismo. "Na saúde, os gastos ficaram mais focados no combate à Covid-19, e as pessoas tiveram receio de buscar outros serviços, como consultas e exames, na pandemia", diz a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis. "E, na educação, usamos o percentual de alunos que tiveram aulas on-line. Isso fez com que o consumo do governo caísse bastante também."

Outros dois componentes da demanda são exportações e importações. Estas caíram 13,2%, e as vendas de bens e serviços para o exterior subiram 1,8%. Eduardo Cuculo e Nicola Pamplona

Indústria é setor que mais sofre, com tomba de 12,3%

RIO DE JANEIRO SÃO PAULO Com a paralisação quase total da indústria automobilística e cortes na produção de artigos considerados supérfluos, a indústria recuou 12,3% no segundo trimestre — o maior entre os setores pesquisados para o cálculo do PIB. A queda foi disseminada em todos os subsectores do IBGE no formato atual. No primei-

ro trimestre, a indústria já havia recuado 1,4%, sob os primeiros efeitos da pandemia. A indústria da transformação, a que tem mais peso no setor, teve o maior recuo (-17,5%), com forte impacto da produção de bens duráveis e de máquinas e equipamentos. Cortes na produção de automóveis e na indústria têxtil também impactaram. São segmentos com maior dependência do consumo das famílias, que caiu 12,5% no trimestre. No início da pandemia, com concessionárias fechadas, as montadoras chegaram a fechar 64 das 65 fábricas do país. As operações vêm sendo retomadas, mas em ritmo menor e com muitas demissões. Por outro lado, houve crescimento em atividades ligadas ao consumo essencial, como alimentos, produtos farma-

cêuticos e de limpeza. Pesquisas mensais do instituto já mostravam que o desempenho do setor é desigual, com maior impacto em produtos supérfluos ou que tenham dependência do comércio de rua. A indústria da construção fechou o trimestre em queda de 5,7%, puxada principalmente pela falta de investimentos em infraestrutura. A produção de energia, água e esgoto caiu 5,5% e a indústria extrativa, 1,4%. Nesses casos, dados posteriores ao fim do segundo trimestre já mostram recuperação a níveis anteriores à pandemia — no petróleo, a Petrobras exportou em agosto volume próximo ao recorde de dezembro de 2019. A agropecuária manteve o ritmo do primeiro trimestre, quando cresceu 0,6%, e fechou em alta de 0,4%.

Fonte: IBGE

mercado coronavírus

Com construção, investimento deve seguir recuperação frágil

Ociosidade na indústria e endividamento das empresas travam indicador

Fernanda Perrin

SÃO PAULO A recuperação da construção civil deve sustentar uma melhora dos investimentos a partir do terceiro trimestre, mas o indicador deve encerrar o ano em patamares baixos —em torno de 15% do PIB (Produto Interno Bruto), avaliam economistas.

Ainda que os resultados da construção estejam vindo melhores do que o esperado, a alta taxa de ociosidade na indústria, o endividamento das empresas e as incertezas quanto à recuperação da demanda seguraram a retomada dos investimentos.

Segundo dados divulgados pelo IBGE nesta terça (1º), a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), indicador que mede investimentos em máquinas, equipamentos, construção e pesquisa despencou 15,4% entre o primeiro e o segundo trimestres, quando a pandemia eclodiu no país. O PIB caiu 9,7% no período.

O tombo foi o maior desde o primeiro trimestre de 2015, quando a FBCF teve queda de 18,8%. Nos últimos dois anos, o índice vinha seguindo trajetória de recuperação tímida, na faixa dos 3% por trimestre.

“Foi uma recuperação muito incipiente. Havia um problema de ociosidade na indústria antes da Covid-19 que agora se aprofundou”, diz Rafael Cagnin, economista do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial).

Segundo ele, mesmo com a normalização da atividade observada no setor de construção civil, o problema da incerteza associado à pandemia continua presente, o que restringe a retomada da FBCF.

Para além da ociosidade, que desmotiva as empresas a investirem, Cagnin aponta o alto nível de endividamento. Com o fluxo de caixa praticamente zero na quarentena, muitas indústrias se viram obrigadas a tomar crédito para bancar necessidades de liquidez de curto prazo.

Outro problema, segundo ele, é a redução do papel do BNDES, cujo espaço como agente de financiamento não foi totalmente ocupado pelo mercado de capitais. “O investimento vai voltar a um patamar positivo, mas com uma recuperação muito fraca, a ponto de permanecer em patamares historicamente baixos.”

O economista Rodrigo Nishida, consultor da LCA, também prevê uma trajetória de melhora gradual da FBCF, mas insuficiente para compensar as perdas observadas na pandemia. A estimativa da consultoria é que a taxa de investimento fique em 15,3% em 2020.

“O investimento tem ficado em torno de 15% do PIB nos últimos anos, isso mostra porque a economia não cresce. A retomada deve acontecer apenas quando a demanda começa a reaparecer e as expectativas melhorarem”, afirma José Francisco Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator.

Na estimativa de Gonçalves, a FBCF deve encerrar o ano com uma queda de 8%.

Nishida alerta ainda para a dependência desse movimento das medidas de sustentação da renda e do emprego implementadas para combater a crise. “Na virada do ano já surgem dúvidas quanto à continuidade dessa trajetória com a diminuição ou retirada desses estímulos.”

Já Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, tem visão mais positiva. Ela destaca, por exemplo, que a retração no segundo trimestre se concentrou principal-

mente no mês de abril, sendo que maio e junho já mostraram sinais de recuperação.

“Vemos uma forte retomada na construção. Os indicadores de vendas de materiais de construção e o aumento do saldo de devagas do setor no Caged mostram essa volta”, diz.

Em julho, o setor teve saldo positivo de 41 mil vagas de trabalho formais, segundo dados do Ministério da Economia.

Para Vitória, o investimento está num bom momento para a recuperação, tendo em vista a redução das taxas de juros a curto e a longo prazo, bem como o crescimento do mercado de capitais.

“O investidor estrangeiro ainda não tem voltado, mas temos visto o investidor local mais disposto a dar financiamento”, diz. Ela aponta por exemplo a taxa de poupança recorde observada no segundo trimestre, de 15,2%, a maior dos últimos cinco anos.

Já do lado da indústria, Vitória é menos otimista. Dada a elevada capacidade ociosa, a recuperação dos investimentos no setor deve demorar mais para se recuperar.

Importações despencam em agosto

BRASÍLIA | REUTERS O Brasil teve superávit comercial de US\$ 6,6 bilhões em agosto, melhor para o mês da série histórica iniciada em 1989, mais uma vez ajudado pelo tombo sofrido na ponta das importações.

O dado, divulgado nesta terça (1º) pelo Ministério da Economia, veio um pouco abaixo da projeção de superávit de US\$ 6,7 bilhões, segundo pesquisa Reuters com analistas.

Com a crise do coronavírus como pano de fundo, as importações caíram 25,1% em agosto, pela média diária, a US\$ 11,1 bilhões. Já as exportações tiveram um recuo de 5,5% na mesma base de comparação, a US\$ 17,7 bilhões.

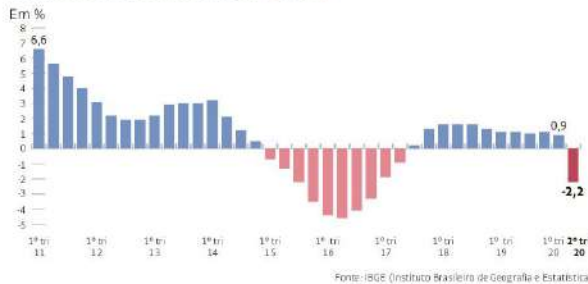
Em relação aos produtos comprados, todos os setores apresentaram queda sobre agosto de 2019. Na média diária, o maior impacto se deu na importação de produtos da indústria extrativa (-59,5%).

Já quanto a produtos vendidos ao exterior, houve crescimento, também pela média diária, apenas na agropecuária (14,6% sobre agosto de 2019).

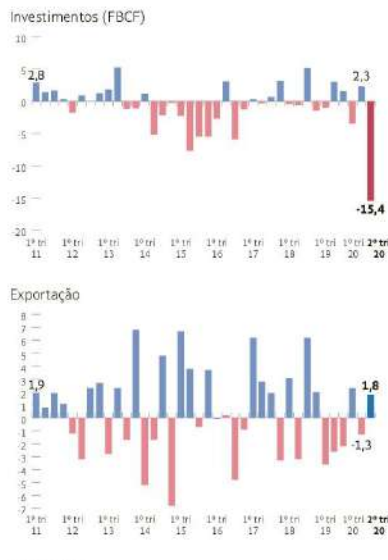
Nos primeiros oito meses do ano, o saldo da balança comercial ficou superavitário em US\$ 36,6 bilhões, crescimento de 14,4% ante igual etapa do ano passado.

Para o ano, a pasta havia previsto em junho superávit comercial de US\$ 55,4 bilhões, com recuo de 17% para importações e de 10% nas exportações frente a 2019. A expectativa será revista em setembro e divulgada no fechamento do terceiro trimestre.

Crescimento do PIB acumulado em 12 meses



Comportamento do consumo e do investimento no 2º trimestre de 2020



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Distanciamento social afeta consumo, e serviços despencam

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO Principal motor da atividade econômica brasileira e maior empregador do país, o setor de serviços amargou queda de 9,7% no segundo trimestre, o primeiro totalmente sob efeito da pandemia do novo coronavírus.

Foi o maior recuo desde o início da série histórica, iniciada em 1996, segundo o IBGE. O setor é responsável por 75% do cálculo do PIB (Produto Interno Bruto) e seu desempenho é fundamental para a retomada.

O impacto foi maior nos segmentos que mais necessitam de atendimento presencial, como alimentação, hospedagem e lazer. O sub-setor em que elas se encaixam teve queda de 19,8%.

Já o subsetor “transporte, armazenagem e correio”, que inclui de motoristas por aplicativo a companhias aéreas, recuou 19,3%, o segundo pior desempenho do setor de serviços.

O comércio, que no cálculo do PIB é incluído no setor de serviços, fechou o trimestre em queda de 13%, também sob impacto do fechamento das lojas no país.

A queda do comércio varejista foi menor”, diz a gerente de Contas Trimestrais do IBGE, Rebeca Palis. O setor de supermercados, por exemplo, cresceu durante a pandemia, como mostram as pesquisas mensais do instituto.

“Quando olhamos a série histórica, o PIB tem comportamento bastante relacionado com o consumo das famílias, pela ótica da demanda, e com serviços, pela ótica da produção”, diz Palis.

Ela ponderou, porém, que as atividades econômicas são correlacionadas e o desempenho da indústria e da agropecuária também tem impacto nos serviços.

Dentro do setor, o maior peso está nos serviços públicos, que no segundo trimestre caíram 7,6%, impactados pela suspensão de atividades que demandam atendimento presencial, como museus e parques, e de aulas presenciais em universidades federais.

Entre os três grandes setores da economia, o de serviços é o que tem apresentado menor dinamismo com o relaxamento das medidas de isolamento. Enquanto indústria e comércio começaram já em maio a se recuperar dos tombos recorde de abril, os serviços tiveram a primeira taxa positiva em junho, mas perto do piso histórico.

Segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), o setor concentra 47% dos trabalhadores formais do país, o que leva economistas a relacionar a recuperação do emprego à recuperação mais vigorosa nesse setor.

A retomada enfrenta como obstáculos as restrições ao funcionamento de parte dos locais —restaurantes com capacidade reduzida e cinemas e teatros fechados—, o desemprego, que reduz o poder de compra da população, e o temor de contaminação, que leva muita gente a evitar o risco de aglomeração. Mudanças de hábito devem dificultar ainda mais para setores como o de turismo corporativo, cujas vendas caíram quase 90% e continuarão sofrendo efeitos do maior uso de reuniões online; ou dos serviços profissionais e administrativos, que incluem limpeza e segurança predial e devem sofrer com o trabalho remoto mais disseminado.

Por outro lado, sofreram menos no segundo trimes-

tre atividades como intermediação financeira ou imobiliária, que tiveram alta de 0,8% e 0,5%, respectivamente.

No primeiro caso, segundo Palis, houve impacto positivo das transferências de renda, compensado pelo menor uso de planos de saúde. No segundo, houve ajuda de grande atividade de aluguel, com pessoas buscando locais para o período de isolamento, além de novas incorporações —embora a indústria de construção tenha caído 5,7%. **NPE/EC**

Crescimento chinês é exceção entre países afetados por pandemia

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO A pandemia derrubou a economia de praticamente todos os países no segundo trimestre de 2020. As quedas variam de 3% a 22%, de acordo com dados da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para quase 35 países que já divulgaram o resultado do PIB no período. Na média, a queda foi de 9,5%.

A exceção é a China, que cresceu 11,5% no período, em relação ao trimestre anterior (3,2% na comparação anual). Opais havia registrado o maior tombo no primeiro trimestre, de 19%, entre economias selecionadas pela OCDE.

A China foi o epicentro inicial da doença e o primeiro a adotar isolamento e paralisação de atividades. A recuperação chinesa alimenta expectativas de que o resto do mundo tenha voltado a crescer com medidas de reabertura.

A Coreia do Sul, que fez o controle da Covid com teste em massa e rastreamento, o que permitiu manter parte das atividades, teve queda do PIB de 1,3% no primeiro trimestre e de 3,3% no segundo.

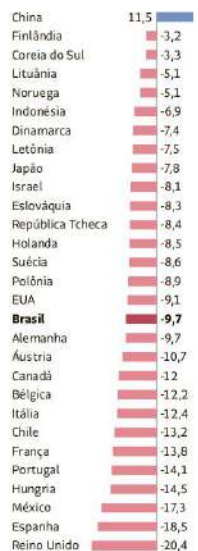
A Suécia, que não adotou o isolamento social, registrou nos períodos, respectivamente, variações de 2,1% e -8,6%.

A maior economia mundial, dos EUA, encolheu 12,2% e 9% nos períodos. A Zona do Euro registrou retrações de 3,2% e 11,7%, respectivamente.

Entre os europeus, destaca-se a queda de 20% no Reino Unido. Nos emergentes, o México registrou a maior retração (-17,3%).

Pandemia derruba PIB mundial no 2º trimestre de 2020

Variação do PIB em relação ao trimestre anterior, em %



Fonte: OCDE Data

O bode morto na sala da economia

Mesmo sem a praga do vírus, PIB do Brasil não decolava, ao contrário do que dizia Guedes

Vinicius Torres Freire

Journalista, foi secretário da Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Em 2022, aliás ano do bicentenário da Independência, o PIB per capita deve ser equivalente ao de meados de 2010, se tudo der certo. Em fins deste 2020, deveremos ter a renda média de 2008. Uma década de anos perdida.

Para encerrar este ano com uma queda de "apenas" 5,4% do PIB, como prevê a média dos economistas, o país precisa crescer uns 6% neste terceiro trimestre e 4,5% no trimestre final do ano. São números fortes e, estranhamente, não lá muito compatíveis com as

previsões para 2021. Mas passemos. Além dessas aritméticas, o que temos pela frente?

Suponha-se, primeiro, que não ocorra aberração política maior, o que é uma premissa forte. Seria conveniente prestar atenção ao quê?

A redução do auxílio emergencial de R\$ 600 para R\$ 300 mensais nos quatro meses finais do ano deve tirar uns R\$ 85 bilhões da renda das pessoas (considerada a média da despesa do último bimestre e descontado o Bolsa Família), o equivalente a 1,2% do PIB. Pe-

sado. Vai ter fome.

É possível que um auxílio de R\$ 600 por mês até o final do ano causasse ruídos no mundo financeiro, alta de juros, o que teria um efeito contra-producente, mas isso é especulativo. De qualquer modo, parte da perda de renda será atenuada por alguma despioira econômica. Parte pode ser compensada pelo aumento do consumo reprimido pela pandemia (considerada a taxa de poupança) teve um aumento relevante.

De resto, o setor externo (exportações menos importações

de bens e serviços) está dando uma forcinha. Mas o talho do gasto público, em grande parte inevitável, irá muito além do corte nos auxílios. Vai chegar a quase meio trilhão de reais.

Muito do tráfego imediato da economia depende também de: 1) recuperação do setor de serviços, em particular de certos comércios e de serviços pessoais e das famílias (comer fora, hotéis, salão de beleza, saúde e educação privadas, profissionais liberais etc.); 2) coragem de gastar em bens caros (como carros); 3) expectativas

possibilidades de investimento (em instalações produtivas, casas, infraestrutura, máquinas, equipamentos etc.).

Os dois primeiros itens dependem do tamanho e da duração da epidemia. O terceiro está prejudicado pela enorme capacidade ociosa da economia e depende da expectativa de que o país possa voltar a crescer, uma quicena desde 2015.

Além de divulgar o PIB do segundo trimestre, o IBGE revisou também para baixo o resultado do primeiro, que foi um desastre, dado que a devastação do vírus apenas começava. Mesmo sem a praga, a economia crescia muito pouco. A ideia de que estava decolando era desvario.

Em tempos de tamanha capacidade ociosa e com o PIB catatônico mesmo com o remédio dos juros perto de zero, é preciso que a economia pegue no tranco, ao menos para recuperar perdas de curto pra-

zo. É necessário investimento em coisas como infraestrutura, que venha de desembolso público ou privado. Não há nem um nem outro.

Por ora, não há perspectiva de que esse governo vá conceder obras bastantes, menos ainda antes de 2022. Dado o teto, não haverá dinheiro para investimento público nem com talhos políticos nem com talhos políticos nem com talhos políticos.

O problema da retomada econômica ainda é em tese o mesmo de 2002 (pré-vírus), 2019, 2018 e 2017, mesmo que se fizessem "reformas". A diferença é que estamos mais arrendatados, na alma, no corpo e no bolso, e com a política em ruínas. Faz pelo menos quatro anos, agente finge que não vê esse bode morto na sala. vinicius.torres@grupofolha.com.br



Jair Bolsonaro faz anúncio de prorrogação do benefício com Paulo Guedes e parlamentares, em Brasília. Pedro Ladeira/Folhapress

Auxílio emergencial, agora de R\$ 300, vai até dezembro

Governo enviará MP ao Congresso com o novo valor, metade do anterior

Gustavo Uribe e Fábio Pupo

BRÁSILIA O presidente Jair Bolsonaro anunciou nesta terça-feira (4º) que o auxílio emergencial será reduzido para R\$ 300 e que o novo valor será concedido por quatro meses.

A quantidade representa metade do que foi pago nos primeiros cinco meses do programa. O valor e o período de extensão do benefício foram definidos na segunda (31), em reunião entre Bolsonaro com o ministro da Economia, Paulo Guedes. O ministro, que defendia parcelas de R\$ 200, cedeu ao apelo do presidente.

Nesta terça, o presidente se reuniu com líderes partidários para defender que o valor não seja alterado pela Câmara. Para estabelecer o novo valor, o governo enviará uma medida provisória ao Congresso — a lei que rege o auxílio permite a prorrogação por ato do Executivo, desde que mantido o valor original de R\$ 600.

"O valor, como vínhamos dizendo, é muito para quem paga", disse Bolsonaro. "Decidem aqui, atendendo a economia, em cima da responsabilidade fiscal, fixá-lo em R\$ 300".

O anúncio foi feito simultaneamente à divulgação da retração de 0,7% no PIB do segundo trimestre. Questionado pela Folha, o presidente se recusou a comentar.

No ato, com a exceção de Guedes, que tirou a máscara para discursar, Bolsonaro e os demais participantes não usaram o item de proteção.

Am lado do presidente, estavam, além de integrantes da equipe de governo, dirigentes do centrão, como o deputado

federal Arthur Lira (PP-AL) e o presidente nacional do PP senador Ciro Nogueira (PI).

"Existe hoje uma sintonia muito grande entre Executivo e Legislativo para que a gente possa retomar a agenda de reformas", disse o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE). "A discussão do Renda Brasil vem após o auxílio emergencial".

A medida provisória tem força de lei imediata, embora o Congresso possa mudar o valor durante a tramitação. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), porém, já sinalizou apoio ao governo que o Congresso aceitará o projeto.

A prorrogação do benefício se dá em meio às dificuldades da equipe econômica de criar um novo programa social que represente uma expansão em relação à Bolsa Família.

O auxílio emergencial foi criado para durar três meses (tendo como base abril, maio e junho). Depois, o governo prorrogou por duas parcelas (julho e agosto). O valor de R\$ 600 foi mantido no período.

O auxílio emergencial é a medida mais cara do pacote anticrise, e já demanda R\$ 25,4 bilhões em recursos nos cinco primeiros meses.

As discussões sobre os próximos passos foram ligadas ao ritmo de reabertura de atividades econômicas pelo país.

Embora o Legislativo tenha liberado o governo para ampliar gastos ligados à pandemia, a equipe econômica busca evitar uma explosão de gastos e de endividamento público. Técnicos esperam que a dívida bruta fique perto de 100% do PIB ao fim deste ano.

Taxa de poupança atinge maior nível em cinco anos

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO A taxa de poupança da economia brasileira voltou a subir no segundo trimestre, atingindo o maior nível desde o início de 2015. O movimento indica que o cenário de incertezas, aliado às restrições à abertura de lojas e equipamentos de lazer, vêm levando os brasileiros a guardar mais dinheiro.

Para especialistas, essa poupança acumulada por um lado indica maior cautela do consumidor, mesmo com a injeção de recursos do auxílio emergencial na economia. Por outro, pode ajudar na recuperação da atividade, impulsionando o consumo e investimentos nos próximos meses.

Segundo o IBGE, a taxa de poupança chegou ao 15,5% do PIB no segundo trimestre, alta de 1,8 ponto percentual em relação ao mesmo período de 2018. É a primeira vez desde 2013, que o indicador sobre nessa base de comparação.

Na avaliação do órgão, os programas de apoio do governo, como o auxílio emergencial, compensaram parcialmente a perda de renda. E, sem poder sair de casa, ele está gastando menos também. O consumo das famílias despenca 13,5% em um ano.

"O aumento grande no depósito das famílias no sistema financeiro favoreceu o crescimento do setor financeiro no período", diz a gerente de Contas Nacionais do IBGE, Rebecca Palis, referindo-se ao segmento

de intermediação de serviços financeiros, um dos únicos a ter desempenho positivo.

Para os economistas José Francisco de Lima Gonçalves e Mariana Major de Oliveira, do Banco Fator, o aumento da poupança sinaliza dificuldade de contar com as transferências de renda para recuperar a atividade econômica, já que parte desse dinheiro pode ter ficado guardado.

O IBGE não consegue identificar se as transferências contribuíram para elevar a poupança. Palis diz acreditar, porém, que a população de renda mais baixa usou o benefício para necessidades essenciais.

Pesquisa Datafolha mostrou que 53% usaram o dinheiro preferencialmente para comprar comida. "Mas parte pode ter ido para a poupança", afirma Palis, lembrando que o medo da contaminação e o fechamento de lojas fazem com que muitas gente evite frequentar estabelecimentos de serviços, como salões de beleza.

"Parte da elevação da poupança nesse período é precaução, relacionada às incertezas geradas pela crise", escreveram economistas do banco Inter em relatório nesta terça. O economista Nilson Leis,

da Unisul, acrescenta que a amplitude do programa de auxílio garantiu o benefício a muitas famílias que não se enquadrariam nas condições exigidas, o que pode ter contribuído para a geração de poupança. "A poupança normalmente reflete cenários de acúmulo, quando a massa salarial cresce", diz. Mas, no trimestre, a massa salarial caiu 4,4% em relação a um ano antes.

No primeiro trimestre, a taxa de poupança já havia subido, atingindo 14,7%, contra 9,4% do período anterior. Mas esse movimento é normal, já que os gastos costumam ser maiores no fim do ano.

Alcorno Prado, os resultados de 2020 parecem apontar uma reversão de tendência de queda iniciada na recessão do fim do governo Dilma Rousseff. A taxa permanece bem abaixo das verificadas nos anos de crescimento nos governos Lula e Dilma, quando oscilava em torno de 20%, mas pode ajudar no ritmo da retomada quando incertezas diminuírem.

Para Leis, a tendência que a poupança seja direcionada ao consumo com a melhoria do cenário. "O dinheiro está na poupança". Nicola Pampolona e Eduardo Cucelo

Table with multiple columns showing economic indicators like PIB, Despesa em salários, and various government revenue and expenditure data for different quarters and years.

mercado

Estabilidade não é vaca sagrada ou bala de prata, diz deputado

Presidente de frente parlamentar da reforma administrativa defende que projeto valha para todos os Poderes

ENTREVISTA
TIAGO MITRAUD

Fábio Pupo e
William Castanho

BRASÍLIA Filho de servidores aposentados, o deputado federal Tiago Mitraud (Novo-MG), 34, comanda a frente parlamentar da reforma administrativa. Diz conhecer o funcionalismo, a burocracia e a ineficiência estatal.

O deputado, ao lado de congressistas experientes como Kátia Abreu (PP-TO) e Antônio Anastasia (PSD-MG), assume a missão de convencer os pares a tocar as mudanças.

“Queremos criar um ambiente de pressão positiva, mostrar ao Executivo e ao presidente [Jair Bolsonaro] que não precisa ter medo”.

Nesta terça-feira (1º), Bolsonaro disse que enviará nesta quinta (3) o texto da reforma ao Congresso (leia ao lado).

A Folha Mitraud diz que já há trabalho, mesmo que o texto não venha a ser enviado. Uma reforma desse porte engloba PEC (proposta de emenda à Constituição) e outros instrumentos, como projetos de lei complementar e ordinária.

Segundo ele, progresso na carreira e avaliação de desempenho já podem e devem ser revistos. Nem a estabilidade escapa. “Não é nem vaca sagrada nem bala de prata”, diz.

“Vamos falar com o [próximo presidente do Supremo, Luiz] Fux para tentar criar um contexto no qual todos os Poderes vão fazer suas reformas.”

Haverá resistência. “Hoje, no Brasil, ganha mais quem grita mais”, afirma.

A pandemia ajudou ou prejudicou o debate? No início prejudicou, por ter requerido 100% da atenção de todo o Congresso e governo. Ela [a reforma] estava ganhando tração em fevereiro, início de março. O assunto estava em alta, e acabou em segundo plano, como eu acho que deveria ter ficado mesmo.

Mas, quando as pautas deixaram de ser exclusivas da pandemia, vimos que outras reformas ganharam mais tração, como a tributária. A administrativa é mais invisível para o cidadão a curto prazo. O foco principal, além da questão fiscal, é dar clareza de que vai melhorar a qualidade do serviço público.

Já há projetos em tramitação que podem ser trabalhados? Há matérias com restrição técnica e outras com restrição política.

Em restrição técnica, na estrutura interna do Executivo, tudo o que não for questão constitucional tem de ser de iniciativa do Executivo. Na Constituição, há o regime jurídico único, que é o vínculo entre Estado e servidor. Se se quiser alterar esse regime, pode ser feito pelo Legislativo.

Mas aí há uma barreira política: a alteração da estrutura dos Poderes, principalmente do Executivo, sem ele no barco, [pode gerar atritos] especialmente em um governo que pega qualquer justificativa para criar embate.

Está todo mundo batalhando para criar um ambiente favorável para o envio da PEC

[pelo governo] e aguardando. [Queremos] mostrar ao Executivo e ao presidente que o Congresso quer essa reforma, que não precisa ter medo.

Há textos já tramitando que não dependem do Executivo. Por exemplo, o que versa sobre o teto remuneratório, que já foi aprovado no Senado. Está pronto para ser votado. Tem um projeto na Câmara de modernização dos concursos públicos, outro para avaliação de desempenho que depende de regulamentação que nunca ocorreu — está no Senado.

Bolsonaro já falou que quer uma reforma o mais suave possível. Se chegar um texto enxuto, pretendem ampliar ou manter o original para não criar atrito? É difícil dizer sem saber o que vem. Temos a noção de que a reforma precisa ser profunda, não superficial. O presidente já falou em mexer o mínimo possível nos atuais servidores. Então, porque há questões de direito adquirido, outras que dariam para ser discutidas.

Por exemplo? A estabilidade. A tese majoritária é de que a estabilidade é de adquirida no concurso e você não pode mexer para os atuais. Mas pode ser criada uma regra para novos servidores. Como avaliações de desempenho e critérios de encarecimento.

Algumas carreiras hoje têm na prática progressão automática, que pode e deve ser revista. Alguns servidores vão ter expectativa de regra continuar, mas não existe expectativa de direito adquirido.

Quem vai avaliar a avaliação de desempenho? Vemos que os países com os melhores serviços públicos têm uma estrutura dentro do Estado, um órgão central de recursos humanos e que atua como agência independente. E ela define as regras e conduz o processo: avaliação baseada em resultados, não de forma subjetiva.

Uma das coisas que queremos fazer é a transformação da atual Secretaria de Gestão de Pessoas [do Ministério da Economia] nessa agência independente, que teria critérios de nomeação que a blindariam politicamente.

Hoje no Brasil ganha mais quem grita mais. Se existir a agência olhando as carreiras pela complexidade e pelo nível de formação necessária, haverá critérios, faixas salariais para cada uma delas. Com critérios por desempenho, blindada a administração de pressões corporativistas.

O que pode ser feito com a estabilidade? Quando ela acabaria e quais seriam os critérios para demissão? A estabilidade é um instrumento que existe no mundo inteiro. Não é um privilégio, existe uma razão de ser com fins de interesse público, precisa de uma certa tranquilidade contra interferências políticas.

Ela não pode ser a vaca sagrada, que não pode ser discutida. Não é vaca sagrada nem bala de prata. Muita gente fala que tem de acabar para resolver todos os problemas.

Não acho que deva existir para 100% dos servidores. Hoje as regras são automáticas para adquirir, o estágio probatório é quase protocolar.



Zanone Frassetto/Folhapress

O Estado brasileiro

Cargos no Executivo

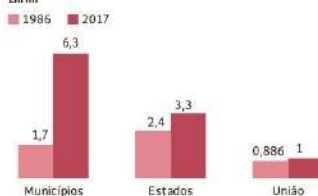
Em ml



11,5%
é a taxa de crescimento do número de cargos públicos

Cargos no Executivo por entes

Em ml



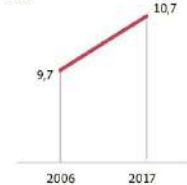
Participação dos entes no funcionalismo do Executivo

Em %



Relações gastos/PIB, em %

Em %



Os gastos com servidores, em R\$ bi

Em R\$ bi



Fonte: Atlas do Estado Brasileiro 2019/pea

+
Tiago Mitraud, 34
 Deputado federal (Novo-MG) no primeiro mandato, eleito com 71.901 votos. Formado em administração pela UFPR, concluiu o Programa de Desenvolvimento de Lideranças da Harvard Business School. Foi diretor executivo da Fundação Estudar. E associado ao Livres, membro da Raps (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade) e líder do RenovaBR

Bolsa sobe 2,8% com retomada do texto; dólar cai a R\$ 5,387

Apesar do tombo de 9,7% no PIB do segundo trimestre de 2020, a Bolsa brasileira fechou em alta de 2,8% a 102.167 pontos, nesta terça (1º), após Jair Bolsonaro anunciar que o texto da reforma administrativa será enviado ao Congresso na quinta (3). “A retomada da agenda de reformas souo como música aos ouvidos para o mercado”, diz Rafael Ribeiro, analista da Clear Corretora. Com expectativa de menos gastos por parte do Estado, o real ganhou força e o dólar cedeu 1,66%, a R\$ 5,3870. O turismo está a R\$ 5,68. Também contribuiu para o viés positivo a melhoria da atividade industrial na China e nos EUA, conforme dados divulgados nesta terça.

Tem de ter critérios. Cinco, seis anos com bom de desempenho para mostrar que tem vocação. Precisa ter critérios para perda de estabilidade, podem ser temporais. Baixo desempenho deveria ser critério para o fim da estabilidade.

Outros Poderes também têm problemas, como os supersalários do MP, do Judiciário e de tribunais de contas. Eles não estão se omitindo nessa discussão? A estruturação interna dos Poderes é de iniciativa exclusiva de cada um. Mas há pontos que podem ser encadeados com mudanças na lei e que estamos apoiando, como o fim dos supersalários para todos os Poderes. Já está na Constituição, e precisa ser regulamentado, daria uma boa saneada, especialmente no Judiciário, que concentra boa parte dos supersalários.

Tem outras questões que vão cair na mesma questão falada antes, da iniciativa exclusiva dos Poderes. Tem a Lei Orgânica da Magistratura, que é dos anos 1970 e a gente não consegue rever sem nova proposta do Judiciário, que não envia, com receio de ser modificado demais no Congresso.

Vamos falar com o [próximo presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz] Fux para tentar criar um contexto no qual todos os Poderes vão fazer suas reformas. Alguns pontos podemos encadear, outros precisaremos de diálogo.

Já é proibido ganhar acima do teto. Como regulamentar? Hoje de fato já está proibido na Constituição, mas existe uma série de subterfúgios que foram criados, como verbas indenizatórias, que co-

locam um monte de coisa no bolo e permitem furar o teto.

O projeto que foi aprovado no Senado e está em tramitação na Câmara diz explicitamente o que pode e o que não pode furar o teto. O problema são os penduricalhos, e nessa lei complementar que regulamentaria o teto se explicita o que pode e o que não pode de ser considerado verba indenizatória.

Sempre que se fala em reforma administrativa fala-se que autoridades não mexem nos próprios salários. Isso deve ser discutido? Acho que sim, e opinião pessoal, a maior parte do custo não está no salário, está nos auxílios, nas verbas de gabinete. O custo do Legislativo é muito grande, comparado com outros países. Só o Congresso tem custo de R\$ 12 bilhões por ano.

Está em discussão um piso salarial? Serão quantas carreiras? Estamos trabalhando em três grupos [de carreiras], que são as atividades típicas de Estados, as atividades-meio e as atividades-fim.

O fim é o professor, o policial, o enfermeiro. O meio é o assistente, que cuida da folha de pagamento, por exemplo. E há atividades típicas de Estado, como o diplomata, o juiz, o delegado. Quantas [carreiras] vão ter em cada um, ainda não sabemos. No setor público, o risco é menor e deveria ter ganhos compatíveis com o setor privado. Um salário de R\$ 10 mil é muito ou pouco? Depende. Para o serviço de baixa complexidade, é muito. Para o serviço de alta complexidade, é pouco.

Bolsonaro diz que envia nesta quinta reforma administrativa ao Congresso

Gustavo Uribe

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) anunciou nesta terça (1º) que enviará na quinta-feira (3) ao Poder Legislativo uma proposta de reforma administrativa.

Em entrevista no Palácio da Alvorada, o presidente não disse, entretanto, se a iniciativa que será encaminhada sofreu alterações em relação à proposta fechada pela equipe econômica ainda no ano passado.

“A primeira [decisão] é encaminhar na quinta-feira a reforma administrativa. Que fique bem claro: não atingirá nenhum dos atuais servidores. Ela se aplicará apenas aos futuros servidores concursados”, afirmou.

O presidente fez o anúncio ao afirmar que assinará medida provisória que prorroga o pagamento do auxílio emergencial até o final do ano, agora em parcelas de R\$ 500.

O lançamento das duas medidas foi feito simultaneamente à divulgação da retração inédita de 9,7% no PIB (Produto Interno Bruto) do segundo trimestre.

Presente à entrevista, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a reforma administrativa é uma sinalização para o futuro que redefine a trajetória do serviço público.

“Como o presidente deixou claro desde o início, não atinge os direitos dos servidores públicos atuais, mas redefine toda a trajetória do serviço público para o futuro. É um serviço público de qualidade, com meritocracia, concursos exigentes e promoção por mérito”, disse.

À tarde, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que, assim que a reforma administrativa chegar, ajuda é que tramite com celeridade. Na avaliação dele, é possível votar o texto ainda neste ano. “Sou otimista”.

Maia defendeu que o projeto ajudará a dar “melhor condições para que os programas que o governo quer implementar possam ter um espaço maior no teto de gastos para os próximos dois ou três anos”.

O presidente tem asegurado a proposta de reforma administrativa desde o ano passado por recuo de protestos populares e por uma reação negativa de deputados e senadores.

Em janeiro, Bolsonaro disse que enviaria a proposta naquele mês.

A pressão do núcleo político do Palácio do Planalto, no entanto, travou a medida, que modifica as regras de contratação e remuneração de servidores públicos de todo o país.

A iniciativa é considerada sensível porque atinge uma categoria de trabalhadores que tem forte poder de lobby sobre os políticos.

A frente parlamentar do serviço público do Congresso, por exemplo, tem 255 deputados. Isso corresponde a quase metade dos 513.

Outro ponto levado em consideração é o fato de as mudanças de regras atingirem não apenas os servidores do Executivo mas também os do Judiciário, grupo bem organizado, e do Legislativo, que atua diretamente em contato com os congressistas.

A restrição das regras do serviço público é elaborada desde o governo Michel Temer (MDB).

Câmara aprova nova lei do gás, que pode destruir o BNDDES

Sector estima que agora vai ao Senado, e reduz preços em 30%

Danielle Brant e Isabella Macedo

BRASÍLIA A Câmara aprovou nesta terça (1º) o novo marco legal do gás, que busca destruir investimentos de cerca de R\$ 60 bilhões ao longo de cinco anos e que pode reduzir o preço do combustível no país, segundo o setor.

O texto-base foi aprovado por 351 votos a 101. Os deputados rejeitaram propostas de mudanças ao texto. O projeto vai ao Senado.

O projeto faz parte de um pacote de medidas defensivas pelo governo Jair Bolsonaro para atrair investimentos no pós-pandemia da Covid-19, gerando empregos e modernizando os serviços públicos.

Além dos R\$ 60 bilhões em investimentos para o setor ao longo de cinco anos, há ainda uma expectativa de geração de 4 milhões de empregos.

Um dos principais avanços é a possibilidade de outras empresas poderem acessar a infraestrutura de distribuição de gás, como gasodutos, sob critérios que serão regulamentados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

A intenção é reduzir a participação da Petrobras no mercado de gás por meio da venda de empresas ligadas a transporte, inclusive o gasoduto Brasil-Bolívia, e da alienação de participações em distribuidoras estaduais.

A Petrolija já vinha reduzindo a participação no mercado desde que, em julho de 2019, assinou com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) um novo segundo o qual a estatal se compromete a vender, até 31 de dezembro de 2021, ativos relacionados ao mercado de gás natural.

Segundo o TCC, a estatal prometeu se desfazer de 10% remanescentes na NTS (Nova Transportadora do Sudeste), dos 10% na TAG (Transportadora Associada de Gás) e dos 5% na TBC (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil).

Antes do acordo, as indústrias praticamente adquiriam gás somente da Petrobras. A maior parte das empresas ainda tem contratos válidos com a estatal até 2021. A lei por fim é exclusiva.

Houve negociações para tentar reduzir a resistência das distribuidoras estaduais, únicas fornecedoras, que poderão perder mercado com o ingresso de competidores.

Se o texto for sancionado sem mudanças, os concessionárias de distribuição em outros poderão recriar serviços para empresas que queiram instalar a infraestrutura.

A ANP fará consulta pública para estipular a receita máxima permitida de transporte e os critérios de reajuste. As tarifas de transporte de gás natural serão propostas pelo transportador e aprovadas pela agência reguladora, também após consulta pública.

O projeto proíbe que transportadores e empresas que atuam na exploração, produção e venda, entre outras etapas, tenham qualquer relação societária direta ou indireta.

O setor estima que a mudança poderia provocar uma queda de 30%, em média, no preço do gás.

A queda deve ocorrer com o aumento da competição, uma vez que o novo marco para o regime de concessão — que prevalece hoje — não se compromete a exigir das empresas interessadas na construção de gasodutos apenas a autorização da ANP.

mercado

Impasse sobre acordo coletivo leva empregados do BNDDES ao TST

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Funcionários do BNDDES decidiram ir ao TST (Tribunal Superior do Trabalho) protestar contra a evolução das negociações de acordo coletivo da categoria, que já se estendeu para além do prazo previsto.

A AFBNDES, associação que representa a maior parte dos empregados, reclama que a proposta do banco elimina direitos e acusa a direção atual de perseguição, ao tentar retirar a entidade da mesa de negociação e reduzir espaço para mobilizações.

As negociações seguem, assim, padrão já visto em outros estatais no governo Jair Bolsonaro. Em 2019, empregados da Petrobras só chegaram a acordo com a empresa após mediação do TST. Nos Correios, que estão em greve, houve paralisação também em 2019.

No BNDDES, a manifestação dos funcionários ao TST pede que o acordo coletivo

mais recente, que venceu na segunda-feira (31), seja estendido enquanto durarem as negociações. A AFBNDES argumenta que o banco demorou a iniciar as conversas e só apresentou proposta no domingo (30), sem prazo para análise.

Não há divergências com relação às cláusulas econômicas do acordo, que seguirá as de bancos privados, com preveja redução de 1,5% em 2022 e promessa de ganho real em 2021. A associação reclama, principalmente, de perseguição e de uma cláusula que permite demissões por justa causa sem qualquer defesa.

Segundo Kobltz, a direção do banco decidiu negociar só com o Contrat (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro), sem recuar a pós assembleia em que os funcionários votaram por continuar sendo representados pela comissão.

Procurado, o BNDDES não quis comentar o assunto.

Faixa Publicitária S3 - CPMR nº 20/2019/005-02 - 982 23.030/01 - CEE/Conselho de Controle de Atividades Bancárias - Anúncio de venda de espaço de mídia impressa para publicidade. Informações: www.folha.com.br/assine

ASSINE A FOLHA
folha.com/assine

RETIFICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO
PREÇO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº 215/2020.

Informamos que na publicação divulgada no jornal Folha de São Paulo do dia 19/08/2020, referente ao aviso de licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 215/2020, onde se trata da "COMPRA ESTADUAL DE INSUMOS DE SAÚDE", lê-se "AQUISICÃO DE TENSIS DISPENSERS DE ALCÓOL EM DOZE (12) UNIDADES".

ASSINE A FOLHA
folha.com/assine

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PAULO AUGERIO MONTENEGRO CERDA, ESTABELECIDO DO 15º REGISTRO DE EMPRESAS DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, FAZ SABER, POR MEIO DO PRESENTE, QUE O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE EMPRESAS DO DOUTOR PAULO AUGERIO MONTENEGRO CERDA, INSCRIÇÃO Nº 1.245.000-00, DO 15º REGISTRO DE EMPRESAS DO PARANÁ, EM 19/08/2020, NÃO FOI EFETUADO. O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE EMPRESAS DO DOUTOR PAULO AUGERIO MONTENEGRO CERDA, INSCRIÇÃO Nº 1.245.000-00, DO 15º REGISTRO DE EMPRESAS DO PARANÁ, EM 19/08/2020, NÃO FOI EFETUADO.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PAULO AUGERIO MONTENEGRO CERDA, ESTABELECIDO DO 15º REGISTRO DE EMPRESAS DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, FAZ SABER, POR MEIO DO PRESENTE, QUE O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE EMPRESAS DO DOUTOR PAULO AUGERIO MONTENEGRO CERDA, INSCRIÇÃO Nº 1.245.000-00, DO 15º REGISTRO DE EMPRESAS DO PARANÁ, EM 19/08/2020, NÃO FOI EFETUADO. O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE EMPRESAS DO DOUTOR PAULO AUGERIO MONTENEGRO CERDA, INSCRIÇÃO Nº 1.245.000-00, DO 15º REGISTRO DE EMPRESAS DO PARANÁ, EM 19/08/2020, NÃO FOI EFETUADO.

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2020-CPL WS05 - Objeto: contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços para implantação de um sistema de controle e monitoramento de obras em andamento. Informações: www.folha.com.br/assine

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2020-CPL WS05 - Objeto: contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços para implantação de um sistema de controle e monitoramento de obras em andamento. Informações: www.folha.com.br/assine

ASSINE A FOLHA
folha.com/assine

MINAS GERAIS

Estado de Minas Gerais

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2020-CPL WS05 - Objeto: contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços para implantação de um sistema de controle e monitoramento de obras em andamento. Informações: www.folha.com.br/assine

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2020-CPL WS05 - Objeto: contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços para implantação de um sistema de controle e monitoramento de obras em andamento. Informações: www.folha.com.br/assine

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2020-CPL WS05 - Objeto: contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços para implantação de um sistema de controle e monitoramento de obras em andamento. Informações: www.folha.com.br/assine

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2020-CPL WS05 - Objeto: contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços para implantação de um sistema de controle e monitoramento de obras em andamento. Informações: www.folha.com.br/assine

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Estado de Pernambuco

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Estado de Pernambuco

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Estado de Pernambuco

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Estado de Pernambuco

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Estado de Pernambuco

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Estado de Pernambuco

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚLTUO DE LIVRE ADMISSÃO DE ARAUÁQUARA E REGIÃO - SICOD

CNPJ nº 22.028.208/0001-89 | CEP: 43.400-001-721

EDITAL DE CONVOCACÃO DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

A Cooperativa de Economia e Crédito Múltuo de Livre Admissão de Arauáquara e Região - SICOD, por meio do Presidente do Conselho de Administração, nomeia seis Delegados, que nesta data são: 04 (quatro) e dois, em condições de votar, sendo 34 (vinte e quatro) delegados e dois (2) (vinte e quatro) delegados, para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 15 de Setembro de 2020, às 15:00 (quinze horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados, no (17) (dezanove horas), em segunda convocação, com a presença de metade dos delegados mais um, ou, se 1/3 (um terço) dos delegados, em terceira e última convocação, com a presença mínima de 10 (dez) delegados, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Reforma Artigo de Estatuto Social; 2. Apropriação Reservas Financeiras; 3. Assessoria Técnica concernente a nomeação do Conselho Fiscal; 4. Outras matérias que vierem a ser discutidas e deliberadas.

Assinatura, 02 de setembro de 2020.
Ronaldo Travenço Lima
Presidente do Conselho de Administração

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚLTUO DE LIVRE ADMISSÃO DE ARAUÁQUARA E REGIÃO - SICOD

CNPJ nº 22.028.208/0001-89 | CEP: 43.400-001-721

EDITAL DE CONVOCACÃO DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

A Cooperativa de Economia e Crédito Múltuo de Livre Admissão de Arauáquara e Região - SICOD, por meio do Presidente do Conselho de Administração, nomeia seis Delegados, que nesta data são: 04 (quatro) e dois, em condições de votar, sendo 34 (vinte e quatro) delegados e dois (2) (vinte e quatro) delegados, para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 15 de Setembro de 2020, às 15:00 (quinze horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados, no (17) (dezanove horas), em segunda convocação, com a presença de metade dos delegados mais um, ou, se 1/3 (um terço) dos delegados, em terceira e última convocação, com a presença mínima de 10 (dez) delegados, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Reforma Artigo de Estatuto Social; 2. Apropriação Reservas Financeiras; 3. Assessoria Técnica concernente a nomeação do Conselho Fiscal; 4. Outras matérias que vierem a ser discutidas e deliberadas.

Assinatura, 02 de setembro de 2020.
Ronaldo Travenço Lima
Presidente do Conselho de Administração

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚLTUO DE LIVRE ADMISSÃO DE ARAUÁQUARA E REGIÃO - SICOD

CNPJ nº 22.028.208/0001-89 | CEP: 43.400-001-721

EDITAL DE CONVOCACÃO DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

A Cooperativa de Economia e Crédito Múltuo de Livre Admissão de Arauáquara e Região - SICOD, por meio do Presidente do Conselho de Administração, nomeia seis Delegados, que nesta data são: 04 (quatro) e dois, em condições de votar, sendo 34 (vinte e quatro) delegados e dois (2) (vinte e quatro) delegados, para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 15 de Setembro de 2020, às 15:00 (quinze horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados, no (17) (dezanove horas), em segunda convocação, com a presença de metade dos delegados mais um, ou, se 1/3 (um terço) dos delegados, em terceira e última convocação, com a presença mínima de 10 (dez) delegados, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Reforma Artigo de Estatuto Social; 2. Apropriação Reservas Financeiras; 3. Assessoria Técnica concernente a nomeação do Conselho Fiscal; 4. Outras matérias que vierem a ser discutidas e deliberadas.

Assinatura, 02 de setembro de 2020.
Ronaldo Travenço Lima
Presidente do Conselho de Administração

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚLTUO DE LIVRE ADMISSÃO DE ARAUÁQUARA E REGIÃO - SICOD

CNPJ nº 22.028.208/0001-89 | CEP: 43.400-001-721

EDITAL DE CONVOCACÃO DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

A Cooperativa de Economia e Crédito Múltuo de Livre Admissão de Arauáquara e Região - SICOD, por meio do Presidente do Conselho de Administração, nomeia seis Delegados, que nesta data são: 04 (quatro) e dois, em condições de votar, sendo 34 (vinte e quatro) delegados e dois (2) (vinte e quatro) delegados, para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 15 de Setembro de 2020, às 15:00 (quinze horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados, no (17) (dezanove horas), em segunda convocação, com a presença de metade dos delegados mais um, ou, se 1/3 (um terço) dos delegados, em terceira e última convocação, com a presença mínima de 10 (dez) delegados, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Reforma Artigo de Estatuto Social; 2. Apropriação Reservas Financeiras; 3. Assessoria Técnica concernente a nomeação do Conselho Fiscal; 4. Outras matérias que vierem a ser discutidas e deliberadas.

Assinatura, 02 de setembro de 2020.
Ronaldo Travenço Lima
Presidente do Conselho de Administração

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚLTUO DE LIVRE ADMISSÃO DE ARAUÁQUARA E REGIÃO - SICOD

CNPJ nº 22.028.208/0001-89 | CEP: 43.400-001-721

EDITAL DE CONVOCACÃO DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

A Cooperativa de Economia e Crédito Múltuo de Livre Admissão de Arauáquara e Região - SICOD, por meio do Presidente do Conselho de Administração, nomeia seis Delegados, que nesta data são: 04 (quatro) e dois, em condições de votar, sendo 34 (vinte e quatro) delegados e dois (2) (vinte e quatro) delegados, para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 15 de Setembro de 2020, às 15:00 (quinze horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados, no (17) (dezanove horas), em segunda convocação, com a presença de metade dos delegados mais um, ou, se 1/3 (um terço) dos delegados, em terceira e última convocação, com a presença mínima de 10 (dez) delegados, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Reforma Artigo de Estatuto Social; 2. Apropriação Reservas Financeiras; 3. Assessoria Técnica concernente a nomeação do Conselho Fiscal; 4. Outras matérias que vierem a ser discutidas e deliberadas.

Assinatura, 02 de setembro de 2020.
Ronaldo Travenço Lima
Presidente do Conselho de Administração

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚLTUO DE LIVRE ADMISSÃO DE ARAUÁQUARA E REGIÃO - SICOD

CNPJ nº 22.028.208/0001-89 | CEP: 43.400-001-721

EDITAL DE CONVOCACÃO DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

A Cooperativa de Economia e Crédito Múltuo de Livre Admissão de Arauáquara e Região - SICOD, por meio do Presidente do Conselho de Administração, nomeia seis Delegados, que nesta data são: 04 (quatro) e dois, em condições de votar, sendo 34 (vinte e quatro) delegados e dois (2) (vinte e quatro) delegados, para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 15 de Setembro de 2020, às 15:00 (quinze horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados, no (17) (dezanove horas), em segunda convocação, com a presença de metade dos delegados mais um, ou, se 1/3 (um terço) dos delegados, em terceira e última convocação, com a presença mínima de 10 (dez) delegados, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Reforma Artigo de Estatuto Social; 2. Apropriação Reservas Financeiras; 3. Assessoria Técnica concernente a nomeação do Conselho Fiscal; 4. Outras matérias que vierem a ser discutidas e deliberadas.

Assinatura, 02 de setembro de 2020.
Ronaldo Travenço Lima
Presidente do Conselho de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de São Paulo nos termos da Resolução nº 1.252/2013, do Dia 14 de Junho de 2013, publicada no Diário Oficial III do Diário Oficial da União - Edição nº 144 de 26/07/2020, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objeto:

PE 5179/2020 - Serviço de transporte de cargas de pequeno porte para atendimento à Unidade Uruguaiana, Assinatura: 15/09/2020 às 10h00.

PE 5181/2020 - Serviço especializado de organização, gerenciamento e administração de mídias de comunicação, Assinatura: 17/09/2020 às 10h30.

PE 5160/2020 - Serviço especializado de manutenção preventiva e corretiva para as estações de tratamento de esgoto da Unidade Iguatu. Assinatura: 18/09/2020 às 10h30.

PE 1812/2020 - Serviço especializado de manutenção corretiva no reator no Condicionador de Unidade Sanitária. Assinatura: 24/09/2020 às 10h30.

A consulta e a aquisição dos dados estão disponíveis no endereço eletrônico sescsp.org.br mediante breve inscrição para obtenção de senha de acesso.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de São Paulo nos termos da Resolução nº 1.252/2013, do Dia 14 de Junho de 2013, publicada no Diário Oficial III do Diário Oficial da União - Edição nº 144 de 26/07/2020, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objeto:

PE 5179/2020 - Serviço de transporte de cargas de pequeno porte para atendimento à Unidade Uruguaiana, Assinatura: 15/09/2020 às 10h00.

PE 5181/2020 - Serviço especializado de organização, gerenciamento e administração de mídias de comunicação, Assinatura: 17/09/2020 às 10h30.

PE 5160/2020 - Serviço especializado de manutenção preventiva e corretiva para as estações de tratamento de esgoto da Unidade Iguatu. Assinatura: 18/09/2020 às 10h30.

PE 1812/2020 - Serviço especializado de manutenção corretiva no reator no Condicionador de Unidade Sanitária. Assinatura: 24/09/2020 às 10h30.

A consulta e a aquisição dos dados estão disponíveis no endereço eletrônico sescsp.org.br mediante breve inscrição para obtenção de senha de acesso.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de São Paulo nos termos da Resolução nº 1.252/2013, do Dia 14 de Junho de 2013, publicada no Diário Oficial III do Diário Oficial da União - Edição nº 144 de 26/07/2020, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objeto:

PE 5179/2020 - Serviço de transporte de cargas de pequeno porte para atendimento à Unidade Uruguaiana, Assinatura: 15/09/2020 às 10h00.

PE 5181/2020 - Serviço especializado de organização, gerenciamento e administração de mídias de comunicação, Assinatura: 17/09/2020 às 10h30.

PE 5160/2020 - Serviço especializado de manutenção preventiva e corretiva para as estações de tratamento de esgoto da Unidade Iguatu. Assinatura: 18/09/2020 às 10h30.

PE 1812/2020 - Serviço especializado de manutenção corretiva no reator no Condicionador de Unidade Sanitária. Assinatura: 24/09/2020 às 10h30.

A consulta e a aquisição dos dados estão disponíveis no endereço eletrônico sescsp.org.br mediante breve inscrição para obtenção de senha de acesso.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de São Paulo nos termos da Resolução nº 1.252/2013, do Dia 14 de Junho de 2013, publicada no Diário Oficial III do Diário Oficial da União - Edição nº 144 de 26/07/2020, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objeto:

PE 5179/2020 - Serviço de transporte de cargas de pequeno porte para atendimento à Unidade Uruguaiana, Assinatura: 15/09/2020 às 10h00.

PE 5181/2020 - Serviço especializado de organização, gerenciamento e administração de mídias de comunicação, Assinatura: 17/09/2020 às 10h30.

PE 5160/2020 - Serviço especializado de manutenção preventiva e corretiva para as estações de tratamento de esgoto da Unidade Iguatu. Assinatura: 18/09/2020 às 10h30.

PE 1812/2020 - Serviço especializado de manutenção corretiva no reator no Condicionador de Unidade Sanitária. Assinatura: 24/09/2020 às 10h30.

A consulta e a aquisição dos dados estão disponíveis no endereço eletrônico sescsp.org.br mediante breve inscrição para obtenção de senha de acesso.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de São Paulo nos termos da Resolução nº 1.252/2013, do Dia 14 de Junho de 2013, publicada no Diário Oficial III do Diário Oficial da União - Edição nº 144 de 26/07/2020, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objeto:

PE 5179/2020 - Serviço de transporte de cargas de pequeno porte para atendimento à Unidade Uruguaiana, Assinatura: 15/09/2020 às 10h00.

PE 5181/2020 - Serviço especializado de organização, gerenciamento e administração de mídias de comunicação, Assinatura: 17/09/2020 às 10h30.

PE 5160/2020 - Serviço especializado de manutenção preventiva e corretiva para as estações de tratamento de esgoto da Unidade Iguatu. Assinatura: 18/09/2020 às 10h30.

PE 1812/2020 - Serviço especializado de manutenção corretiva no reator no Condicionador de Unidade Sanitária. Assinatura: 24/09/2020 às 10h30.

A consulta e a aquisição dos dados estão disponíveis no endereço eletrônico sescsp.org.br mediante breve inscrição para obtenção de senha de acesso.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de São Paulo nos termos da Resolução nº 1.252/2013, do Dia 14 de Junho de 2013, publicada no Diário Oficial III do Diário Oficial da União - Edição nº 144 de 26/07/2020, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objeto:

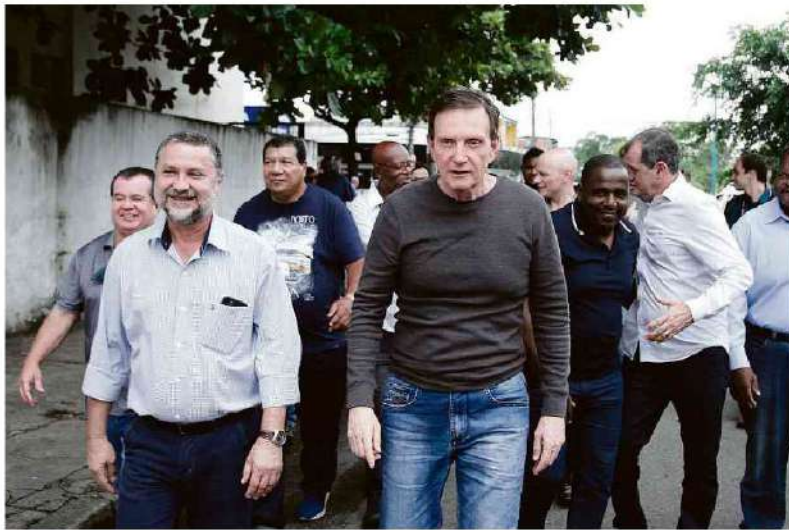
PE 5179/2020 - Serviço de transporte de cargas de pequeno porte para atendimento à Unidade Uruguaiana, Assinatura: 15/09/2020 às 10h00.

PE 5181/2020 - Serviço especializado de organização, gerenciamento e administração de mídias de comunicação, Assinatura: 17/09/2020 às 10h30.

PE 5160/2020 - Serviço especializado de manutenção preventiva e corretiva para as estações de tratamento de esgoto da Unidade Iguatu. Assinatura: 18/09/2020 às 10h30.

PE 1812/2020 - Serviço especializado de manutenção corretiva no reator no Condicionador de Unidade Sanitária. Assinatura: 24/09/2020 às 10h30.

A consulta e a aquisição dos dados estão disponíveis no endereço eletrônico sescsp.org.br mediante breve inscrição para obtenção de senha de acesso.



O prefeito Marcelo Crivella (centro) à frente de Marcos Luciano (à dir., de azul marinho) e Leandro Laibe - 22.lev.20/Fotazena/Agência O Globo

Servidores ligados a Crivella tentam boicotar reportagens

Caso leva PSOL a pedir impeachment do prefeito, que será votado na quinta

Cátia Seabra e Waleska Borges

RIO DE JANEIRO A Polícia Civil do Rio de Janeiro realizou nesta terça-feira (1º) uma operação que teve como alvo um grupo de servidores públicos ligados ao prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) suspeito de atrapalhar o trabalho da imprensa, contrariando e constrangendo cidadãos para que desistissem de conceder entrevistas a repórteres em frente a hospitais municipais.

O caso levou o PSOL a ingressar com um pedido de impeachment de Crivella na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. O presidente Casa, vereador Jorge Felipe (DEM), levará o pedido a votação no plenário na quinta-feira (3).

Para que o pedido seja acolhido e, portanto, o processo tenha prosseguimento na Câmara, é necessário o voto favorável da maioria dos vereadores presentes na sessão. Para o PSOL, o caso configura "flagrante inobservância dos princípios da probidade administrativa, em especial da honestidade, imparcialidade e legalidade, além de possível crime de responsabilidade".

Já a vereadora Teresa Bergher (Cidadania) disse que pretende apresentar um pedido para instaurar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre o caso. Segundo reportagem do R12 da TV Globo, funcionários da prefeitura se organizavam em grupos de WhatsApp, um deles chamado "Guardiões do Crivella", criado em março de 2018. Neles, sob a supervisão do gabinete do prefeito, eram orientados a fazer plan-

tão na porta de unidades de saúde e atuar como seguranças. Eles recebiam escalas diárias, tinham horários rígidos e eram ameaçados de demissão se falassem nos plantões.

O chefe da Casa Civil, Ailton Cardoso da Silva, é um dos administradores do grupo "Guardiões do Crivella", que inclui também Marcelo da Sil-

va Moreira Marques, procurador geral do município, e a secretária de Saúde, Bia Busch.

O secretário municipal de Cultura, Adolfo Konder; o fotógrafo pessoal do prefeito, José Edivaldo; a assessora da primeira-dama, Rosângela Gomes; o presidente do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, coronel reformado da PM Paulo Amendola; e a consultora de comunicação da prefeitura Valéria Blanc também integram a lista.

Ação desta terça, batizada de Operação Freedom, visou o cumprimento de nove mandados de busca e apreensão. Segundo a Draco-IE (Delegacia de Repressão a Crimes Organizados e Inquéritos Especiais), são investigados crimes contra a segurança de serviço de utilidade pública, associação criminosa e advocacia administrativa. As penas por esses crimes, somadas, podem chegar a nove anos de prisão.

Os mandados foram expedidos no plantão noturno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro a pedido de delegados da Draco-IE.

De acordo com a Polícia Civil, um dos mandados seria no morro da Mangueira, na zona norte, e por conta de decisões judiciais que restringem ações policiais em comunidades, não poderá ser cumprido.

Um dos alvos da operação é Marcos Paulo de Oliveira Luciano, o ML, que aparece em grupos de WhatsApp dando ordens aos servidores. Com ele, agentes apreenderam notebooks, celular, dinheiro, cheques, contratos e um pacote escrito "Crivella".

Desde 2017, Marcos Luciano é assessor especial do gabi-

nete do prefeito. Em julho, seu salário foi de R\$ 10,5 mil. Em 2018, ele ganhou uma moção de aplausos e louvor na Assembleia Legislativa do Rio a pedido da deputada Tia Ju, do mesmo partido de Crivella. Ela hoje é secretária de Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura do Rio.

Grupo combatia manipulação da TV Globo, diz prefeitura

OUTRO LADO

Em nota, a Prefeitura do Rio afirmou que os funcionários foram para a porta de hospitais para impedir manipulação de notícias pela TV Globo.

"A Globo dizia, de maneira irresponsável e criminosa, no fim de 2019, que o Hospital Albert Schweitzer estava fechado, quando, na verdade, continuava aberto e funcionando plenamente. Por isso, funcionários da prefeitura ficaram nas portas dos hospitais para esclarecer a população e rebater mentiras que são repetidas no noticiário da emissora", afirmou. "Essas mentiras colocaram a saúde das pessoas em risco, porque muitas poderiam deixar de procurar a unidade por acreditar nas notícias falsas divulgadas pela emissora."

A prefeitura acusou ainda a TV de chantagem. "Nenhuma pressão a fará destinar dinheiro de publicidade à TV Globo e reafirma seu propósito de continuar trabalhando em benefício da população."

A defesa de Marcos Luciano não foi localizada.

"O Globo dizia, de maneira irresponsável e criminosa, no fim de 2019, que o Hospital Albert Schweitzer estava fechado, quando, na verdade, continuava aberto e funcionando plenamente. Por isso, funcionários da prefeitura ficaram nas portas dos hospitais para esclarecer a população e rebater mentiras que são repetidas no noticiário da emissora"

nota da Prefeitura do Rio

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Entre mimos, empadinhas e afeto, deu valores à família

ELISA AVERBACH (1929-2020)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Uma avó adocicada, como as que vivem nos colônios infantis. Assim era Elisa Averbach.

Filha de imigrantes do Leste Europeu, Elisa nasceu em Araraquara (273 km de SP), no seio de uma família judai-

ca tradicional. Avida a presenteou com duas irmãs.

Ainda criança, mudou-se para a capital paulista. Durante alguns anos, passava os finais de semana em uma casa que a família tinha em Atibaia (64 km de SP).

Seus olhos azuis ajudavam a reagiar o jeito carinhoso com

o qual lidava com as pessoas. De boa conversa, Elisa relacionava-se bem com todos.

O sobrenome de solteira, Nussinkins, deu lugar ao da família, que se chamava Isaac Averbach. O namoro começou quando Elisa tinha 15 anos. Foram 11 anos até o casamento, segundo conta um dos três filhos, o médico Marcelo Averbach, 61.

Elisa viveu para a família. "Ela foi a base da família, dos valores, da educação e formação dos filhos", diz Marcelo. Elisa acompanhava os fi-

lhos durante as lições de casa, ajudava nas tarefas e cuidava para manter o capricho nos cadernos.

Capricho também era uma palavra que carregava como lena, pois estava sempre bonita, por isso bem arrumada.

O dom de perceber o melhor de cada um que estivesse ao seu lado era uma qualidade. Ao lado de outras, mais cotidianas, como a habilidade para tricô e crochê e o preparo das famosas empadinhas.

Era a grande agregadora da família e também de amigos,

Governo federal é pior que 20 estados e DF em transparência na Covid

Raquel Lopes

BRASÍLIA Seis meses após início da pandemia do novo coronavírus no país, a transparência do governo federal sobre ações de enfrentamento da Covid-19 é considerada pior que a de 20 estados e do Distrito Federal, segundo dados da Transparência Internacional, divulgados nesta terça-feira (1º).

O Ranking de Transparência no Combate à Covid-19 avalia dados fornecidos por 26 estados brasileiros e das capitais, além do Distrito Federal e do governo federal. Nesta edição, além de avaliar vários aspectos na divulgação de contratos emergenciais, considera ainda o nível de transparência dos programas de estímulo econômico, das doações recebidas e das medidas de proteção social adotadas pelas administrações públicas.

A pesquisa realiza a classificação das regiões em cinco níveis: péssimo, ruim, regular, bom e ótimo.

O governo federal somou 71 pontos, atingindo um nível de transparência classificado como bom. No entanto, só ficou acima de Santa Catarina, Sergipe, Rio de Janeiro, Piauí e Acre.

Apenas dois estados não conseguiram alcançar os níveis bom ou ótimo. O Piauí registrou 49 pontos e classificação regular; ao passo que o Acre, com 38 pontos, está na última posição do ranking e teve seu nível de transparência avaliado como ruim.

Quatro entes federados alcançaram um nível de transparência considerado ótimo ao obterem a pontuação máxima, de 100 pontos. Ficaram no topo Alagoas, Ceará, Espírito Santo e Rondônia.

As capitais também foram avaliadas, no entanto, nenhuma alcançou a nota máxima. Somente Belém, Rio de Janeiro e Curitiba foram classificadas com o nível bom. Teresina, São Luís, Aracaju e Maceió foram consideradas regulares.

Para o coordenador de pesquisa da Transparência Internacional Brasil, Guilherme France, a posição do governo federal evidencia graves deficiências, especialmente no que se refere à divulgação de documentos básicos para que se monitorem as contratações.

Entre os exemplos citados por France estão a falta de divulgação de termos de referência, contratos e notas de empenho. Ele cita a ausência da publicação de informações sistematizadas e agregadas sobre os impactos das medidas bilionárias adotadas para estimular a economia brasileira e fornecer proteção social a quem precisa.

"Isso é grave porque não faltam recursos tecnológicos e financeiros para o governo, mesmo assim ele não oferece transparência adequada. O governo adota políticas que custam muito dinheiro, a transparência é fundamental para o controle social, para sabermos se as medidas estão sendo eficazes."

O Ministério da Economia foi procurado para comentar o assunto, mas não havia se posicionado até a conclusão desta edição.

France explica ainda que não basta que os governos forneçam algumas informações, como o nome da empresa contratada e seu CNPJ.

Outras informações, como a descrição do objeto da contratação, seu local de execução, o valor unitário e as quantidades adquiridas, devem ser apresentadas para que a sociedade tenha condição de entender e monitorar os gastos públicos.

Uma das questões consideradas essenciais, e que já está contemplada no ranking, é a adequação dos portais para que possam oferecer dados em formato aberto, que possibilitem a leitura por robôs —isto é, análises de dados feitas por programas de computador que podem detectar automaticamente indícios de corrupção e desperdício.

Anvisa deixa de exigir retenção de receita para venda de ivermectina

BRASÍLIA A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) decidiu nesta terça-feira (1º) suspender a necessidade de retenção de receita médica para venda de ivermectina e nitazoxanida em farmácias. Com isso, a venda passa a ocorrer só com apresentação de receita simples.

Segundo a agência, a decisão ocorre após constatação de que não há mais risco de desabastecimento desses medicamentos no mercado.

Nos últimos meses, esses remédios têm sido alvo de procura nas farmácias em meio à epidemia da Covid-19. Não há, porém, comprovação de eficácia contra a doença.

A medida ocorre cerca de três semanas após o presidente Jair Bolsonaro afirmar que farmácias não exigiriam mais apresentação de receita em duas vias, com retenção de uma, para hidroxiquinina e ivermectina —a exigência, no entanto, ainda vale para hidroxiquinina e cloroquina.

Questionada após a fala do presidente, a Anvisa evitou desmentir-lo, mas enviou informações que apontavam a exigência de receita em duas vias.

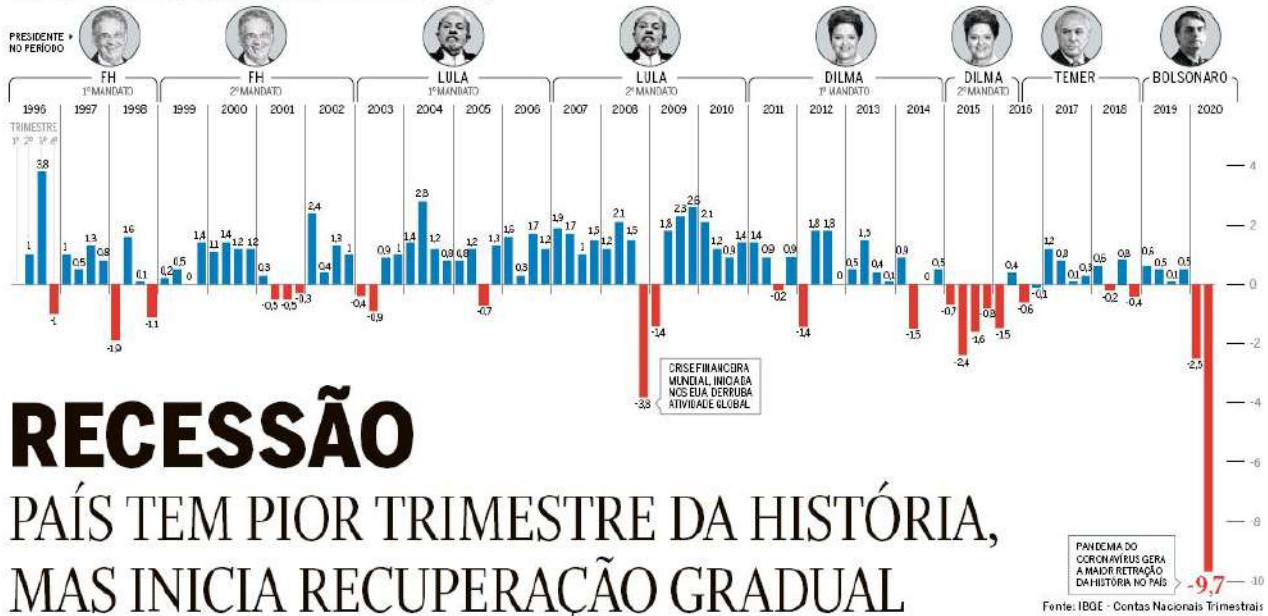
Segundo o diretor da Anvisa, Marcus Miranda, também relator da proposta, a suspensão da exigência deve ser condicionada a um monitoramento bimestral dos estoques.

7º DIA ROSEMARY BRUCK PEREIRA Nesta quarta (2/9) às 18h30, Igreja São Gabriel Arcanjo, Jardim Paulista (SP)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/smf; smf@funerario. Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 18h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h. Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 8h para publicação no dia seguinte (9h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3226-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.



TAXA TRIMESTRE CONTRA TRIMESTRE IMEDIATAMENTE ANTERIOR (%)



RECESSÃO

PAÍS TEM PIOR TRIMESTRE DA HISTÓRIA, MAS INICIA RECUPERAÇÃO GRADUAL

PEDRO CAPETTI
E IVAN MARTINEZ-VARGAS
economi@oglobo.com.br
NO ES@PHILO

O segundo trimestre de 2020 ficará marcado como o período em que a economia brasileira registrou a maior retração da história, na esteira de uma crise sanitária que mudou a cara do planeta.

Entre abril e junho, fábricas pararam, serviços foram suspensos e as famílias seguraram os gastos. Tudo isso fez com que a atividade econômica encolhesse 9,7% em relação ao que havia sido produzido de janeiro a março, de acordo com dados divulgados ontem pelo IBGE.

Apesar da magnitude do tombo, a queda ficou dentro do estimado. Medidas de proteção ao emprego e à renda evitaram que o recuo fosse mais acentuado. Por isso, especialistas acreditam que o fundo do poço ficou para trás e o desempenho, daqui para frente, será melhor.

A redução das regras de isolamento e a manutenção de medidas de apoio, como o pagamento do auxílio emergencial, irão pavimentar o caminho de uma recuperação len-

ta e gradual da maior economia da América Latina, segundo especialistas.

Até o segundo trimestre, o pior resultado da economia brasileira fora registrado nos últimos três meses de 2008, quando o mundo enfrentava uma crise financeira iniciada nos Estados Unidos. A retração de agora fez com que o país regressisse, em termos de capacidade de produção de bens e serviços, 11 anos. Isso significa que o Brasil de junho passado tinha o tamanho do Brasil de dezembro de 2009.

EFEITO CASCATA

O país está, tecnicamente, em recessão porque já acumula dois trimestres de retração. O governo Jair Bolsonaro, entretanto, fez questão de frisar que o pior já passou: "Apesar da queda do PIB no segundo trimestre, os indicadores das pesquisas mensais do IBGE mostram que o vale da atividade foi em abril e que, desde então, a economia a tem se recuperado", apontou o Ministério da Economia em nota.

Os economistas do mercado concordam que depois do mergulho registrado no fim do primeiro semestre, a única direção possível é a sa-

ída do poço. E os instrumentos que ajudaram a segurar um tombo ainda maior do PIB, devem contribuir para uma escalada mais suave:

— O auxílio emergencial e outras medidas de transferência foram importantes para a sustentação do PIB, e continuarão a ser no terceiro trimestre, onde esperamos um crescimento até forte. No quarto trimestre devemos ter um crescimento mais gradual — afirmou o economista-chefe do banco Itaú, Mário Mesquita.

O auxílio emergencial garantiu a injeção de R\$ 50 bilhões por mês nas mãos de 60 milhões de brasileiros.

— O consumo das famílias não caiu mais porque tivemos programas de apoio financeiro do governo — explicou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE ao divulgar ontem os resultados do PIB do país.

De outro lado, para retomar a linha do controle de gastos, o governo prometeu ontem encaminhar amanhã sua proposta de reforma administrativa.

A expectativa de um ritmo forte de atividade ao longo do terceiro trimestre é apontada por vários especialistas. O banco de investi-

mentos suíço UBS, por exemplo, estima crescimento de 9% entre julho e setembro frente ao recuo apurado de abril a junho.

Nos últimos anos, a economia brasileira vem sobrecarregada de crises. O país hoje está 15,1% abaixo do auge da atividade econômica, registrado no primeiro trimestre de 2014. Desde a recessão de 2015 e 2016, o país nunca esteve tão longe deste pico.

A necessidade de distanciamento social para evitar uma escalada nas infecções pelo novo coronavírus fez com que o fechamento de empresas se repetisse em todos os segmentos.

Mais de 8,9 milhões de brasileiros perderam o emprego, cerca de 40% dos domicílios receberam alguma ajuda oficial para sustentar a renda e milhões buscaram crédito e ingressaram em programas para não se endividar. Mais de 700 mil empresas fecharam as portas em poucos meses, num movimento sem precedentes.

Tudo isso gerou um efeito em cadeia em todos os segmentos que influenciam a capacidade de produção de riqueza no país. A indústria teve retração de 12,3%. O

setor de serviços, que responde por 75% de toda a economia, perdeu 9,7%.

Pelo lado do consumo, as despesas feitas pelas famílias encolheram 12,5%. São esses gastos que funcionam como principal motor da economia brasileira há anos.

— O mais preocupante é que o setor de serviços não foi colchão amortecedor como em outras crises. Ele foi severamente impactado — explicou a economista-chefe do banco Santander, Ana Paula Vescovi. — Essa é uma crise muito diferente. Junta choque de oferta com choque de demanda. Como o setor de serviços é o mais representativo do PIB, essa recuperação deve ser lenta — completou.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro da Fundação Getúlio Vargas, disse que os serviços serão a variável mais determinante da recuperação da economia daqui para frente. Tanto privados, quanto públicos.

— Ainda não houve normalização do mercado de trabalho. Os serviços em geral, que são intensivos em trabalho, como transporte que emprega muita gente, ainda não deslançaram.

Outro elemento que teve

fraco desempenho no segundo trimestre e segue com perspectiva baixa de recuperação são os investimentos, que amargaram recuo de 15,4% no período, por causa da queda na construção e na produção de máquinas e equipamentos.

O único setor que conseguiu registrar desempenho positivo entre abril e junho foi o agropecuário, repetindo o que já havia acontecido nos três primeiros meses do ano. Na esteira do agronegócio e do comportamento do câmbio, as exportações avançaram 1,8% no período.

ENCRUZILHADA FUTURA

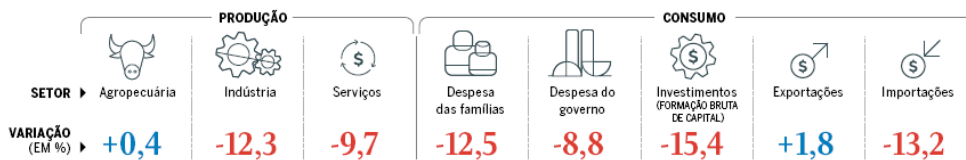
A recuperação já engatada não deve ser suficiente para evitar que o país tenha neste ano a maior retração registrada em mais de 120 anos.

Há também preocupação com a encruzilhada criada pelo próprio governo com a concessão de estímulos:

— Esses estímulos, por mais tempo que o necessário, podem gerar um problema fiscal no futuro — disse Francisco Eduardo Pires de Souza, professor do Instituto de Economia da UFRRJ. (Colaboraram Patrícia Valle, Cássia Almeida, Marcello Corrêa, Manoel Ventura e Rennan Setti)

UM PIB, DOIS OLHARES

O desempenho da economia brasileira sob os olhares da produção e do consumo



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Reação pelo consumo ainda vai demorar a ganhar fôlego

CÁSSIA ALMEIDA cassia@oglobo.com.br

A retomada da economia virá conforme as famílias conseguirem consumir plenamente, seja pela segurança de frequentar bares, restaurantes, hotéis, aviões, seja por te-

rem recursos para isso. Os dados que o IBGE divulgou sobre o PIB mostram que a reação vai demorar a vir de forma permanente. O consumo das famílias sofreu tombo histórico.

A queda foi de 12,5%. Como representa 65% da economia, o comportamento do consumo costuma ditar o resultado das contas nacionais.

Os dois piores resultados entre os setores foram de Transporte e Outros Serviços. Principalmente aqueles prestados às famílias que ficaram sem conseguir oferecer seu trabalho com a quarentena e o distanciamento social.

O que vem segurando um recuo maior do consumo é o auxílio emergencial, que injetou R\$ 50 bilhões por mês na

economia desde o início da pandemia. Mesmo assim, não impediu que as famílias consumissem menos R\$ 160 bilhões no segundo trimestre.

Sem ele, porém, o tombo seria muito maior. Cálculo do economista Sérgio Vale indica que, sem o auxílio, a queda do PIB de 11,4% em relação ao segundo trimestre de 2019 teria chegado a 18,2%.

A injeção do auxílio vai diminuir. O presidente Jair Bolsonaro anunciou na manhã de ontem que vai prorrogar a transferência até o fim

do ano, mas o valor vai cair pela metade: será de R\$ 300.

E as famílias que mantiveram a renda estão destinando recursos para a poupança. A taxa do PIB voltada para poupança subiu de 13,7% em 2019 para 15,5% entre abril e junho.

O mercado deveria gradualmente absorver os trabalhadores que iriam substituir o auxílio pelos ganhos do trabalho, mas não está respondendo. Analistas dizem que ainda não chegamos ao fundo do poço do desemprego. Esperam mais demissões quando os efeitos

dos programas de manutenção do trabalho formal terminarem e com a volta da procura por uma vaga, com o relaxamento da quarentena e o auxílio emergencial menor.

O terceiro trimestre vai trazer resultado positivo, mas insuficiente para compensar o tombo histórico. Ainda estavam tentando nos recuperar da recessão de 2015 e 2016. E veio outra recessão, ainda maior. A recuperação total vai levar mais alguns anos.

oglobo.globo.com/analitico



MÍRIAM
LEITÃO



oglobo.com.br/economia/miriamleitao
miriamleitao@oglobo.com.br
Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



O raio de abril e outras histórias

Antes de o raio cair em abril, o país já estava despencando. É o que ficou claro nos dados de ontem. No primeiro trimestre, o PIB encolheu 2,5% segundo dado revisto pelo IBGE. Isso é impressionante porque só na segunda quinzena de março o país começou a fechar as portas por causa da pandemia, e mesmo assim houve essa queda forte. Não podem ser só os 15 dias, a economia já vinha mal. Então o que o ministro Paulo Guedes disse ontem — “é o impacto de um raio que caiu em abril” — é verdade, mas há mais informações nos dados. O PIB caiu 9,7% no segundo trimestre, mas sem o auxílio emergencial o PIB poderia ter caído cin-

co pontos a mais, segundo cálculo da MB Associados. Há unanimidade de que o terceiro trimestre será de recuperação e haverá outra alta, mais leve, no quarto trimestre. Mesmo assim, a crise está longe do fim.

O dado divulgado ontem pelo IBGE é um desses acontecimentos que já nascem históricos. Sempre que olharmos para a série estatística haverá esse colapso do segundo trimestre de 2020 como uma cicatriz. Foi mais penoso pela maneira como o governo lidou com tudo, com o presidente criando conflitos, disparando ameaças às instituições, ofensas à imprensa e ataques aos governadores. Isso não está nos números, mas aumentou a infelicidade do Brasil.

Olhando para os índices é possível ver que que há gradações no tombo. Dentro da indústria, o setor de construção caiu 5%, a indústria de transformação, 17%. Os serviços foram puxados para baixo pela queda do consumo das famílias. O agronegócio e o setor exportador tiveram números positivos. Um está ligado ao outro, e ambos ao dólar, que subiu muito, elevando a remuneração das vendas ao exterior. Nosso maior comprador foi a China, que apesar disso ouviu críticas disparadas pela política externa.

A MB Associados alertou para dois fatos importantes. Há mais desigualdade regional e mais pobres no Brasil. A consultoria fez uma conta entre 2015 e 2021, o que já ocorreu e a

projeção futura. Ao fim desse período o Nordeste terá queda de 7,5%, e o Centro-Oeste, alta de 3,2%. “O Nordeste, de novo, será o centro da disputa política regional em 2022.” Brigam pelo coração do Nordeste, mas o país empobrecer e ficou mais desigual. A distribuição de renda está piorando, diz a MB. As classes D e E, as de renda mais baixa, estão aumentando em 11,9 milhões de pessoas. A classe média está encolhendo.

O primeiro semestre de 2020 viu a pior queda da história do Brasil. O presidente Bolsonaro usa os estímulos à economia para se alavancar

Os economistas ouviram da coluna concordam em vários pontos. O número veio um pouco pior no segundo trimestre, mas houve aqui e ali um resultado melhor do que o esperado. Mesmo assim, há muita gente melhorando as projeções do ano. Fernando Honorato, do Bradesco, acha que não muda a visão de recuperação que vinha desde maio. Ele acredita que as projeções continuarão entre -5,5% e -4,5%. A MB fez a previsão, de uma queda de 5,3% para -4,8%. Mas houve também quem piorasse as estimativas.

O presidente Bolsonaro anunciou quase que na mesma hora da má notícia do PIB a extensão do auxílio emergencial até o fim do ano. É um truque antigo para criar uma

agenda positiva num dia ruim. Tudo foi feito de tal forma a ser mais um momento do culto à personalidade. Cercado dos seus líderes, o senador Fernando Bezerra (MDB-PE), o deputado Ricardo Barros (PP-PR) e o senador Eduardo Gomes (MDB-TO), Bolsonaro deu a notícia da extensão do auxílio. Depois, com o olhar parado no horizonte, ouviu os elogios. Paulo Guedes repetiu que “o presidente não deixou ninguém para trás”. Dos parlamentares, alguns velhos conhecidos, o mais eloquente foi Bezerra.

— Todos vão se surpreender com os dados da economia no final do ano, porque o Brasil acertou, o presidente Bolsonaro acertou. Alguns falavam em retração de 10% e será menor que 4,5% — disse Bezerra, acrescentando que depois do auxílio vem o Renda Brasil. “É o presidente Bolsonaro protegendo os mais pobres.”

Para o mercado financeiro também foi enviado um auxílio emergencial: o anúncio de que a reforma administrativa sairá da gaveta do presidente para o Congresso. O ministro Paulo Guedes disse que “as reformas” voltarão à pauta. A bolsa subiu, e o dólar caiu. A proposta só muda a situação para os futuros servidores, avisou Bolsonaro. Isso, segundo a economista Ana Carla Abrão terá impacto imediato zero nas contas públicas. Ela disse que esse é o problema: “não há ganho fiscal nem para o curto, nem para o médio prazos.”

‘RAIO’ NA ECONOMIA

‘QUEDA DE 9,7% É SOM DISTANTE’ GUEDES PREVÊ RETOMADA RÁPIDA

MARCELLO CORRÊA
E MANOEL VENTURA
economistas@oglobo.com.br
BRASILIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que a queda de 9,7% do Produto Interno Bruto (PIB) é um “som distante” do pior momento da crise econômica causada pela pandemia. Segundo ele, indicadores mais recentes — como consumo de energia elétrica e emissão de notas fiscais eletrônicas — sinalizam uma retomada mais rápida. A previsão de Guedes é que, após o pior da crise, a economia brasileira possa crescer até 4,5% em 2021 — projeção mais otimis-

ta que a do mercado financeiro e até do próprio governo, que aponta alta de 3,2%.

— A economia já começa a retomada em V (recuperação rápida), mas o registro do segundo trimestre ainda é uma queda de 10%, que aliás é o que todo mundo previa. Esse foi o impacto inicial, uma queda aparentemente de 10%, mas na verdade é um som distante, é o som do impacto da pandemia lá atrás e é onde o Brasil ficaria caso não tivéssemos feito todas as medidas que fizemos — disse Guedes, em audiência na comissão do Congresso que acompanha as medidas tomadas contra o coronavírus.

Na analogia do ministro, o resultado divulgado pelo IBGE foi como o ruído de um

“raio”, que só é ouvido depois: — Chegou agora o som de uma queda inicial do PIB de 10%, só que a realidade já é outra. Quando esse som chegou aqui, já era o som de um passado distante, como a luz das estrelas que nós vemos foram emitidas há bilhões de anos.

MOURÃO: JÁ ESTAVA ‘NA CONTA’

O ministro chegou a prever que a economia possa recuar bem menos que o esperado neste ano e ter uma recuperação na mesma proporção em 2021. Hoje, a previsão oficial do governo é de queda de 4,7% do PIB neste ano e alta de 3,2% no ano que vem.

— Se este ano estamos caindo 3,5%, 4%, 4,5%, poderemos ser surpreendidos com

um crescimento dessa mesma magnitude no ano que vem: poderemos estar crescendo 3%, 3,5%, 4%, 4,5%. Só depende do nosso ritmo de reformas — afirmou.

Na mesma linha, o vice-presidente Hamilton Mourão minimizou o resultado e afirmou que o número já estava “na conta”:

— Isso aí já estava na conta, né. Agora, a gente sabe que no terceiro trimestre nós vamos ter uma elevação do PIB, uma previsão de mais de 5% de se elevar.

Mourão afirmou ainda que o dado veio em linha com os observados em outros países:

— Tivemos outros países aí, nossos companheiros do Brics, como é o caso da In-

dia, que teve queda expressiva. O Brasil não foi tão prejudicado como agente esperava nessa questão da pandemia em termos de queda da atividade econômica.

O presidente Jair Bolsonaro não comentou os resultados durante a agenda de encontro com líderes dos partidos durante a manhã.

Segundo comunicado divulgado pela Secretaria de Política Econômica, ligada ao Ministério da Economia, a retração do PIB brasileiro foi menos intensa que as quedas registradas em 11 países selecionados, considerando a comparação do segundo trimestre com o mesmo período do ano passado.

Nesse cálculo, a queda no

Brasil foi de 11,4%, menos intensa que o tombo registrado na média do G7, por exemplo (11,9%).

A pasta também apontou que espera que os dados do próximo trimestre já indiquem uma recuperação da economia.

“Apesar da queda do PIB no segundo trimestre, os indicadores das pesquisas mensais do IBGE mostram que o vale da atividade foi em abril e que, desde então, a economia tem se recuperado. Os indicadores coincidentes também sugerem que o crescimento no 3º trimestre será elevado, revertendo parcialmente as perdas ocorridas no trimestre passado”, diz a nota.



Países que melhor lidaram com pandemia têm PIB menos afetado

Brasil ocupa 22ª posição em ranking de 44 nações. Após fortes medidas de isolamento, China recupera atividade e encabeça lista, com crescimento de 11,5%

HENRIQUE GOMES BATISTA
E IVAN MARTÍNEZ-VARGAS
economista@oglobo.com.br
@HGOBLO

Os indicadores econômicos pelo mundo entre abril e junho deste ano mostram uma retração generalizada no ritmo de atividade provocada pelo novo coronavírus, com exceção da China, que enfrentou o auge da pandemia mais cedo do que outros países e já começou a engatar uma recuperação. Porém, ao analisar os números do período mais detalhadamente, economistas apontam resultado "menos pior" nos países que melhor lidaram com o vírus. No Brasil, que tem o segundo maior número de casos registrados da doença, a economia recuou 9,7% entre abril e junho, pior resultado da História do país.

Em uma lista com os resultados do segundo trimestre

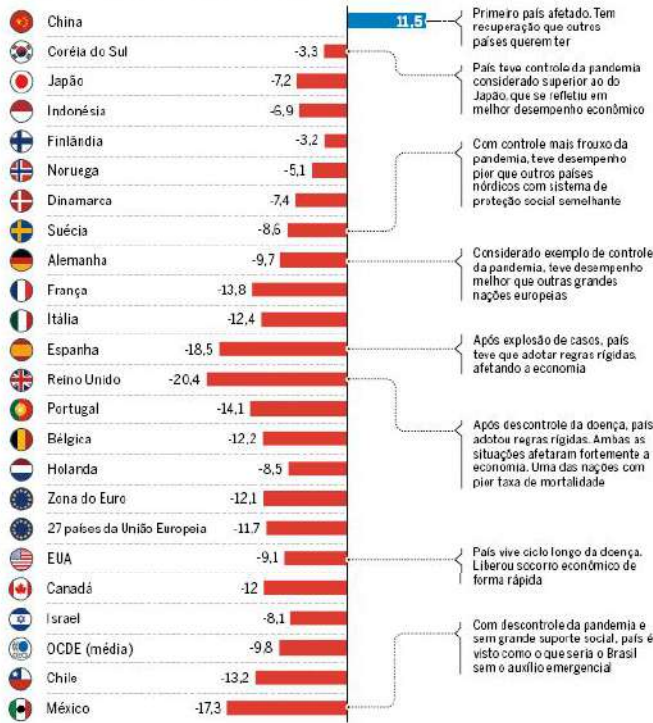
do Produto Interno Bruto (PIB) de 44 países, o Brasil ocupou a 22ª colocação, ao lado de Alemanha e Tailândia, que tiveram a mesma queda entre abril e junho. A China, que no trimestre anterior havia tido retração de 10%, agora encabeça o ranking, com crescimento de 11,5% em relação ao primeiro trimestre.

— Os países que controlaram melhor o vírus estão conseguindo retornar com mais facilidade à normalidade, dando mais confiança à população, que volta a consumir e reativa a economia — avalia Emerson Marçal, professor de Economia de São Paulo (FGV/EESP).

Guilherme Attuy, economista-chefe da Gauss Capital, ressalta, no entanto, que, além de a pandemia ter se desenvolvido em momentos distintos em cada nação, algumas eco-

O DESEMPENHO DAS ECONOMIAS NO 2º TRIMESTRE*

*Em comparação com o 1º trimestre de 2020



Fonte: Professor Emerson Marçal (FGV), com dados da OCDE, e Guilherme Attuy, da Gauss Capital | Editoria de Arte

nomias são mais dependentes do comércio internacional. Ele cita o caso da Alemanha, que sofreu com a queda nas exportações. No entanto, a maior economia da Europa fez um bom controle da pandemia, e os alemães se saíram melhor que outras nações europeias.

Enquanto a retração do PIB da Alemanha foi de 9,7% no segundo trimestre, na comparação com o primeiro trimestre, o Reino Unido amargou queda de 20,4%; a Espanha, de 18,5%; e a França, de 13,8%.

— A Alemanha teve um controle muito efetivo do vírus e é considerada exemplo, inclusive no enfrentamento à chamada segunda onda da pandemia. Isso ajuda na expectativa e na confiança dos agentes econômicos — afirmou Attuy.

Na Ásia, a atividade econômica reagiu às diferentes atuações contra o vírus. A China, onde surgiu a Covid-19, conseguiu, a partir de abril, retomar os negócios e a indústria com a redução do número de infecções após fortes medidas de isolamento. No segundo trimestre, cresceu 11,5%.

A Coreia do Sul, país considerado exemplar no combate ao vírus, registrou retração de 3,3% no segundo trimestre, bem mais leve que o tombo do Japão, que não foi tão restritivo nas medidas de prevenção: -7,2%.

Reforma administrativa é urgente

CNC defende que Congresso Nacional vote primeiro a reestruturação do Estado, readequando seu tamanho, e em seguida um novo sistema de arrecadação de impostos

Um sistema tributário mais simples e justo é fundamental para levar a economia a um ciclo de investimento e crescimento sustentável, mas deve ser discutido em um ambiente de segurança e certeza. E, antes de se falar em novas regras, é ainda mais urgente uma reestruturação administrativa. Primeiro, readequar o tamanho do Estado, para em seguida debater uma arrecadação eficiente.

Essa é a visão da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que montou um grupo de trabalho para acompanhar os projetos do governo e do Legislativo e fazer propostas para dar sequência às reformas estruturais necessárias para a retomada da economia.

— A CNC tem um posicionamento claro: antes da reforma tributária, precisamos fazer a reforma administrativa. É necessário saber qual é o tamanho do Estado que nós queremos. O sistema tributário atual onera fortemente o empresário e tem uma burocracia excessiva, com uma quantidade enorme de tributos em cascata — afirma o presidente da confederação, José Roberto Tadros.

O presidente da CNC destaca duas outras preocupações do setor produtivo: aumento da carga tributária e criação do imposto sobre transações



Governo entregou a proposta de reforma tributária à Câmara em julho

digitais, nova versão da CPMF. Estudos da confederação indicam que o setor de serviços será profundamente prejudicado pela proposta do governo de unificação de PIS e Cofins em um novo tributo, Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com alíquota única de 12%, em regime não cumulativo.

O projeto de lei (PL) do governo acaba com o regime cumulativo, que tem alíquota de 3,65% e é a opção da maior parte das empresas de serviços que não estão no Simples. Essas empresas passariam a pagar



José Roberto Tadros: "Sistema tributário atual onera fortemente o empresário"

os 12% da CBS. Além do PL, estão em discussão duas propostas de emenda à Constituição (PECs). A da Câmara reúne cinco tributos no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A proposta do Senado unifica nove impostos no tributo único.

— Não há condição de aumentar a carga tributária. Um dos pilares importantes da CNC é a área de serviço, e a proposta aumenta o imposto sobre as empresas de serviços que todos nós brasileiros consumimos. Isso vai quebrar empresas genuinamente nacionais. E nin-

guém reduz o tamanho do Estado. A sociedade também não aceita CPMF, com qualquer roupagem. Ela é abominada, é um imposto em cascata que onera a população toda — afirma Tadros.

A taxação dos setores de educação e cultura também é criticada pelo presidente da CNC:

— Tributar o livro vai afastar mais ainda o brasileiro da leitura. Tributar as instituições de ensino significa onerar em 10% ou mais a educação, num país onde a escola pública é de péssima qualidade.

O vice-presidente financeiro da CNC, Leandro Domingos, reforça que este não é o cenário adequado para a reforma tributária:

— Será muito difícil conciliar o momento de pandemia com uma reforma tributária, crucial para o setor produtivo nacional, mas que precisa ser feita com segurança e certeza. Não é prudente realizá-la às pressas, no momento em que empresas estão em dificuldades e o Congresso atuando à distância. O governo precisa preocupar-se com a sobrevivência das empresas, que serão as responsáveis pela geração da renda dos empregos.

Para o vice-presidente, o sistema proposto é "burocrático e complexo" e não garante qual será o verdadeiro volume da tributação.

Estado ajustado reduz tributos

FecomercioSP calcula uma economia de R\$ 730 bi em 15 anos

A reforma administrativa pode reduzir a carga tributária dos atuais 35% do PIB para 25%, segundo cálculos da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Em 15 anos, seriam R\$ 730 bilhões a menos em gastos com a máquina estatal.

— Discutir reforma tributária em um país deficitário, que gasta 40% do PIB e arrecada 35%, é pedir que se aumentem os impostos. A reforma administrativa permitiria reduzir

essa carga em dez pontos percentuais. Primeiro, a gente tem que ver o tamanho do Estado e depois como financia. Ou vamos de novodar um passa-moleque no contribuinte — afirma Fábio Pina, assessor econômico da FecomercioSP.

Pina defende um sistema tributário que evite conflitos entre a União, os estados e os municípios e entre os diversos setores produtivos:

— Ter uma alíquota única de IVA (Imposto sobre Valor Agregado) para bens e outra alíquota única para serviços é mais simples para as

empresas do que ter um IVA para bens e serviços com alíquota que varia ao longo do território nacional.

A confusão causada por diferentes alíquotas de ICMS e ISS, com cobranças e regras que variam em cada estado e município, também é uma preocupação para a consultora externa da CNC Mary Elbe Queiroz.

— A complexidade do sistema tributário está na interpretação da aplicação dos tributos. Fazem a lei e começam a distorcer para aumentar a arrecadação de forma disfarçada. A gente

tem 32 milhões de processos relativos a discussões judiciais que somam quase R\$ 4 trilhões — diz Mary.

Além de defender que a reforma administrativa anteceda a tributária, Mary não vê avanços nas propostas em discussão no Congresso:

— O Brasil precisa se reformar, mas não é essa reforma que está aí. Não haverá simplificação nem redução da carga tributária. O problema do ICMS é que cada estado tem uma alíquota diferente. É melhor unificar a legislação.

4 princípios para um sistema justo e eficaz

Para evitar que o país viva mais uma década perdida na economia, um novo sistema tributário deve seguir quatro princípios básicos: equidade, progressividade, neutralidade e simplicidade.

— Com esses quatro pontos, o investimento e o crescimento econômico voltam naturalmente — afirma o economista da CNC Fábio Bentes.

Equidade significa um sistema tributário justo, sem que “empresas e indivíduos sejam taxados uns mais que outros”. A proposta do governo, diz Bentes, aumenta a carga tributária para os serviços e cria uma “distorção” que fere esse princípio. Ele defende uma alíquota específica para o setor, em torno de 7%.

Bentes também insiste na progressividade, em que

a alíquota aumenta quanto maior for o valor sobre o qual incide, ou seja, pagam mais os que têm mais renda.

— Não é justo que a população mais pobre carregue um custo maior. No Brasil, o imposto é regressivo (alíquota maior para quem paga menos). A CNC está atenta a essa questão.

Garantir a neutralidade é diminuir a interferência do Estado, com normas e regras

que surgem a todo instante:

— A interferência do setor público é uma distorção nociva do nosso atual sistema tributário.

E não haverá avanço sem simplicidade, que garante aos pagadores entender o que está sendo cobrado e as formas de pagamento.

— No Brasil, as empresas gastam 1.500 horas por ano para cumprir obrigações tributárias.

O PESO DOS IMPOSTOS

A carga tributária no Brasil em 2019 foi de **35% do PIB**

Foram pagos **R\$ 2,5 trilhões** em impostos federais, estaduais e municipais. São quase **R\$ 200 bilhões** a mais que em 2018

A reforma administrativa pode reduzir a carga tributária de 35% do PIB para 25%. Seriam cerca de **R\$ 730 bilhões** a menos em despesas com a máquina do Estado em 15 anos

No Brasil, as empresas gastam em média **1.500 horas** por ano para cumprir suas obrigações tributárias. É uma das maiores médias do mundo

O país tem 32 milhões de processos na Justiça relativos a tributos que somam **R\$ 4 trilhões** em discussão

PROPOSTAS:

- Projeto de lei (PL) do governo para a reforma tributária unifica PIS e Cofins na Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), com alíquota única de 12% em regime não cumulativo (cada etapa da cadeia produtiva gera um crédito a ser compensado posteriormente)
- Duas propostas de emenda à Constituição (PECs) também estão no Congresso. A da Câmara unifica cinco tributos em um único, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A do Senado reúne nove tributos no IBS



FONTE: CNC, FECOMERCIOSP E CONGRESSO NACIONAL



Bolsonaro promete enviar reforma administrativa

Junto com líderes de partidos que se comprometeram com a defesa do teto de gastos, presidente diz que encaminhará ao Congresso amanhã a proposta de mudança nas regras do funcionalismo, mas servidores atuais não serão afetados

GERALDA DOCA
E WASHINGTON LUIZ
guedes@o.globo.com.br
BRASÍLIA

Após um encontro com líderes dos partidos no qual anunciou a prorrogação do auxílio emergencial até o fim do ano, o presidente Jair Bolsonaro prometeu enviar amanhã ao Congresso sua proposta de reforma administrativa. A decisão representa uma mudança de avaliação do presidente, que relutava em apresentar o projeto que muda as regras para novos servidores e representa uma vitória para o ministro da Economia, Paulo Guedes, e para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR), defensores da proposta.

A decisão, anunciada no dia em que o IBGE divulgou o tombo histórico da economia no segundo trimestre, busca mostrar compromisso com o controle de gastos.

A intenção de enviar a proposta foi divulgada ao lado dos líderes dos partidos, o que indicou que a relação do presidente com o Congresso pode estar mais afinada. Os representantes das legendas se comprometeram com a defesa do teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas públicas à inflação do ano anterior.

Para Guedes, o envio da proposta funciona também como um afluxo, após uma semana em que chegou a usar uma metáfora futebolística, ao dizer que sofreu "um carrinho" do presidente, quando Bolsonaro informou que não enviaria ao Congresso a proposta da equipe econômica para o Renda Brasil, programa que vai

substituir o Bolsa Família. Em sua declaração, Bolsonaro deixou claro que a proposta de reforma administrativa só valerá para quem ainda for ingressar no serviço público, não afetando os atuais servidores.

— Que fique bem claro: (a reforma) não atingirá nenhum dos atuais servidores, ela se aplicará apenas aos futuros servidores concursados — afirmou o presidente. Guedes fez a ressalva:

— Como o presidente deixou claro desde o início, não atinge os direitos dos servidores públicos atuais, mas redefine toda a trajetória do serviço público para o futuro, um serviço público de qualidade, com meritocracia, com concursos exigentes, promoção por mérito.

PROMOÇÃO SÓ POR MÉRITO

As bases da proposta preveem que as promoções seriam feitas apenas por mérito e a estabilidade dos servidores ficaria restrita a algumas carreiras.

O presidente da Câmara vê espaço para aprovar a proposta até o fim do ano, mesmo com as discussões em curso para aprovação da reforma tributária e com a proximidade das eleições municipais.

— A Câmara vinha pedindo muito a reforma administrativa — disse Maia. — Vamos dar a celeridade necessária. Sou otimista. Temos que ter objetividade.

Segundo interlocutores, Bolsonaro já chegou na reunião com os líderes políticos com as duas propostas: a medida provisória que prorroga o auxílio emergencial e o envio da reforma administrativa.



Mudança. Bolsonaro anunciou o envio da proposta após encontro com líderes dos partidos no Palácio da Alvorada

Segundo o líder do DEM, Efraim Filho (BA), no discurso, Bolsonaro e Guedes destacaram a importância de antecipar a reforma para dar uma sinalização ao mercado de que o governo está preocupado com o equilíbrio das contas públicas a partir de 2021.

— Todo mundo quer a reforma administrativa. A única resistência será a dos sindicatos — emendou o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

Mais tarde, ao falar a parlamentares em uma audiência pública no Congresso,

quando fábricas e prestadores de serviços pararam, famílias seguraram o cartão de crédito na carteira, e o país amargou uma retração de 9,7% em relação ao que havia produzido nos três primeiros meses do ano, Bolsonaro anunciava a prorrogação do pagamento do auxílio emergencial.

Como vinha sendo aventado há dias, a medida criada no início da pandemia para ajudar os mais vulneráveis a atravessarem o momento mais crítico da crise sanitá-

ria — exatamente o segundo trimestre do ano — continuará sendo paga até dezembro. O valor do benefício será menor, mas o impacto político dessa extensão deve permanecer com o mesmo potencial que ajudou o presidente a recuperar parte de sua popularidade.

A prorrogação do auxílio gera certa apreensão em quem olha com mais cuidado o futuro da política fiscal. Mas o presidente não deixou desaparcada essa parte da plateia. Para acalmar esses

espíritos, Bolsonaro disse que enviará ao Congresso, amanhã, a proposta de reforma administrativa desenhada pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

O presidente salientou que as mudanças não afetarão a vida de quem já é funcionário público, outro sinal importante sob o ponto de vista político do atual inquilino do Palácio da Alvorada. Economistas e empresários consideram a reestruturação do Estado brasileiro uma peça-chave no proces-

so de recuperação da economia. Tirar da gaveta essa proposta e colocá-la em discussão junto com as mudanças no sistema tributário do país atende diretamente aos anseios dessa parcela da população, como o GLOBO mostrou no domingo.

A distribuição de ansiolíticos políticos atendeu a todos os envolvidos. Agora é preciso esperar para ver se os efeitos serão do tamanho desejado pelo Planalto.

deixando a política do confronto, além de tentar construir uma base no Congresso. Depois do seu pronunciamento, Bolsonaro passou o microfone aos líderes dos partidos.

— A grande novidade é que o Bolsonaro está distribuindo a palavra entre os parlamentares. Ou seja, o eixou mudou, do confronto à cooperação — disse Afif.

A decisão de encaminhar o projeto está ligada também à necessidade do governo de angariar votos para a prorrogação do auxílio emergencial a um valor in-

Guedes: aumento real do mínimo geraria demissões

> Depois de propor que o salário mínimo não tenha aumento real no ano que vem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que reajustar o piso além da inflação poderia causar milhões de demissões.

> Na proposta enviada ao Congresso, o governo previu valor de R\$ 1.067 em 2021, uma alta de R\$ 22 em relação aos R\$ 1.045 atuais. É suficiente apenas para repor a previsão de inflação este ano, de 2,09%.

> Se você der um aumento de salário mínimo, vão ter no mínimo milhares e talvez milhões de pessoas que vão ser demitidas. Você está no meio de uma crise de emprego terrível, todo mundo desempregado. Nós estamos atentos a isso.

ferior aos R\$ 600. A ampliação do auxílio até o fim do ano terá impacto adicional nas contas públicas de R\$ 100 bilhões neste ano.

Nos bastidores, Bolsonaro teria passado a avaliar, que ao abraçar a bandeira de combate a superalugários no serviço público, poderia colher frutos políticos. Segundo um interlocutor do presidente, a aprovação da reforma administrativa junto com outras propostas que mexem com o Orçamento público pode abrir margem para o aumento de gastos sociais e investimentos públicos.

ANALÍTICO Presidente libera ansiolíticos políticos para o PIB

RENATO ANDRADE renato.andrade@o.globo.com.br STORILLO

Para tentar diluir o impacto da notícia sobre a maior retração que a economia brasileira já registrou em um único trimestre em sua História recente, o pre-

sidente Jair Bolsonaro resolveu divulgar boas novas.

Enquanto técnicos do IBGE detalhavam o que aconteceu com a atividade econômica entre abril e junho,

Governo anuncia prorrogação do auxílio com valor de R\$ 300

Pagamento será garantido por MP que precisa de aprovação do Congresso

BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem a prorrogação do auxílio emergencial em mais quatro parcelas de R\$ 300. A decisão foi tomada após reunião com líderes partidários no Palácio da Alvorada.

—O valor definido agora é um pouco superior a 50% do valor do salário mínimo, ou melhor, do Bolsa Família. Então, nós decidimos aqui, até atendendo a economia, em cima da responsabilidade fiscal, fixá-lo em R\$ 300.

O pagamento será garanti-

do por medida provisória (MP), que terá efeito imediato, mas precisará ser aprovada pelo Congresso em até 120 dias após a publicação. Mas os parlamentares podem antecipar a votação, bem como alterar proposta do governo. Isso já aconteceu quando o auxílio foi criado, e o Congresso aumentou o valor proposto pelo governo, que era R\$ 200. Exatamente por isso, o governo negociou o valor com os líderes do Congresso.

Bolsonaro reconheceu que o valor atual, R\$ 600, não atende a todas as necessidades, mas voltou a dizer que "é

muito para quem paga".

— Como vínhamos dizendo, R\$ 600 é muito para quem paga, no caso o Brasil, e podemos dizer que não é um valor suficiente muitas vezes para todas as necessidades, mas basicamente atende.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, que também participou da reunião, disse que o governo está fazendo o que é "possível" com os recursos disponíveis.

As centrais sindicais divulgaram nota conjunta rejeitando a redução do benefício. E afirmam que vão defender no Congresso a pror-

rogação do benefício com valor integral. O líder do PSB na Câmara, deputado Alessandro Molon (RJ), afirmou que é impensável que se reduza o valor do auxílio antes do fim da pandemia.

MAIA APOIA VALOR MENOR

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia indicou seu apoio à proposta do governo e disse que não há urgência para votar a MP.

—A gente deve trabalhar essa MP com todo cuidado, para que de fato possa atender aos mais vulneráveis, sem dar uma sinalização de descontrole na administração da dívida pública brasileira. O auxílio é muito importante, até por isso o governo decidiu prorrogar, certamente, mas os valores eram valores que, de fato, já vinham gerando impacto muito grande nas contas públicas, na dívida pública. (Washington Luiz e Geralda Doca)

Guedes propõe usar lucro de estatais no Renda Brasil

Para ministro, parte dos dividendos que empresas repassam à União pode reforçar programa social

MARCELLO CORRÊA
E MANOEL VENTURA
economia@exame.com.br
BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, propôs usar parte dos lucros das empresas estatais recebido pelo governo para reforçar o Renda Brasil, programa social que vai substituir o Bolsa Família. Seria uma forma de aproveitar ativos que o governo tem dificuldade de vender, já que o programa de privatizações ainda não deslançou.

—Se o governo quiser manter a Petrobras, a Caixa Econômica Federal etc., tudo

bem, mantenha. Agora, nós podemos dar um Imposto de Renda negativo. Ao invés de a União receber R\$ 25 bilhões de dividendos vai receber R\$ 24 bilhões. E R\$ 1 bilhão vai para os brasileiros mais frágeis — afirmou.

Na prática, o IR negativo mencionado por Guedes significa o cidadão receber um valor do governo ao invés de pagar impostos. No exemplo citado por ele, com IR negativo de 20%, um trabalhador que ganhe R\$ 500 receberia adicional de R\$ 100. Se obtivesse renda de R\$ 600, o governo repassaria mais R\$ 120.

“É hora de diminuir o setor público para fazer políticas sociais”

Para Sérgio Werlang, gasto com servidor é ameaça fiscal maior que programa de renda básica

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

02/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



O maior problema que ameaça a sustentabilidade fiscal do país e, conseqüentemente, a retomada, não é a criação de um programa de renda básica um pouco maior que o Bolsa Família, mas sim os gastos “desenfreados” com o funcionalismo, que têm peso grande em relação ao PIB no Brasil. A avaliação é de Sérgio Werlang, assessor da presidência e professor da Fundação Getulio Vargas (FGV).

“Está na hora de diminuir o setor público para poder fazer políticas de fato sociais, que realmente beneficiem aquele estrato mais pobre da população”, disse Werlang em entrevista ao **Valor**. Para o ex-diretor do Banco Central, é possível acomodar a criação do “Renda Brasil” no teto de gastos se uma “boa” reforma administrativa for feita e, também, sem aumentar investimentos públicos, que teriam efeito inócuo sobre o crescimento.

“Não é fazendo obras públicas que você vai recuperar o país. Isso deu errado com Juscelino [Kubitschek], com os militares na década de 60 e 70, deu errado com a Dilma agora. Vamos insistir no erro?”, questionou Werlang, para quem a chance de flexibilização ou abandono do teto preocupa, mas não seria o desfecho mais provável.

Segundo o ex-diretor do BC, a piora fiscal no médio prazo é o maior risco ao processo de recuperação, que está ocorrendo em formato de “V”. Confira os principais trechos da entrevista:

Valor: *Como o sr. avalia os resultados do PIB do segundo trimestre?*

Sérgio Werlang: A queda de 9,7% em relação ao trimestre anterior veio em linha com EUA, Alemanha e muito melhor do que no Reino Unido [reco de 20,4%]. Foi um pouco pior do que a projeção do Ibre/FGV, de queda de 8,8%, mas dadas as incertezas do período não é nada muito diferente. Não é algo inesperado nem muito pior do que se imaginava. Mas é uma queda muito importante.

Valor: *O Brasil foi um dos países que mais lançaram mão de estímulos fiscais e monetários no mundo. O impacto econômico dessas medidas fez jus ao tamanho do pacote?*

Werlang: Acho que sim. As medidas diminuíram bastante a pobreza extrema, como mostram dados do Marcelo Neri, da FGV Social, e foram na direção correta. Pela minha impressão, e pretendo fazer essa conta mais para o futuro, a descoordenação entre governo federal e governos locais causou mais impacto negativo na saúde. Parece que houve mais casos e mortes do que deveria ter ocorrido. Mas as medidas do governo federal foram mitigadoras do impacto econômico.

Valor: *Podemos ter retomada em “V” ou será mais um “v da Nike”?*

Werlang: Todos os dados indicam que a recuperação vai ser em “V”. Tem um indicador global que a FGV está fazendo em conjunto com o instituto suíço KOF que permite a comparação com a crise de 2008. Vemos até agora que a crise atual foi mais profunda que aquela, mas a volta está sendo mais rápida. Os dados mundiais são compatíveis com uma recuperação em “V”, e os do Brasil estão nessa direção. E, se a vacina sair tão rápido como está se esperando, temos tudo para ir ainda mais nessa direção. E, a despeito de toda a confusão da abertura econômica em vários lugares, estamos com o número de mortes caindo consistentemente no Brasil como um todo. Tudo está indicando que a recuperação é mais para “V” do que o “v da Nike”.

Valor: *A pandemia afeta em especial o setor de serviços, que tem maior peso no PIB. Os serviços vão segurar a recuperação?*

Werlang: A indústria está se recuperando mais rápido e os serviços provavelmente vão demorar um pouco mais, mas têm uma grande vantagem: boa parte deles tem baixo custo de investimento. Muitos bares e restaurantes fecharam, basta andar na rua para ver. Mas aquelas pessoas que eram empregadas nestes lugares continuam querendo trabalhar e há empresários querendo investir. Onde tinha um [estabelecimento] pode ter outro parecido, ou num lugar próximo daquele ponto. A minha leitura é que a recuperação vai ser razoavelmente rápida. O problema maior seria se tivéssemos desmontado o parque industrial, o que não aconteceu.

Valor: *O investimento teve tombo muito forte no segundo trimestre [15,4%]. É possível esperar reação mais firme da formação bruta de capital fixo no segundo semestre?*

Werlang: O investimento vai depender muito não só do problema da pandemia. Vai haver uma recuperação natural porque algum investimento vai ter que ser feito. Mas o investimento de longo prazo depende essencialmente da área fiscal. Se o governo conseguir mostrar que, no longo prazo, nós voltamos a ter visão positiva, dará tranquilidade para as pessoas voltarem a investir. Agora, se fiscalmente você não tem segurança sobre longo prazo, só vai ter investimento de retorno muito rápido, que funciona para os próximos um, dois anos. O investimento de longo prazo depende de regras claras e estabilidade. Em princípio, o Congresso tem ajudado na aprovação de regras mais claras, e não vejo por que seria diferente daqui para frente, mas não adianta nada se o ambiente econômico é totalmente instável, se o governo se descontrola fiscalmente a médio prazo.

Valor: *A deterioração fiscal seria o principal risco à retomada?*

Werlang: Sim, o risco é o descontrole fiscal a médio prazo. Num ano extraordinário como este, todo os países do mundo viram a dívida e os gastos públicos subirem muito mais do que deveriam, devido aos gastos necessários para mitigar os efeitos da pandemia. Mas há uma tolerância natural da sociedade porque entende-se que isso seja transitório. Agora, se isso é incorporado de forma permanente, vira uma problema. E é importante dizer que não é o gasto com os R\$ 300 que ficarão aí mais tempo, ou algo próximo disso, atendendo um grupo um pouco maior que o Bolsa Família, que é o grande problema. O grande problema é continuarmos com o gasto desenfreado no funcionalismo, e hoje você vê inúmeras medidas no Congresso para aumentar gastos de forma permanente: fazer mais um Tribunal Regional Federal em Minas Gerais, preencher vagas em aberto, permitir que militares ganhem acima do teto... Não é possível. O setor público brasileiro é muito pesado em relação ao PIB. Está na hora de diminuir o setor público para poder fazer políticas de fato sociais, que beneficiem aquele estrato realmente mais pobre da população. E não é também fazendo obras públicas que você vai recuperar o país. Nós já vimos, isso deu errado com Juscelino [Kubitschek], com os militares na década de 60 e 70, deu errado com a Dilma agora. Vamos insistir no erro? É importante que uma boa reforma administrativa abra espaço para a gente conseguir primeiro conter os

gastos totais e ir aumentando aos poucos a base de incidência dessa rede social de proteção de renda mínima, que seja com R\$ 250 ou R\$ 300. É muito importante podermos gastar onde interessa, que é na proteção ao mais desfavorecido no Brasil.

Valor: *Uma boa reforma administrativa seria suficiente para abrir espaço para os gastos sociais?*

Werlang: A reforma administrativa é o principal. E o resto o setor privado pode fazer. O investimento vai vir, se você tiver a longo prazo a certeza de que está com equilíbrio fiscal. E claro que tem que destravar esses fundos públicos que existem e que ficam sem uso, e dificultam enormemente o remanejamento do Orçamento.

Valor: *Em que medida a piora do quadro fiscal ameaça a permanência dos juros em patamares historicamente baixos?*

Werlang: Não tenha dúvida de que isso tem tudo a ver. Vamos dizer que não tenha reforma administrativa, a gente vai mesmo subir os gastos e tal. As pessoas vão dizer: “Como o governo vai arranjar dinheiro para pagar essa dívida mais adiante? Vou cobrar caro porque não sei se ele terá sustentabilidade fiscal”. Então as pessoas vão exigir juros reais maiores para financiar o longo prazo. O primeiro efeito é que o financiamento da dívida vai correndo para o curto prazo, e o segundo efeito é que a taxa de juros fica com a estrutura muito inclinada, e o custo do financiamento da dívida sobe rapidamente. E a médio prazo, com a recuperação da economia, pode ter um impacto inflacionário e aumento de risco de longo prazo do país. O descontrole fiscal no médio prazo é o pior que pode acontecer para a economia brasileira no momento.

Valor: *Está preocupado com a possibilidade de flexibilização ou mesmo o fim do teto de gastos?*

Werlang: Preocupado, estou. Mas se este é o desfecho mais provável, acho que não. Tem muita gente que aconselha bem o presidente da República, e muita gente no Congresso que acredita e entende a importância disso. E no final, balanceando e colocando em perspectiva os dois, a decisão tem sido, e espero que continue sendo, de fazer esforço para o cumprimento do teto.

Valor: *É possível criar o Renda Brasil sem estourar o teto?*

Werlang: Sim, se não quisermos que o Renda Brasil englobe todas as pessoas no auxílio emergencial. Mas é possível englobar um grupo um pouco maior do que o Bolsa Família, num valor até um pouco maior. Mas a gente não pode ter investimento público e temos que neste período com o salário do setor público congelado, tentar o melhor possível para fazer uma reforma administrativa duradoura e que tenha impactos de longo prazo. É necessário ter muita discussão. Por exemplo, o abono salarial: a ideia do presidente pode até ser verdade no imaginário popular, de que quem ganha abono é uma pessoa pobre, mas não é. É uma pessoa muito próxima da renda média do Brasil. E sobre a ideia de termos o Estado como promotor dos investimentos, não existe isso, meu Deus. A gente já viu que deu errado.

Valor: *Os juros lá fora devem seguir baixos por muito tempo, como têm sinalizado o Fed [Federal Reserve, o banco central americano] e outros bancos centrais. Em que medida isso pode ajudar a economia de países emergentes, como o Brasil?*

Werlang: Isso é muito bom para a gente. O juro lá está entre zero e 0,25%. Aqui está 2%. Isso continua dando espaço para o Brasil baixar o juro com tranquilidade, mesmo que lentamente.

Valor: *Ainda há espaço para o BC brasileiro cortar os juros?*

Werlang: Tem espaço. Eu só faria num ritmo menor, mas acho que poderia tentar reduzir até 0,25, 0,5 ponto. Quanto mais poderia cair, eu não sei. Sinceramente, isso tem que ser tentativa e erro, porque não conhecemos como funciona a demanda de moeda no Brasil. Nós nunca estivemos nesse patamar [de juros]. Um pouco de cautela não faz mal, mas no momento não há nenhuma pressão inflacionária porque o lado real da economia forçou uma queda muito grande.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

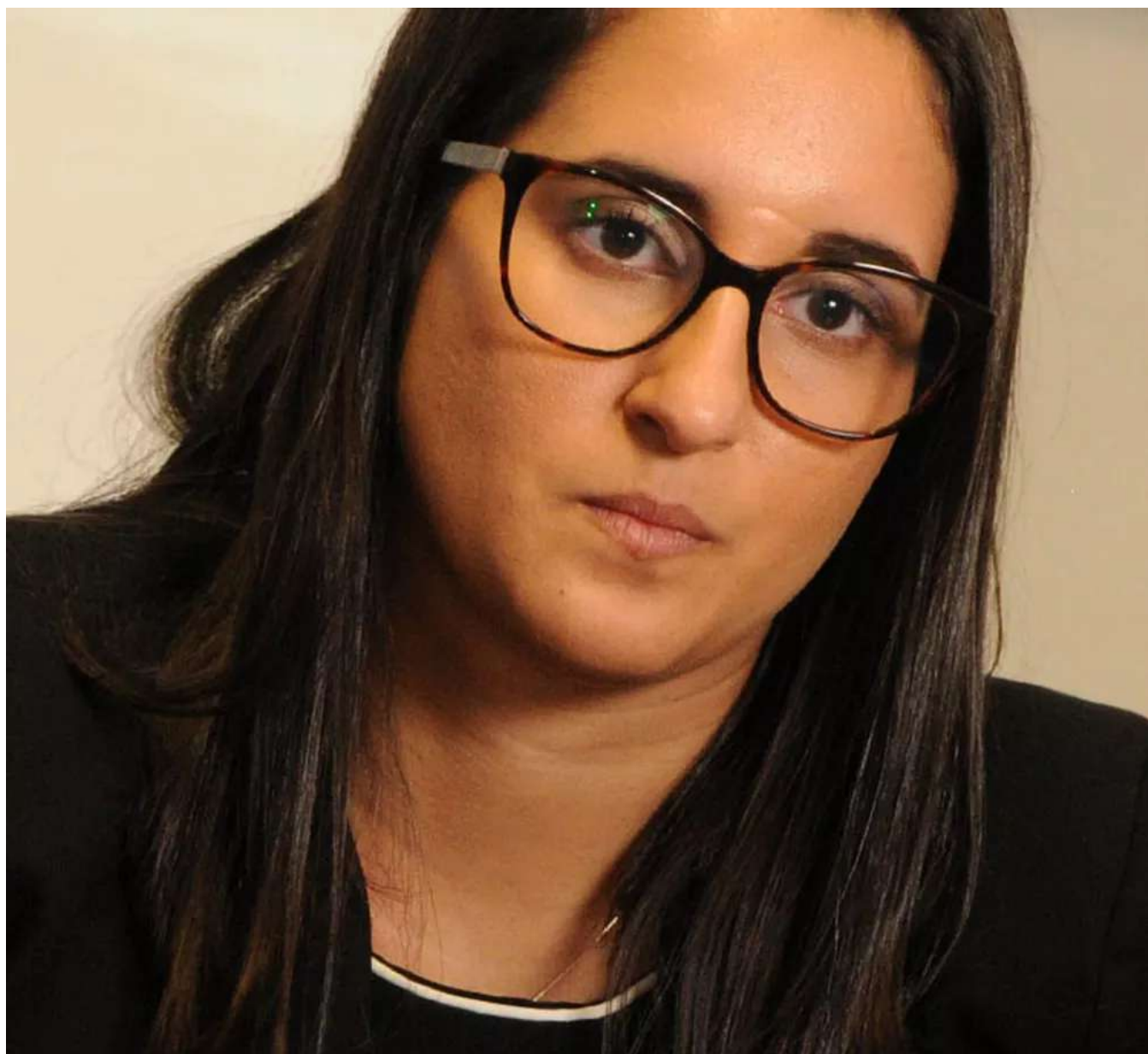
Chega de pagar anuidade do cartão de crédito
SANTANDER FREE

Agenda fiscal e reformas devem ditar ritmo do investimento

Queda recorde no 2º tri só não foi pior por efeitos contábeis

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

02/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



As medidas de isolamento social e as incertezas sobre a duração da pandemia colapsaram os investimentos produtivos no segundo trimestre. A queda foi de 15,4% ante os três primeiros meses do ano, um recorde nessa comparação, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, a distância do investimento em relação ao pico, no segundo trimestre de 2013, ampliou-se para 37,3%.

O recuo só não foi maior por causa dos efeitos contábeis da importação de plataformas de petróleo, sem os quais o investimento teria caído 22,9% em relação ao segundo trimestre de 2019, diz o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). O dado do IBGE mostrou queda interanual de 15,2% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida de tudo que se investe em máquinas e equipamentos, construção e pesquisa e inovação).

Para os próximos meses, a retomada consistente do investimento está ligada à solução do impasse fiscal, em especial como o governo pretende abrigar os gastos sociais do Renda Brasil. As reformas estruturais, como a tributária e administrativa, ganham peso em um cenário de provável furo do teto de gastos.

A prorrogação do auxílio emergencial, anunciada ontem pelo governo, vai ajudar a sustentar o consumo nos próximos meses e aliviar a queda do Produto Interno Bruto (PIB) no ano. Em contrapartida, o anúncio mantém dúvidas sobre a questão fiscal do país e pode aumentar a incerteza, lembra Luana Miranda, pesquisadora da área de economia aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

“O auxílio deve dar um impulso no consumo das famílias e na atividade de comércio e indústria. Mas, pelo lado dos investimentos, isso gera uma preocupação sobre não se perder de vista uma âncora fiscal”, afirma.

Apesar de recorde, o tombo do investimento foi menor do que o previsto pelo Ibre/FGV, sobretudo por causa do desempenho da construção, que caiu 11,1% ante o segundo trimestre de 2019 - o Ibre esperava baixa de 15,5%. “É um setor difícil de

projetar”, diz, lembrando que o investimento na construção é diferente do valor adicionado ao setor

Os ajustes usados pelo IBGE para calcular o PIB durante a pandemia também explicam a queda menor do que a projetada para os investimentos, diz José Ronaldo Souza Jr., diretor de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O indicador do Ipea para investimento estimava baixa de 24,5% neste item entre o primeiro e segundo trimestres. “A explicação possível está no tratamento dado ao mercado de trabalho e à construção”, afirma Souza Jr.

O diretor do Ipea avalia que é importante avançar em reformas que ataquem o crescimento das despesas públicas e também nas que elevem a produtividade. “Isso hoje é a grande incerteza do Brasil e o que impacta a recuperação do investimento”, diz.

Souza Jr. chama a atenção para a recuperação da taxa de poupança, que foi de 15,5% no segundo trimestre, ante 13,7% um ano antes. “O setor privado aumentou a poupança, pode ser que o dado de investimento melhore mais rápido do que se esperaria. Mas para a poupança virar investimento é preciso que se tenham perspectivas melhores.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Com PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto! Vem

PICPAY

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Bolsonaro anuncia reforma administrativa e prorroga auxílio

Presidente aumenta gastos sociais na pandemia, mas tenta sinalizar que manterá austeridade

Por Fabio Murakawa, Matheus Schuch, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

02/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

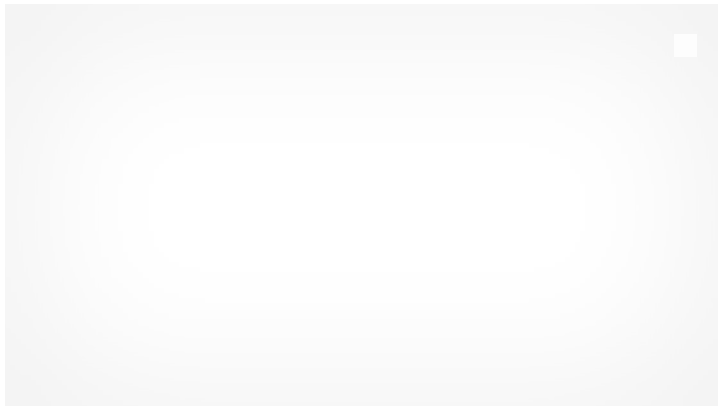


O presidente Jair Bolsonaro revelou ontem o novo valor do auxílio emergencial e, ao lado de lideranças do Congresso e do ministro Paulo Guedes, da Economia, anunciou que enviará amanhã ao Parlamento uma proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma administrativa.

Com o gesto, o presidente buscou sinalizar que, apesar dos desembolsos que vem fazendo por conta da pandemia, o governo está preocupado com a situação das finanças públicas, de acordo com fontes do Palácio do Planalto.

O auxílio continuará sendo pago até o fim do ano, em quatro prestações de R\$ 300. O valor representa metade do montante pago desde o início da pandemia.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Agora, o presidente tem o desafio de encontrar espaço no Orçamento para o Renda Brasil - programa social desenhado para se sobrepôr ao Bolsa Família. O presidente quer manter os R\$ 300 do benefício, mas com os gastos fixos elevados, Guedes vem sinalizando que não será possível atingir essa cifra. Líderes partidários e auxiliares de Bolsonaro no Planalto afirmam que o presidente não aceita um valor menor do que R\$ 250.

O envio da reforma administrativa seria uma sinalização ao mercado de que o governo continua fiel à cartilha liberal de Paulo Guedes. Fontes ouvidas pelo **Valor**,



porém, afirmam que ela será “menos draconiana” do que a preparada pelo ex-secretário de Desburocratização do Ministério da Economia Paulo Uebel.

O texto esteve prestes a ser remetido ao Congresso em fevereiro, antes da pandemia. Mas desagradou o presidente porque dava margem a interpretações de que as mudanças poderiam atingir também servidores ativos. Foi o início de um processo de fritura que culminou no pedido de demissão de Uebel, no dia 12 de agosto.

Ontem, ao fazer o anúncio, Bolsonaro fez questão de dizer que a reforma afetará somente os novos funcionários. E atrelou a redução do valor do auxílio à “responsabilidade fiscal”.

“Vamos encaminhar na quinta-feira a reforma administrativa, que não atingirá atuais servidores”, disse Bolsonaro. “A segunda medida é prorrogar por MP o auxílio emergencial até o final do ano, R\$ 600 é muito para quem paga, e as vezes é insuficiente para todas as necessidades [para quem recebe]. Decidimos, atendendo a Economia, o valor de R\$ 300, em nome da responsabilidade fiscal.”

Já Paulo Guedes ressaltou que o novo valor de R\$ 300 mensais para o auxílio “é o possível”. “Para o futuro, precisamos retomar as reformas, como a administrativa. Estamos não só com olhos na população a curto prazo, mas pensando no futuro do país”, afirmou.

O anúncio foi feito ontem ao lado dos líderes do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), e no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Entre os parlamentares, também estavam o deputado Arthur Lira (PP-AL) e o senador e presidente nacional do PP, Ciro Nogueira (PI).

Segundo auxiliares do presidente, o ato demonstra que a reforma administrativa chega ao Congresso em um novo momento. A alta da popularidade de Bolsonaro, por conta sobretudo do auxílio, atrai a simpatia dos líderes partidários, ao mesmo tempo em que o presidente está mais disposto a dialogar com o Congresso.



O deputado Ricardo Barros, legítimo representante do Centrão que assumiu a liderança do governo na Câmara recentemente, aproveitou para defender a manutenção do teto de gastos, que vem sofrendo ameaças em ano eleitoral e intenção de alas do governo de ampliar investimentos públicos.

“Temos compromisso com o teto. O recado que queremos dar é de responsabilidade fiscal e rigor nas contas públicas”, frisou. “A reforma administrativa vai chegar para ser apreciada e vai permitir meritocracia no serviço público.”

Líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), fez questão de frisar que os servidores atuais não serão afetados.

“É daqui para a frente, isso tem sido deixado muito claro pelo nosso ministro [da Economia] Paulo Guedes”, afirmou no Fórum dos Brics. Na ocasião, o vice-presidente saiu em defesa do teto de gastos. “O regime fiscal que vivemos hoje é importantíssimo”, disse.

A PEC da reforma administrativa terá que passar pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que este ano ainda não foi instalada. Ontem, a Mesa Diretora da Câmara decidiu recriá-la com sessões remotas, o que já ocorre com o plenário, mas depende da aprovação de um projeto de resolução.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que a reforma tributária e a proposta de emenda constitucional (PEC) dos gatilhos do teto de gastos terão prioridade, mas que a reforma administrativa tramitará paralelamente na Casa assim que enviada pelo governo.

“A reforma tributária já está na frente, já passou pela CCJ, já está andando. A outra [administrativa] chega na quinta-feira, vamos dar a celeridade necessária. Acredito sim [que é possível votar as duas este ano]. Sou otimista”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com o App da PicPav é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até di  parcelar boleto!

Com expectativa de queda maior da importação, superávit deve vir mais forte

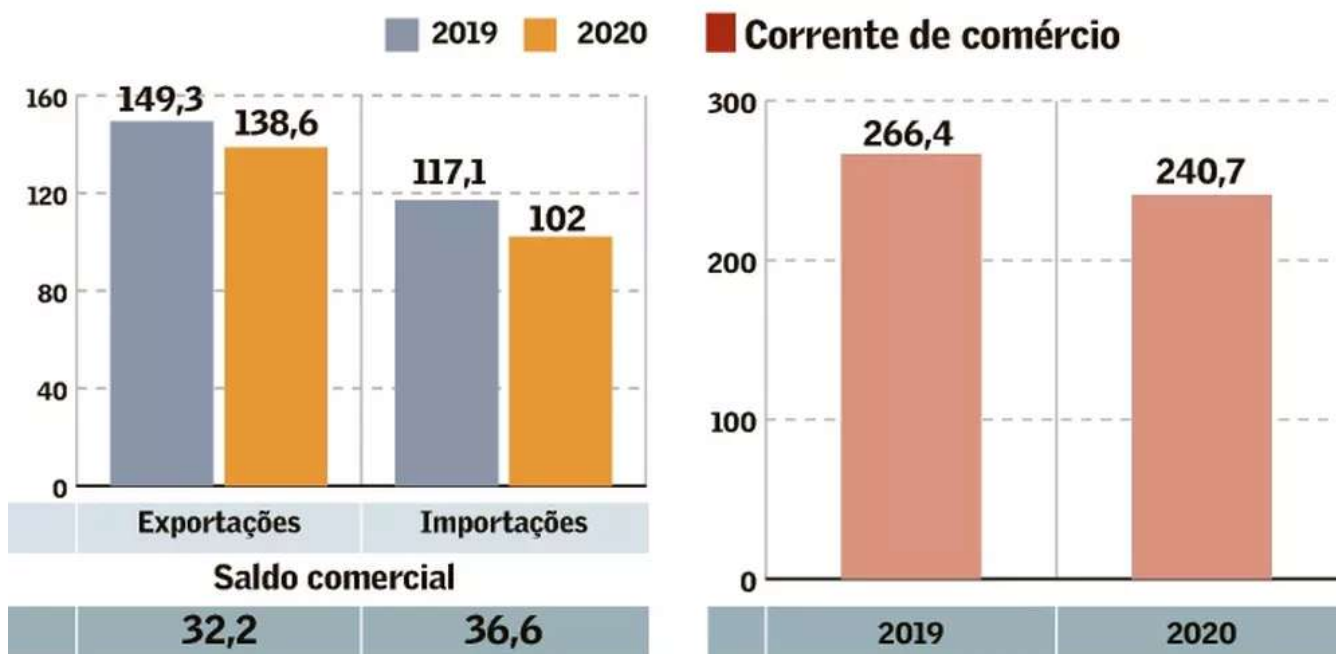
Cenário também aponta para um recuo mais expressivo também das vendas para o exterior

Por **Marta Watanabe e Estevão Taiar** — De São Paulo e Brasília

02/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Comércio exterior

Acumulado de janeiro a agosto – em US\$ bilhões



Fonte: Secex

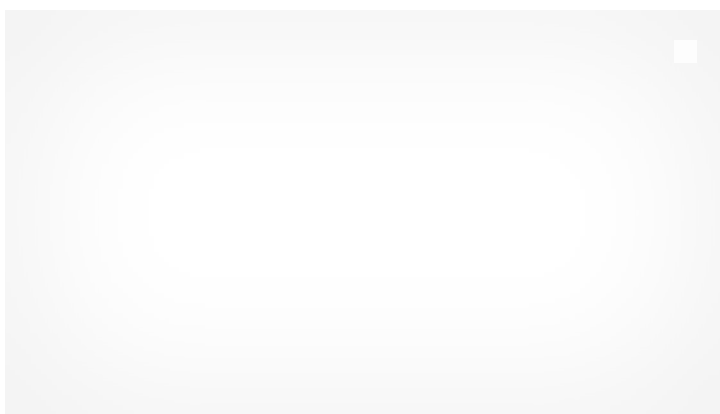
A importação, que de janeiro a agosto já acumula queda de 12,3%, deve se acelerar até o fim do ano e ancorar um superávit comercial para 2020 mais robusto do que o

saldo de US\$ 48 bilhões em 2019. Como a expectativa é de queda também nas exportações, segundo analistas, o superávit deve vir acompanhado de queda de corrente de comércio. No acumulado até agosto, essa retração representa volta a um nível de dez anos atrás nesse indicador, diz o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

De janeiro a agosto as exportações brasileiras somaram US\$ 138,6 bilhões, com queda de 6,6% pela média diária contra igual período de 2019. Já as importações ficaram em US\$ 102 bilhões. O superávit comercial até agosto somou US\$ 36,6 bilhões, com alta de 14,4%. Os dados são da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), ligada ao Ministério da Economia. Em agosto o superávit atingiu US\$ 6,6 bilhões, o maior para o mês em toda a série histórica.

Com base nos dados o governo deve revisar neste mês as estimativas de comércio exterior para o ano, informa o subsecretário de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior, Herlon Brandão. “É possível que as quedas de exportação e importação [em relação a 2019] sejam menores do que projetamos.” A Secex calcula atualmente para 2020 um superávit de US\$ 55,4 bilhões e uma corrente de comércio de US\$ 349,6 bilhões.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A estimativa de superávit comercial do governo não está descolada das projeções de analistas. Eles ressaltam, porém que o saldo se baseará principalmente em queda de importações. Em cálculo preliminar, José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), diz que a balança deve terminar o ano com superávit em torno de US\$ 55 bilhões, com queda de importações estimada de cerca de 18%. O executivo lembra que o tombo ainda deve ser grande

nos próximos meses em razão de bases de comparação relativamente altas. No ano passado, diz ele, a média de importações por dia útil foi de US\$ 701 milhões. Nos meses de outubro, novembro e dezembro, porém, as médias por dia útil foram mais altas, de US\$ 785 milhões, US\$ 740 milhões e US\$ 705 milhões, respectivamente. “Eram meses em que as importações refletiram a expectativa positiva de retomada de crescimento em 2020”, lembra ele.

No lado das exportações, diz Castro, a perspectiva também é de queda, mas um pouco mais amena, de 11,7%, em 2020. Ele ressalta que a soja, que vem se destacando na exportação, já teve cerca de 95% do volume total embarcado no ano. Essa ajuda sazonal, portanto, deverá acabar em setembro.

Para Welber Barral, estrategista de comércio exterior do Banco Ourinvest, a importação em queda é o principal fator para um superávit de pelo menos US\$ 55 bilhões em 2020. Segundo ele, não há nenhuma perspectiva de aumento neste ano da importação, que deve seguir pressionada por câmbio e demanda doméstica fraca. A recuperação de desembarques deve vir somente em 2021, dependendo do nível de atividade econômica.

Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), destaca que a intensa queda na corrente comércio, indicador do dinamismo da economia de um país. “Considerando a tendência de evolução, a corrente de comércio regrediu dez anos”, diz ele.

Segundo os dados da Secex, a soma de exportações e importações atingiu US\$ 240,7 bilhões de janeiro a agosto deste ano, aproximando-se da marca de US\$ 240,5 bilhões de igual período de 2010. Nos últimos dez anos, diz Cagnin, considerando esse período, o indicador só foi pior pontualmente em 2016, quando no acumulado até agosto somou US\$ 214,8 bilhões. “Muito disso deve-se aos ramos industriais, cujas exportações e importações caem e não é de hoje.”

Para reverter o quadro diz Cagnin, é preciso consenso em torno da reforma tributária. “Isso porque o nó do custo Brasil, que compromete nossa competitividade e nos afasta do restante do mundo, é em grande medida um nó tributário. Sem essa agenda, a integração do país na economia global ficará cada vez mais comprometida.”

Construção cai menos, mas vigor da retomada ainda é dúvida

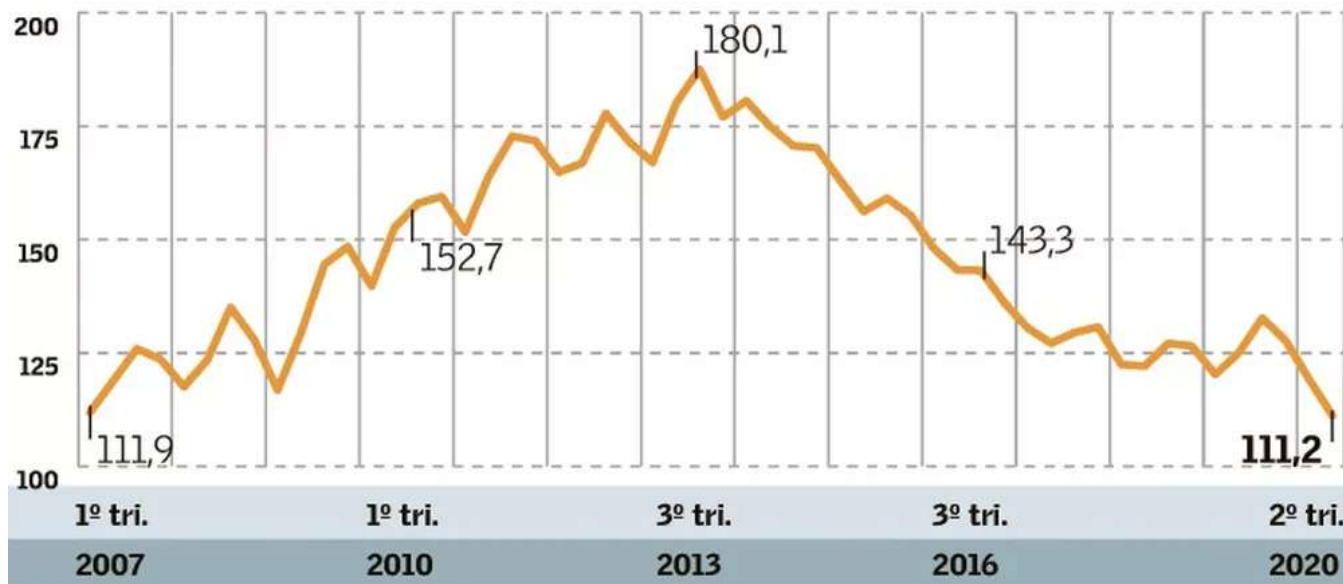
Recuperação consistente do setor vai depender do ritmo de melhora de toda a economia

Por Ana Conceição — De São Paulo

02/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Salto para trás

PIB da construção está no mesmo nível de 2007



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE

A queda do PIB da construção ficou aquém do esperado e reforçou a expectativa de uma retração no setor menor que a estimada no início da pandemia. Ainda assim, será forte e uma retomada consistente vai depender da recuperação da economia.

O recuo foi de 5,7% no segundo trimestre, sobre o primeiro, quando já tinha havido uma diminuição de 3,3%, na série com ajuste sazonal, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 12 meses, a queda acumulada é de 1,6%. Com o resultado de abril a junho, o PIB setorial voltou ao nível do primeiro trimestre de 2007.

“Sim, a construção sofreu, mas o resultado corroborou uma visão menos pessimista”, afirma Ana Maria Castelo, coordenadora de projetos da construção do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV). Se antes a expectativa era de queda de 10% no ano, agora roda em torno de 4% a 5%.

Castelo observa que indicadores do PIB do setor mostravam resultados díspares no segundo trimestre, como uma forte alta nas vendas de cimento e queda expressiva na mão de obra. Uma avaliação possível é que o aumento das reformas de imóveis feitas pelas famílias influenciou um resultado menos negativo.

Seja como for, as expectativas para o terceiro trimestre são positivas a julgar pela última sondagem de agosto. Houve aumento da confiança pelo quarto mês, volta do uso da capacidade instalada para níveis pré-pandêmicos e redução no percentual de empresas que aponta a falta de demanda como principal entrave. Em agosto, essa parcela era de 44,4%, menor nível em cinco anos, ante 60% em abril. O resultado está, em grande parte, relacionado ao bom desempenho recente das vendas no mercado imobiliário residencial. Houve também aumento entre as empresas que veem escassez de material e/ou equipamentos como maior problema: 7,8%, maior percentual desde setembro de 2010 (9,8%). É provável que essa dificuldade esteja relacionada ao crescimento expressivo da demanda de material por parte das famílias, afirma Ana Castelo.

“Há de fato uma retomada. Boa parte das minhas expectativas negativas estava relacionada à demanda”, afirma a economista, para quem uma parcela da população não se sentiu ameaçada pelas incertezas geradas pela pandemia e foi às compras. A questão, diz, é o quanto esse movimento vai se sustentar se a recuperação econômica se provar mais fraca. “É difícil imaginar que o mercado imobiliário vá continuar crescendo à revelia da economia”, diz.

Na parte de infraestrutura, as expectativas do setor privado não são tão ruins como há dois anos. Mas, com os investimentos do governo no chão, o país precisa cada vez mais de aportes privados, em especial os externos. “O cenário político, fiscal e ambiental é ruim e traz preocupações para a capacidade de reação desse segmento”, diz.

Para o Banco Fator, a construção imobiliária, que não caiu tanto, deve se recuperar. Mas a parcela ligada à infraestrutura ficará contida pelo peso das decisões de investimento, prejudicadas pela incerteza.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Com PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto! Vem

PICPAY

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Panela que não gruda nem ovo chega em Salvador

GOLDCHEF

LINK PATROCINADO

Você se lembra da ex-esposa de Tiger Woods? Veja ela hoje em dia

90MIN

LINK PATROCINADO

Top 20 celebridades com dentes ruins, respire fundo

FICAR BONITA

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Bolsonaro “segura” o Renda Brasil e põe Guedes na berlinda

Deputados aprovam a nova Lei do Gás

Projeto impede que produtoras de gás atuem em toda a cadeia econômica da commodity

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

02/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Câmara dos Deputados aprovou ontem a nova Lei do Gás, que visa aumentar a concorrência no mercado de gás natural e diminuir o custo do combustível. Até o fechamento desta edição, ainda faltava a votação de emendas ao texto, mas a expectativa do governo era a rejeição de todas e encaminhamento da proposta ao Senado.

O projeto é uma das prioridades do governo Bolsonaro e do ministro da Economia, Paulo Guedes, que promete redução de até 40% no preço do gás. A oposição rebate e diz que não haverá diminuição no custo e nem estímulo à expansão da rede de gasodutos porque isso dependeria de investimento estatal, mas que a Petrobras será excluída por lei desse mercado.

A proposta impede que uma empresa atue em várias etapas na produção do gás natural. Será proibido que produtores, como a Petrobras, e comercializadores tenham relação societária com as transportadoras. A exploração de gasodutos passará do regime de concessão, que exige licitação, para autorizações, mais simples.

Para o líder da oposição na Câmara, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), isso vai na contramão das grandes petroleiras do mundo. A Petrobras já assinou um acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) no ano passado para se desfazer dos ativos no setor, que envolvem a participação na maioria das

distribuidoras do país e em gasodutos. “No atual governo não vai acontecer nada realmente. Mas um futuro governo, que não for privatista, terá que mudar a lei para a Petrobras voltar a atuar nessa área”, disse.

O relator do projeto, deputado Laércio Oliveira (PP-SE), defendeu a quebra do monopólio estatal e maior competição no setor, o que tende a reduzir os preços. “É um texto já debatido e apoiado por todo o setor, menos as distribuidoras”, afirmou. Havia apoio também da bancada ruralista, que espera uma redução no custo dos fertilizantes.

O principal embate no projeto é entre os donos de gasodutos e grandes consumidores de gás natural, em especial indústrias, que desejavam diminuir os custos para a produção de seus próprios produtos, e as distribuidoras do combustível, que pressionavam por estímulos para a interiorização da malha de distribuição, com a construção de termelétricas para isso.

Os deputados Elmar Nascimento (DEM-BA) e João Carlos Bacelar (PL-BA) negociaram, junto com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), emendas ao texto, mas não convenceram os partidos governistas. “Não houve apoio no governo, vamos votar a favor do parecer do relator”, disse o líder do PL, deputado Wellington Roberto (PB).

A intenção da Abegás é a construção de termelétricas no interior, que funcionariam movidas a gás natural. Assim, haveria uma demanda mínima para a construção de gasodutos para outras regiões longe do litoral do país, que depois poderia ser utilizada por outros consumidores. Essa emenda não tinha sido votada até o fechamento desta edição.

A mudança tinha o apoio da oposição. Zarattini afirmou que é preciso investimento público para levar o gás para outras regiões ou o projeto será inócuo. “O relator insiste que precisa existir mercado para a oferta chegar depois. Sou da tese de que a oferta cria demanda. Só se chegar o gás lá, barato, é que haverá o consumo”, disse. Para Oliveira, a proposta é absurda porque a construção das termelétricas é parte da política energética nacional e não pode virar obrigatória por uma lei. “O projeto não é o local adequado para esse debate”, disse.

Economia encolhe 9,7%, com colapso da demanda doméstica

PIB do 2º tri confirma recessão, com queda recorde do investimento e do consumo

Por Sergio Lamucci, Bruno Villas Bôas, Alessandra Saraiva, Gabriel Vasconcellos, Anaïs Fernandes, Arícia Martins e Ana Conceição — De São Paulo e do Rio

02/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Com o impacto das medidas de isolamento social para combater a pandemia da covid-19, a economia brasileira teve uma queda histórica no segundo trimestre, recuando 9,7% em relação ao primeiro, feito o ajuste sazonal. É a maior retração já registrada nessa base de comparação desde pelo menos 1980, segundo cálculos da equipe do Monitor do PIB, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). A demanda doméstica afundou, com o tombo do investimento, do consumo das famílias e do consumo do governo. Pelo lado da oferta, serviços e indústria despencaram, enquanto a agropecuária teve alta.

Com isso, ficou configurada a recessão técnica, caracterizada por dois trimestres seguidos de contração do PIB. Mesmo com a reação da atividade tendo se iniciado em maio e junho, com o relaxamento gradual da quarentena, o resultado da média do trimestre foi muito ruim, especialmente devido à magnitude do tombo registrado em abril. Para o terceiro trimestre, a expectativa é de uma alta forte, uma vez que os indicadores de julho têm sido positivos - Goldman Sachs, Itaú Unibanco e XP têm estimativas na casa de 7% sobre o segundo, feito o ajuste sazonal. No entanto, ainda há muitas incertezas, como as dúvidas sobre o mercado do trabalho, as contas públicas e o quadro político. Para o resultado do PIB do ano, as apostas se concentram na faixa de -4,5% a -6,5%.

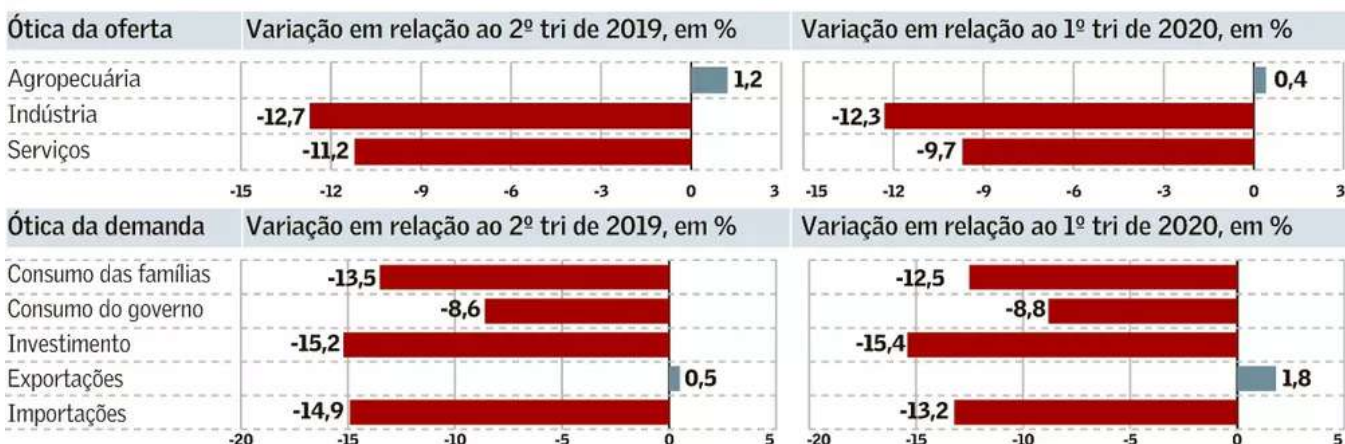
Duraco e mais embaixo

Economia brasileira tem recuo histórico no segundo trimestre

Variação do PIB nacional ante o trimestre imediatamente anterior, em %

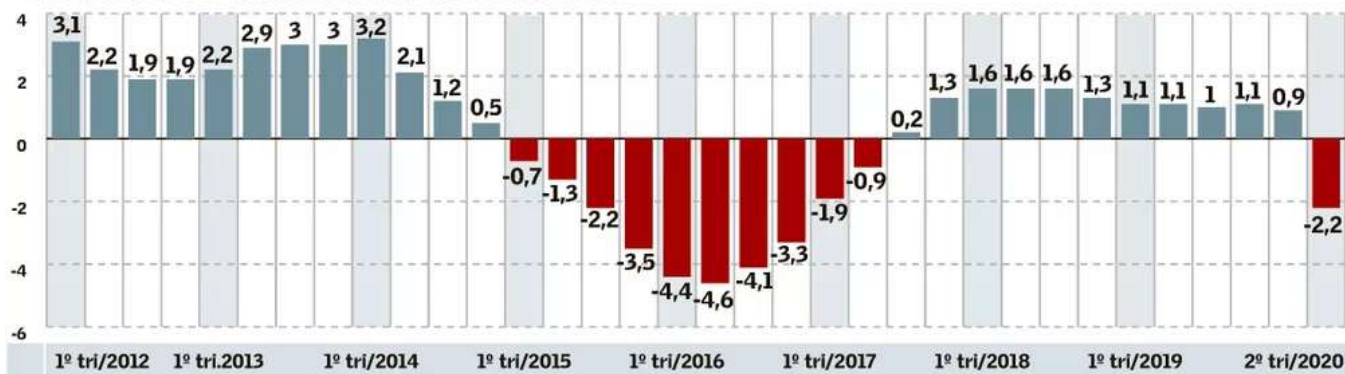


Componentes do PIB



De volta ao negativo

Variação do PIB no acumulado em quatro trimestres, em %



Fonte: IBGE

O investimento teve a maior queda entre os componentes da demanda, recuando 15,4% em relação ao primeiro. O consumo das famílias também levou um tombo superior a dois dígitos, encolhendo 12,5%. O auxílio emergencial de R\$ 600 do governo federal e outros programas de apoio às empresas e consumidores evitaram uma queda ainda maior do consumo das famílias no segundo trimestre, segundo Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE. Ela lembrou que as medidas de isolamento fecharam estabelecimentos, afetaram a renda e

provocaram cautela nos consumidores. “Esses impactos foram compensados, em parte, pelos programas do governo às famílias. Foi a parte positiva. A queda do consumo das famílias teria sido maior sem isso.”

A surpresa foi a baixa de 8,8% do consumo do governo, um desempenho muito pior que o esperado pelos analistas. Com isso, a demanda doméstica total, que inclui esse componente mais o investimento e o consumo das famílias, teve uma contribuição negativa de 11,9 pontos percentuais para o recuo do PIB de 9,7% no segundo trimestre, nos cálculos do diretor de pesquisa para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos. Já o setor externo ajudou a evitar uma queda ainda mais forte. Como as exportações cresceram 1,8% e as importações caíram 13,2%, houve contribuição positiva de 2,2 pontos percentuais do setor externo para o PIB, estima Ramos.

Pelo lado da oferta, os serviços encolheram 9,7%. O tombo beirou 20% nos segmentos mais afetados pelas medidas de isolamento social. O de transporte, armazenagem e correio registrou queda de 19,3% no segundo trimestre. A retração foi ainda maior - de 19,8% - em outras atividades de serviços, que reúne os segmentos de alojamento e alimentação, serviços prestados às famílias e empresas, serviços domésticos e educação e saúde privadas. A reação dos serviços será fundamental para definir a velocidade de recuperação da economia, uma vez que respondem por quase três quartos do PIB.

O economista-chefe do ASA Investments, Gustavo Ribeiro, se diz cauteloso a respeito das perspectivas para a atividade porque a retomada do setor de serviços não depende apenas da reabertura da economia e da maior mobilidade das pessoas, mas também da demanda, que tem sido sustentada pelo auxílio emergencial. Para ele, o crucial para o segmento se recuperar é o mercado de trabalho, que está em situação delicada.

A indústria também teve desempenho muito negativo, com recuo de 12,3%. O segmento que mais sofreu foi o de transformação, com recuo de 17,5%. Rebeca lembrou que o período de pandemia foi marcado pela paralisação de fábricas, férias coletivas em setores e redução da demanda de consumidores. “Vimos quedas disseminadas de produção em bens de capital e bens de consumo duráveis. Dentro da indústria de transformação poucas atividades tiveram resultados positivos. São

setores mais demandados durante a pandemia, como a indústria farmacêutica e de material de limpeza”, disse ela. A agropecuária, por sua vez, subiu 0,4%.

O IBGE também revisou o resultado do PIB primeiro trimestre, ampliando a queda sobre o trimestre anterior de 1,5% para 2,5%. Como o PIB no segundo trimestre caiu mais do que o esperado por vários analistas, algumas instituições reduziram as projeções para o PIB neste ano. Ramos, do Goldman Sachs, cortou a sua estimativa de -5% para -5,4%, enquanto Leonardo Porto, do Citi Brasil, mudou a sua de -6% para -6,5%. Para o economista Mauricio Orenge, do Santander, o resultado do PIB do segundo trimestre acabou com o viés de alta das projeções para 2020. “Números para o ano de contração de 6% a 6,5% parecem fazer sentido. A gente estava indo na direção de uma queda para o ano de 5%”, afirmou ele. “A gente volta a ficar confortável com o cenário [de -6,4%]”, disse Orenge, referindo-se à projeção do banco.

Mas houve quem fizesse o movimento na direção contrária, como a MB Associados, que melhorou a projeção de uma queda de 5,3% para um tombo de 4,8%. O UBS também passou a prever um tombo menos intenso do PIB em 2020, de -5,5% para -4,5%. Segundo os economistas Tony Volpon e Fabio Ramos, a revisão foi feita devido à expectativa mais favorável para o terceiro trimestre, quando a economia, para eles, deve crescer 9% sobre os três meses anteriores. A projeção anterior era de expansão de cerca de 4%. Ontem, foi divulgado índice de gerentes de compra da indústria de agosto, que mostrou alta de 58,2 para 64,7 pontos, um nível recorde, segundo a IHS Markit.

Os juros baixos e a melhora da confiança empresarial favorecem as perspectivas para a economia nos próximos meses. No entanto, as incertezas quanto ao cenário fiscal, o mercado de trabalho fraco e as dúvidas sobre como a atividade vai reagir à redução do valor do auxílio emergencial são fatores que podem atrapalhar a retomada. Além disso, a pandemia não está sob controle, apesar da queda recente do número de mortos.

O resultado das contas nacionais reforçou a ideia de que parte dos recursos transferidos pelo governo federal foi poupada pelas famílias. A taxa de poupança doméstica alcançou 15,5% do PIB no segundo trimestre e ultrapassou a taxa de

investimento, que ficou em 15% do PIB. “Houve um aumento muito grande no depósito das famílias no sistema financeiro. Isso, inclusive, favoreceu o crescimento do setor financeiro no período. Uma parte disso tem a ver com os programas de apoio do governo, que compensaram bastante a queda na renda do trabalho”, Rebeca.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Se você tem zumbido faça isso imediatamente

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Cozinhar nunca foi tão fácil

GOLDCHEF

LINK PATROCINADO

Você se lembra da ex-esposa de Tiger Woods? Veja ela hoje em dia

90MIN

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Segredo Japonês para engrossar cartilagem alivia dor nas juntas

OKINA | SEGREDO JAPONÊS

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Sanepar terá reajuste tarifário de 9,63%

VALOR INVESTE

Bolsonaro “segura” o Renda Brasil e põe Guedes na berlinda

Estatais poderão financiar IR negativo, diz Guedes

“Será o maior programa de distribuição de riqueza”, afirmou

Por Lu Aiko Otta e Renan Truffi — De Brasília

02/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Empresas estatais que não forem privatizadas poderão ajudar a financiar o programa do Imposto de Renda negativo, disse ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes, na comissão mista do Congresso Nacional que acompanha as medidas do governo no combate à pandemia.

“Será o maior programa de distribuição de riqueza”, afirmou. É um tema a ser discutido com o Congresso, dentro das opções de fortalecimento do Renda Brasil, disse o ministro. O benefício também pode ser maior se, por exemplo, for aprovada a reforma tributária. Sem essa reforma e com o teto de gastos, o programa será menos ambicioso.

A prorrogação do auxílio emergencial por quatro meses, anunciada ontem, foi a opção do presidente Jair Bolsonaro para dar mais tempo à equipe para formatar o novo programa de assistência social. A proposta elaborada pela equipe econômica unifica 26 ou 27 programas sociais e é focado na primeira infância. “O presidente entendeu que estávamos tirando dinheiro do abono salarial, mas nós estávamos unificando tudo isso [programas sociais]”, comentou. “Nós também vamos tirar dinheiro do andar de cima [mais ricos].” Haverá redistribuição de renda, prometeu.

Guedes, que na semana passada se queixou de haver levado um “carrinho” de Bolsonaro com a afirmação que não tiraria recursos “dos pobres para dar aos

paupérrimos”, ontem tratou de amenizar sua reação. “Foi na bola.”

O Imposto de Renda (IR) negativo integra o que o ministro tem chamado de “rampa de ascensão social”. Consiste em dar um estímulo financeiro aos trabalhadores da Carteira Verde-Amarela, que hoje estão na informalidade. Sobre o que eles obtiverem com seu trabalho, o governo lhes pagará um crédito de 20%. O valor será depositado numa conta, e poderá ser sacado sob certas condições.

No momento, disse o ministro, não há recursos para financiar o IR negativo. Por isso, a proposta é usar o Fundo Brasil para cumprir essa função. A ideia é utilizar o antigo Fundo de Erradicação da Pobreza e colocar ativos nele. Por exemplo, uma parcela dos dividendos que a União tem a receber de empresas como a Petrobrás e a Caixa. Ou imóveis que pertencem ao governo federal. Os trabalhadores da carteira Verde-Amarela receberão cotas desse fundo.

O desenho do IR mínimo ainda não está totalmente fechado. Mas, tal como concebido, o programa não deverá esbarrar no teto de gastos, uma vez que se trata da distribuição de cotas de um fundo. Não são gastos que transitam pelo Orçamento.

Durante a reunião, o ministro deixou claras ressalvas técnicas quanto ao teto de gastos, que chamou de “grito dos desesperados” com o aumento das despesas. Mas rechaçou qualquer proposta de rediscuti-la nesse momento, pois se trata da última âncora fiscal que resta.

“Só que um teto sem paredes não funciona”, observou. As paredes, no caso, são as reformas econômicas. Há ainda o agravante que “o piso está subindo por causa da indexação de despesas.”

Essa dinâmica fez a carga tributária dobrar nas últimas décadas e levou a um endividamento “em bola de neve”. Enquanto isso, a classe política não enfrentou o desafio de cortar gastos. O resultado é que o Orçamento é hoje todo engessado. “O Congresso não manda”, disse. “Hoje quem manda são grupos de interesse que capturaram parcelas orçamentárias e indexaram tudo.”

A proposta de desindexar, desobrigar e desvincular, no pacto federativo, pretende devolver esse poder de decisão aos políticos.

Questionado por que o governo não concederá, no ano que vem, aumento real para o salário mínimo, Guedes afirmou que tal decisão poderia levar a milhares, talvez milhões de demissões no setor privado. E ao aumento de gastos no setor público.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!
PICPAY

LINK PATROCINADO

Embarque pela porta da frente na Van 19+1!
MERCEDES-BENZ NOVA SPRINTER

LINK PATROCINADO

Se você tem zumbido no ouvido então precisa ver isso urgente
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Panela que não gruda nem ovo chega em Salvador
GOLDCHEF

LINK PATROCINADO

Você se lembra da ex-esposa de Tiger Woods? Veja ela hoje em dia
90MIN

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
DR. RAFAEL FREITAS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Bolsonaro "segura" o Renda Brasil e põe Guedes na berlinda

VALOR INVESTE

Orçamento retrata péssima situação das contas fiscais

A pandemia exacerbou deficiências existentes, e tornou ainda piores as perspectivas fiscais para os próximos anos

02/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

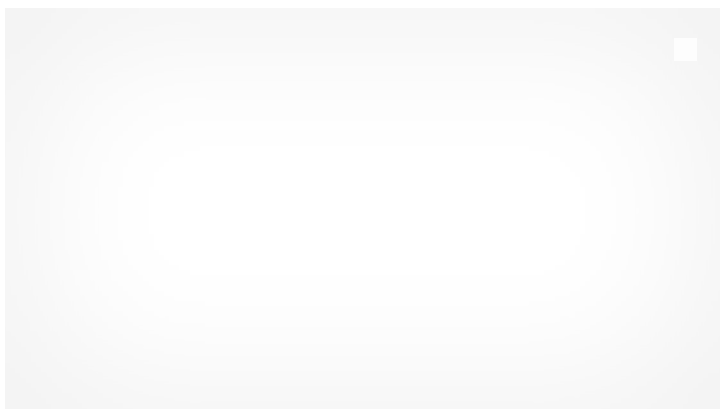
A apresentação quase simultânea dos resultados das contas públicas e da proposta orçamentária de 2021 ao Congresso, ontem, mostra o show de horrores em que se transformaram as contas públicas. A pandemia exacerbou deficiências existentes, e tornou ainda piores as perspectivas fiscais para os próximos anos. O Brasil facilmente colecionará mais de 10 anos de déficits primários, em sequência que não é cadente. Os gastos com investimento e custeio cairão ao menor nível da história em 2021 (**Valor**, ontem). Para respeitar a regra de ouro, que impede endividamento para cobrir gastos correntes, o governo pede autorização de montantes cada vez maiores ao Congresso - em 2021, serão R\$ 453,7 bilhões.

Os déficits nominais (incluem juros) do governo central não recuaram expressivamente desde o pesadelo fiscal criado pelo governo de Dilma Rousseff. Em 2016, eles atingiram 7,6% do PIB e a projeção do orçamento para 2023 o calcula em 6,6%, com um declínio de apenas um ponto percentual após 8 anos, mesmo com taxa de juro dois terços menor. As despesas do governo central, maior parte delas com a proibição de aumento real, foram de 19,9% do PIB em 2016, o mesmo nível que deverá atingir a de 2021 (19,8%).

O teto de gastos, cuja sobrevida tende a não ser longa, nada pode fazer para deter as despesas obrigatórias, que crescem acima da inflação. A principal delas, a previdência social, consumirá no ano que vem R\$ 704,4 bilhões, legando um déficit de R\$ 286,9 bilhões. A segunda, a de pessoal e encargos sociais, exigirá desembolsos

de R\$ 337,3 bilhões, com expansão de 4,3% ante 2020. Ambas compõem 69% das despesas obrigatórias, que são mais amplas e que levam consigo mais de 93% do orçamento.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Assim, mais de dois terços do orçamento são gastos com o funcionalismo público e com o pagamento de aposentadorias. Com mais R\$ 101,9 bilhões de assistência social, rubrica na qual se abriga o Bolsa Família - com dotação de R\$ 34,9 bilhões para atender 15,2 milhões de famílias -, emendas impositivas do Congresso e subsídios, resta quase nada para as demais despesas do governo, as chamadas discricionárias. Neste quase nada, e sempre minguando, estão os investimentos que, com boa vontade, chegarão a R\$ 28 bilhões, acotovelando-se com os demais gastos de custeio da máquina da União, em um total de R\$ 96 bilhões, o menor valor da série histórica.

Estes números servem para derrubar expectativas e devaneios. Um deles é o malabarismo de Paulo Guedes para aumentar a dotação do substituto do Bolsa Família, em detrimento de vários outros programas sociais, como o abono salarial. O presidente fulminou a pretensão do ministro, e com isso qualquer possibilidade de ampliar a rede de assistência social sem abrir espaços na rigidez do orçamento. Os números também não sancionam os que criticam a austeridade - há endividamento crescente - e acreditam que é possível fazer um programa robusto de investimentos ampliando dívidas, bandeira que hoje une militares bolsonaristas e a esquerda, heterodoxa ou não.

A dívida bruta do governo geral foi de 86,5% do PIB nos doze meses terminados em julho - a líquida foi de 60,2% do PIB. Esses resultados ocorrem apesar da pressão

muito menor da conta de juros, incluídas no déficit nominal, que subiu para 12,2% do PIB em 12 meses. A conta de juros neste período foi de R\$ 338,1 bilhões, que se iguala, fato raro na história recente, ao gasto com pessoal e encargos da União.

As incertezas sobre a economia pós-pandemia levaram a uma queda de protocolo orçamentário. O governo tem uma projeção de déficit primário, mas não uma meta de déficit. Ele será o que as receitas determinarem que sejam, já que as despesas sob o teto estão fixadas. Com isso, não haverá contingenciamento de despesas e será brutalmente reduzida a reserva de contingência (R\$ 75,5 bilhões em 2020, R\$ 11,1 bilhões agora).

A alocação de recursos entre os ministérios aumenta orçamentos da Defesa (+ 1,3%) e Educação (+ 1,7%). Infraestrutura e Desenvolvimento Regional, encabeçados pelos promotores do Pró-Brasil, terão dotação 27,2% e 27,4% inferiores, respectivamente. Meio Ambiente (-4,6%) e Ciência e Tecnologia, -8,7%) continuaram perdendo recursos. É um orçamento defensivo e ajustado à penúria fiscal de hoje e de amanhã, no terceiro ano de governo de Bolsonaro - que o encerrará com déficits, como começou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!
PICPAY

LINK PATROCINADO

Se você tem zumbido no ouvido então precisa ver isso urgente
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Panela que não gruda nem ovo chega em Salvador
GOLDCHEF

LINK PATROCINADO

Você se lembra da ex-esposa de Tiger Woods? Veja ela hoje em dia
90MIN

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente

Queda é eco distante e volta será em 'V', diz Guedes

Ministro afirma que medidas tomadas pelo governo já estão surtindo efeito no terceiro trimestre

Por Mariana Ribeiro, Lu Aiko Otta, Renan Truffi e Matheus Schuch — De Brasília

02/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Paulo Guedes: queda de 9,7% é “barulho de um raio que caiu em abril” e economia já iniciou a recuperação em “V” — Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

Após o tombo histórico do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre, a equipe econômica demonstrou otimismo com o ritmo de recuperação da atividade e reforçou a defesa da agenda de reformas para consolidação do crescimento. O ministro Paulo Guedes disse que a queda de 9,7% é um “barulho de um raio que caiu em abril” e que a economia já iniciou uma recuperação em formato de “V”.

Em nota técnica disponibilizada logo após a divulgação do resultado, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia destacou ainda que as medidas tomadas pelo governo para fazer frente à crise evitaram uma retração ainda maior e que os indicadores coincidentes já apontam para um crescimento “elevado” no terceiro trimestre, revertendo parcialmente as perdas observadas em meses anteriores.

Guedes comentou o resultado do PIB pela manhã ao lado do presidente Jair Bolsonaro. Na sequência, participou de audiência na comissão do Congresso que acompanha as medidas de combate à pandemia, onde classificou o resultado do segundo trimestre como o “som de um passado distante”. Ele afirmou que a queda trimestral veio no patamar esperado e as projeções para o ano estão negativas entre 4% ou 5%, menos pessimistas do que as inicialmente divulgadas.

“Esse foi o impacto inicial, uma queda de aparentemente 10%, que é o 9,7%, mas, na verdade, isso é um som distante, é o som daquele impacto da pandemia lá atrás. E é onde o Brasil ficaria caso não tivéssemos feito exatamente todas as medidas que fizemos”, disse, acrescentando que o pacote, com o auxílio emergencial e o benefício pago a quem teve redução de jornada ou suspensão de contrato, conseguiu “criar uma volta em V”.

O ministro frisou também que o país tem gerado empregos liquidamente, embora a recuperação não seja uniforme. “Uma economia que gera 1 milhão de empregos está em recuperação”, afirmou. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de julho, divulgados na semana passada, apontaram criação de 1,043 milhão de vagas e fechamento de 912,6 mil, resultando em 131 mil postos de saldo positivo. O dado foi largamente comemorado pelo governo.

Segundo a SPE, os indicadores de maior frequência mostram que a atividade está se recuperando. No entanto, para que a retomada “seja consistente”, é importante “a

continuidade da agenda de reformas estruturais e da consolidação fiscal". A nota destaca que a agenda de reformas já está sendo retomada com a aprovação, por exemplo, do marco do saneamento. Outros projetos são ainda citados como prioritários, como a lei de falências, a lei do gás e o programa de estímulo à cabotagem.

"Não há outro caminho" que resulte em aumento do bem-estar da população a não ser o das medidas de correção da má alocação de recursos e incentivo à expansão do crédito privado, diz o documento.

A secretaria diz que as projeções dos analistas de mercado melhoraram continuamente desde junho "devido aos resultados mais positivos dos indicadores de atividade, notadamente, varejo e indústria". Enfatiza ainda que a melhora das projeções está relacionada "com o sucesso das políticas econômicas". Apesar da forte queda, a redução da atividade no país no segundo trimestre está entre as menores em relação às principais economias, acrescenta.

De acordo com o texto, entre os dados que apontam para a continuidade da retomada está a produção e a venda de veículos; a expedição de papel ondulado; o fluxo de veículos pesados; a produção de aço; a produção e consumo de energia e o nível de utilização da capacidade instalada.

O texto diz que as principais pesquisas de atividade do IBGE (indústria, varejo e serviços) indicam recuperação após abril. Observando o carregamento estatístico, ou seja, considerando que os indicadores permanecerão ao longo do terceiro trimestre no mesmo nível atingido em junho, "vemos a expansão da indústria de transformação superar 10% no terceiro trimestre". "As vendas no varejo também indicam crescimento elevado neste trimestre, próximo a dois dígitos. O setor de serviços que tem apresentado uma recuperação mais lenta."

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto! Vem

PICPAY

Queda será a maior em 120 anos e supera até época da gripe espanhola

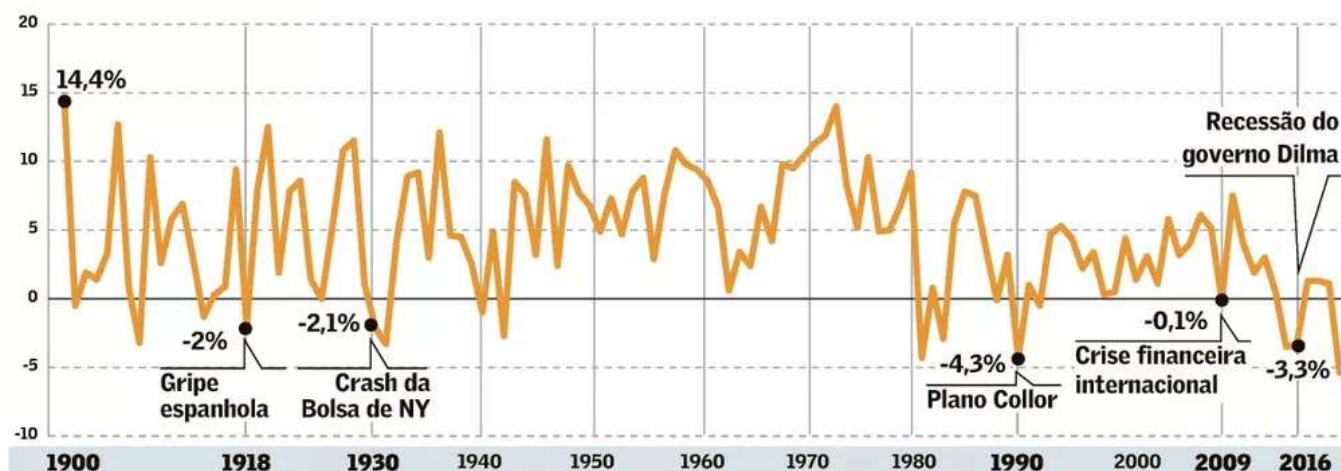
Ibre projeta queda de 6,1% do PIB per capita neste ano

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

02/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Perda recorde

PIB caminha para pior resultado em 120 anos



Fonte: Ibre/FGV *Projeção Ibre/FGV

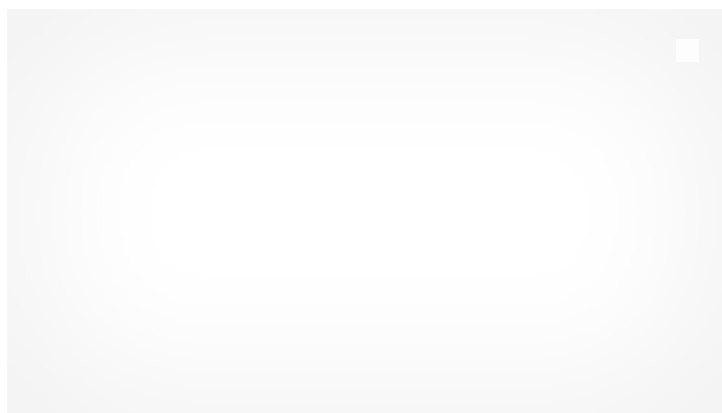
Com os impactos das medidas de isolamento para conter a pandemia, a queda do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2020 será a mais intensa registrada nos últimos 120 anos, desde 1901, mostra levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), com base em indicadores do IBGE e do Ipea. A expectativa da fundação é de retração de 5,4% do PIB neste ano.

O Ibre/FGV prevê ainda, no levantamento, queda de 6,1% do PIB per capita neste ano. Usado por economista para medir a riqueza de países, o indicador é definido

pelo divisão do valor do PIB com a população total. Se confirmada a projeção, será o pior desempenho desde 1981, quando recuou 6,3%. Dessa forma, a renda per capita deverá encerrar o ano em R\$ 30.135 por habitante, retornando a nível próximo do registrado em 2007 (no valor de R\$ 29.788).

Silvia Matos, coordenadora do boletim Macro do Ibre/FGV, diz que a intensidade da retração do PIB neste ano deverá ser maior, por exemplo, do que a registrada durante a gripe espanhola, em 1918. Naquele ano, o PIB brasileiro recuou 3,2%, uma das piores taxas da série histórica disponível. Segundo ela, o impacto seria maior agora, em parte, por causa das mudanças de perfil da economia do país nesse período de um século decorrido entre as duas pandemias.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A economista lembra que os números da gripe espanhola são incertos, tanto no campo sanitário quanto da própria atividade econômica. Havia então menos dados confiáveis disponíveis, assim como menos pesquisas sendo realizadas. Porém, Silvia Matos diz que o país era em 1918 era ainda uma economia agrária, com menor participação do setor serviços no PIB e uma parte significativa da população vivendo em áreas rurais.

“A economia é atualmente mais intensiva em serviços, com mais participação do turismo. São atividades bastante afetadas pelo isolamento social, pela pandemia. E isso era bastante diferente em 1918”, diz a coordenadora do Boletim Macro.

“Embora a pandemia possa ter afetado menos o PIB em 1918, os impactos foram provavelmente maiores no bem estar da população, já que houve um quadro relevante de mortalidade, havia pouca tecnologia para salvar vidas e encontrar a cura rápida.”

Diferentes países do mundo sofrem perdas recordes em 2020, por causa das medidas de isolamento necessárias para enfrentar a pandemia. O Brasil, porém, entrou na atual recessão em situação pior do que os demais economias, argumenta.

Entre o segundo trimestre de 2014 e o fim de 2016, enquanto o resto do mundo crescia, o Brasil viveu uma longa e profunda recessão provocada por erros de política econômica.

“Tivemos assim duas grandes recessões em uma mesma década no Brasil. Entramos nesta crise atual em situação pior do que os demais países: baixa produtividade, elevada informalidade, desemprego elevado. Não havíamos ainda nos recuperados das perdas anteriores. Então, o desafio agora será grande para a recuperação”, acrescenta.

Para a economista, dificilmente a recuperação da economia no segundo semestre será suficientemente rápida para evitar que o ano seja o pior da história do país. Essa posição inglória era ocupada até então pelo PIB de 1981 (-4,3%) e de 1990 (-4,3%). Neste último caso, o mais recente, trata-se da recessão provocada pelo Plano Collor, que confiscou em março daquele ano as contas de poupança.

Para chegar a essas conclusões, o Ibre/FGV adotou uma série histórica construída pelo Ipea para o PIB brasileiro do período de 1900 a 1947. Os dados a partir de 1948 são oficiais e adotados pelo IBGE, embora também costumem séries estatísticas com metodologias diferentes entre si. A série histórica compatível com a metodologia vigente das Contas Nacionais tem início em 1996.

No caso do PIB per capita, Silvia Matos explica que as perdas em 2020 não devem ser as maiores história por fatores demográficos. No início dos anos 80, a população brasileira crescia a um ritmo de 2% ao ano. Atualmente, esse avanço populacional está abaixo de 0,8% ao ano, como mostrou recentemente publicação do IBGE. “O menor crescimento populacional suaviza na estatística o impacto da pandemia”, afirma Silvia.

Tesouro deverá reforçar carteira de títulos públicos do Banco Central

Autoridade monetária precisa de papéis para dosar dinheiro em circulação

Por Alex Ribeiro — De São Paulo

02/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Depois de o Banco Central (BC) repassar R\$ 325 bilhões em ganhos cambiais para o Tesouro Nacional atravessar um período difícil na rolagem da dívida pública, em breve deverá ser a vez de o Tesouro injetar títulos públicos no Banco Central para que eles sejam usados nas operações que absorvem o excesso de dinheiro em circulação na economia.

A carteira de títulos livres do BC vem caindo rapidamente neste ano, devido ao grande volume de operações feitas pela autoridade monetária para tirar o excesso de dinheiro injetado na economia pelos gastos públicos e pelos resgates líquidos de títulos pelo Tesouro.

BC amplia operações para retirar o excesso de liquidez provocado pelo déficit primário e resgates da dívida

Em dezembro de 2019, o Banco Central tinha R\$ 937 bilhões em títulos públicos livres - equivalentes a 12,9% do Produto Interno Bruto (PIB) - para fazer novas operações. Em julho, dado oficial mais recente, havia R\$ 379 bilhões, ou 5,3% do PIB.

É possível que, atualmente, a carteira de títulos livres seja, de fato, ainda menor. Os dados acima, disponíveis na nota de estatísticas fiscais do Banco Central, não consideram os títulos usados pela autoridade monetária como depósito de margem

de garantia nas suas operações com swaps cambiais. Pela estatística mais recente, de junho, esses depósitos somavam R\$ 54 bilhões.

Além disso, o BC usou uma parte expressiva dos títulos livres de sua carteira para absorver o excesso de dinheiro em circulação na economia em agosto. Até o dia 21, o Banco Central retirou de circulação R\$ 105 bilhões.

O BC retira o excesso de dinheiro em circulação para impedir que os juros negociados em mercado fiquem abaixo da meta da taxa Selic, hoje definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) em 2% ao ano. A administração do dinheiro em circulação - a chamada base monetária - é feita por meio de operações compromissadas: o BC toma empréstimos de curtíssimo prazo no mercado vinculados aos títulos de sua carteira.

O volume de operações compromissadas vem subindo fortemente neste ano. Em dezembro de 2019, elas somavam R\$ 1,128 trilhão, ou 16,4% do PIB e, em julho passado, já haviam subido para R\$ 1,497 trilhão, ou 20,9% do PIB. O BC tem que absorver volumes crescentes de dinheiro que o Tesouro e outras operações, como liberação de compulsórios e prejuízos em contratos de swaps cambiais, injetaram na economia durante a pandemia.

Neste ano, o déficit primário do setor público chegou a R\$ 483,773 bilhões. Isso significa que o governo está gastando mais do que arrecada e, para bancar a diferença, precisa sacar dinheiro de suas reservas financeiras - a conta única - para injetar na economia. O Tesouro também está com severas dificuldades para rolar a sua dívida pública. Por isso, teve que resgatar títulos, com dinheiro da conta única. Neste ano, essas operações injetaram R\$ 134 bilhões na economia, até o dia 21 de agosto.

As grandes necessidades de caixa fizeram o Tesouro pedir R\$ 325 bilhões em ganhos cambiais que estavam acumulados no balanço do Banco Central. Mas, à medida que o Tesouro usa esses recursos, injetando-os na economia, o Banco Central tem como tarefa absorver o excesso de dinheiro - para tanto, precisa de uma expressiva carteira de títulos livres para realizar as operações compromissadas.

A Lei nº 13.820, de 2019, que disciplina as relações entre o Tesouro e o BC, diz que o Tesouro pode pedir os ganhos cambiais do BC quando enfrentar severas dificuldades para rolar a dívida pública. De forma análoga, a mesma lei determina que o Tesouro injete novos títulos no Banco Central - por meio de emissão direta - quando a sua carteira livre ficar muito baixa.

Pelas regras, isso deve ocorrer quando a carteira livre representar menos de 5% das operações compromissadas e dos depósitos em margem de garantia em operações com derivativos - os swaps cambiais. Hoje, significa dizer que o Tesouro terá que fazer um repasse quando a carteira cair abaixo de R\$ 93 bilhões.

Mas, devido aos volumes sem precedentes de operações compromissadas feitos pelo Banco Central, é possível que o aporte de recursos seja feito antes de a carteira livre cair a níveis tão baixos. Em agosto, por exemplo, o volume de novas operações compromissadas chegou a um pico de R\$ 154 bilhões no dia 18. Em março, essas operações somaram R\$ 177 bilhões.

Se o BC deixar a carteira cair a R\$ 93 bilhões para pedir títulos ao Tesouro, poderá ficar com uma margem muito estreita para administrar o volume de dinheiro em circulação na economia.

A Lei nº 13.820 permite que o Banco Central peça títulos de forma extraordinária para lidar com situações de emergência. Consultado pelo **Valor**, o BC não esclareceu se pretende pedir em breve títulos ao Tesouro.

A emissão de títulos feita pelo Tesouro Nacional ao Banco Central afeta a dívida bruta, pelo conceito do Fundo Monetário Internacional (FMI). Já no conceito de endividamento usado pelo BC, a dívida bruta só sobe quando forem feitas as operações compromissadas. Não há impacto na dívida líquida, porque a emissão representa um passivo do BC e um ativo do Tesouro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

TRF libera tramitação de ações sobre PIS/Cofins

Decisão é do Órgão Especial do Tribunal da 2ª Região, no Rio de Janeiro

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

02/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Leonel Pittzer: TRF da 2ª Região deve manter entendimento em outros agravos — Foto: Luciana Whitaker/Valor

O Órgão Especial do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, no Rio de Janeiro, negou pedido da Fazenda Nacional e manteve decisão do vice-presidente, desembargador Messod Azulay Neto, para liberar a tramitação dos processos sobre a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins. Esse entendimento permite que as ações em andamento no tribunal sejam encerradas.

É importante para as empresas porque, com o trânsito em julgado, podem habilitar na Receita Federal os valores aos quais têm direito - em decorrência do que foi pago a mais em PIS e Cofins ao governo - e usar tais créditos para quitar tributos.

O vice-presidente do TRF começou a liberar, no mês de abril, a tramitação desses processos. As ações estavam travadas desde dezembro, quando havia a expectativa de julgamento, no Supremo Tribunal Federal (STF), dos embargos de declaração da União contra a decisão que excluiu o ICMS do cálculo do PIS e da Cofins.

Esse recurso estava previsto para ir a julgamento no dia 5 de dezembro. Mas o caso entra e sai da pauta. Foi retirado da sessão poucos dias antes, por uma decisão do presidente do STF, ministro Dias Toffoli, que resolveu dar preferência a questões governamentais no fim do ano.

Uma nova data depois foi prevista: 1º de abril. E, mais uma vez, não se concretizou e a questão, até agora, não voltou para a pauta dos ministros. Foi por esse motivo que o vice-presidente do TRF da 2ª Região decidiu liberar o andamento das ações. Desde abril, transitaram em julgado pelo menos 19 processos.

Um dos casos com decisão do vice-presente, no entanto, teve recurso da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e, por esse motivo, a discussão chegou ao Órgão Especial - a última instância do tribunal.

A PGFN pedia para que o processo permanecesse suspenso até o julgamento dos embargos de declaração. Essa solicitação também foi feita, no mês de maio, à ministra Cármen Lúcia, relatora do caso no STF (RE 574706). O pedido, neste caso, no entanto, era pela suspensão nacional, ou seja, de todos os processos que tratam do tema em todos os tribunais regionais. Até hoje, não teve resposta.

O Órgão Especial do TRF tratou pela primeira vez do assunto. A decisão não tem efeito vinculante, foi proferida a um caso específico, mas servirá como precedente para outros processos semelhantes.

“Acreditamos que o Órgão Especial manterá esse entendimento para outros agravos internos que venham a ser interpostos pela União”, diz Leonel Pittzer, sócio do escritório Fux Advogados, que atuou para a empresa envolvida no processo julgado pelo TRF (nº 0031051-64.2017.4.02.5101).

A decisão foi unânime. Todos os julgadores seguiram o entendimento do relator, desembargador Messod Azulay Neto. “A jurisprudência amplamente majoritária dos tribunais superiores é cristalina no sentido de que a existência de precedente firmado pelo Plenário do STF autoriza o julgamento imediato de causas que versem sobre o mesmo tema, independente da publicação ou do trânsito em julgado do paradigma”, afirma no voto.

Segundo levantamento feito pela advogada Raquel Delvecchio, que também atua no escritório Fux, os tribunais da 1ª, 4ª e 5ª Regiões também vêm negando seguimento aos recursos apresentados pela União.

O TRF da 3ª Região, com sede em São Paulo, vinha fazendo o mesmo até o mês de maio, quando, por uma decisão da vice-presidente, a desembargadora Consuelo Yoshida, mudou de entendimento e passou a suspender a tramitação dos processos.

Ela diz que decisões recentes nesse mesmo sentido foram proferidas por ministros do STF. Ela cita o RE 1229510, de setembro de 2019, o RE 1212746 e o RE 1238731, ambos do mês de outubro, e o RE 1237357, de janeiro deste ano. São decisões dos ministros Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski.

Consuelo Yoshida afirma, no entanto, que caso o Plenário do STF decida-se contra o sobrestamento, “a vice-presidência fará o exame de admissibilidade dos recursos extraordinários”.

A União tenta, por meio dos embargos de declaração, reduzir o impacto financeiro da decisão do STF para os cofres públicos - estimado em R\$ 250 bilhões. O recurso foi apresentado em outubro de 2017, sete meses depois da decisão do plenário pela retirada do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins, e, desde lá, está pendente de julgamento.

No recurso, a Fazenda Nacional pede para que a decisão seja aplicada apenas para o futuro (modulação de efeitos), o que evitaria o reembolso, por parte da União, de valores já pagos pelos contribuintes. E questiona sobre qual ICMS deve ser retirado do cálculo do PIS e da Cofins - se o que consta na nota fiscal ou o efetivamente recolhido, geralmente menor e que, conseqüentemente, geraria menos créditos para as empresas.

“Isso, na prática, vai fazer toda a diferença nas ações que discutem esse tema”, diz o procurador Paulo Mendes, que coordena a atuação da PGFN no STF. “Em razão disso, nós vemos com bastante preocupação essas decisões dos TRFs porque vão acabar proporcionando a formação de coisa julgada e uma coisa julgada extremamente frágil, que depois da decisão do Supremo poderá ser desconstituída por meio de ação rescisória”, acrescenta.

Mendes chama a atenção ainda que os próprios ministros do STF estão sobrestando os recursos extraordinários que tratam da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins - a exemplo do que fundamentou a desembargadora Consuelo Yoshida, do TRF da 3ª Região, o único dos regionais que mantém o andamento desses processos suspenso.
